

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MÁRCIA DE FÁTIMA DE MORAES

**HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E GERAÇÃO: narrativas de mulheres rurais do
município de Lagoão-RS (1942-2019)**

PORTO ALEGRE

2020

MÁRCIA DE FÁTIMA DE MORAES

**HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E GERAÇÃO: narrativas de mulheres rurais do
município de Lagoão-RS (1942-2019)**

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dra. Natalia Pietra Méndez.

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Moraes, Márcia de Fátima de
História oral, memória e geração: narrativas de
mulheres rurais do município de Lagoão-RS (1942-2019)
/ Márcia de Fátima de Moraes. -- 2020.
119 f.
Orientadora: Natalia Pietra Méndez.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Mulheres rurais. 2. História oral. 3. Memória.
4. Relações de gênero. 5. Trabalho. I. Méndez, Natalia
Pietra, orient. II. Título.

MÁRCIA DE FÁTIMA DE MORAES

**HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA E GERAÇÃO: narrativas de mulheres rurais do
município de Lagoão-RS (1942-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Porto Alegre, 08 de maio de 2020.
Resultado: Aprovada com louvor.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez – PPGH/UFRGS (Orientadora)

Profa. Dr. Benito Bisso Schmidt – PPGH/UFRGS

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza – PPGH/UFRGS

Profa. Dr. Losandro Antonio Tedeschi – PPGH/UFGD

AGRADECIMENTOS

Há muito o que agradecer para todos aqueles que as gerações que os antecederem não tiveram a oportunidade de acessar a universidade. Por isso, nada mais justo do que iniciar agradecendo à Universidade Pública por proporcionar o acesso a um ensino de qualidade, mesmo quando se encontra sob constantes ataques. Nessa mesma perspectiva, agradeço à CNPq pela concessão da bolsa, um privilégio em uma país de profundas desigualdades sociais como o Brasil, a qual foi de suma importância para o andamento do mestrado.

Meu agradecimento à Isabel Bilhão, não só por seu papel fundamental na minha preparação para o mestrado, mas por ter acreditado em mim em um momento em que tudo estava confuso e tumultuado, tal como é o fim da graduação. Obrigada pelo carinho e atenção que teve para comigo, por me encorajar a fazer a seleção do mestrado na UFRGS, do mesmo modo que a me mudar para Porto Alegre e, juntamente, com o Álvaro e o Dedé, terem sido minha família na chegada à capital. O êxito dessa caminhada tem muito de vocês.

Um agradecimento especial às mulheres que tornaram esta pesquisa possível, compartilhando suas histórias de vidas e suas lembranças mais particulares: Vanina da Rosa Neves, Santa Beloni Tariga, Eva Beloni da Silva, Glaci Terezinha Machado e Nelva Janir de Freitas Nunes.

À minha orientadora Natalia Pietra Mendéz por todo o carinho, respeito e interesse no desenvolvimento do trabalho. É difícil expressar o quanto considero importante ter contado com sua orientação nesse percurso da pesquisa, em que além das contribuições qualificadas, o olhar sensível e acolhedor foram cruciais.

Agradeço aos professores Benito Schmidt e Clarice Speranza por todos os apontamentos e sugestões no exame de qualificação e pelo aceite em comporem a banca de defesa juntamente com o professor Losandro Tedeschi.

Aos professores das disciplinas cursadas por suas contribuições no processo formativo do mestrado, em especial ao professor Glen Goodman pelas conversas atenciosas no primeiro semestre do curso e à professora Regina Weber pelas sugestões de bibliografias. Prolongo esse agradecimento à professora Carla Rodeghero pelo auxiliou na parte burocrática da realização das entrevistas e sugestões para uma melhor condução dessas.

Não poderia deixar de agradecer à Coordenação e Secretaria do Programa de

Pós-Graduação em História pelo auxílio sempre que necessário. Ao pessoal da Biblioteca de Ciências Sociais e Humanas pelo atendimento atencioso e da Biblioteca da Faculdade de Economia, praticamente minha segunda morada em Porto Alegre, e onde pude contar com a amizade de todos os técnicos, mas em especial da Sandra e da Nilza. Agradeço também ao Chico e à Marisângela, do Núcleo de Pesquisa em História (NPH), pela ajuda no início dos trabalhos para realização das entrevistas.

Não consigo imaginar essa caminhada sem os afetos de amigos tão queridos, alguns de longa data e outros que sua chegada recente fora como a brisa fresca em uma tarde de verão. Obrigada ao Paulo Gabriel Alves, Liana Ribeiro, Paola Laux e Mariani Bandeira, presentes que o mestrado me proporcionou, pelos momentos de desabafo, compartilhamento de angústias, mas também de alegrias. Meu carinho sincero as minhas amigas Janiele Peres e Juliana Frighetto que estiverem comigo nos momentos de maiores dificuldades nesses dois últimos anos: não há palavras que possam expressar o quanto as admiro e as respeito. À Tânia Aimi que, desde meu estágio no Museu Histórico Regional de Passo Fundo, ainda durante a graduação, tem sido fonte de carinho e apoio. Por fim, agradeço à dona Maria e ao seu Mário pelas conversas animadas, por me apresentarem a uma Porto Alegre das suas memórias mais queridas e pelo colo nos momentos de desalento.

Agradeço aos meus pais Argeu e Zeneri, irmãos Geromildo e Cristiane, que, apesar dos longos períodos separados, estão sempre presentes em minhas lembranças mais afetuosas. Obrigada pela compreensão nos momentos de ausência, mas, sobretudo, obrigada pelo exemplo de persistência e pelo ensino de princípios essenciais para a vida.

RESUMO

A partir da trajetória de vida de cinco mulheres trabalhadoras rurais, dispostas em um período de vida de 1942 a 2019, moradoras no município de Lagoão, estado no Rio Grande do Sul, procuramos responder o seguinte problema de pesquisa: em que medida as mudanças históricas apontadas pela historiografia sobre mulheres nas últimas décadas têm impactado o modo de vida de mulheres rurais? Objetiva-se, assim, tensionar uma História das Mulheres que, embora tenha buscado pela pluralidade dos sujeitos mulheres, acaba negligenciando as de contextos rurais quando se atenta apenas aos movimentos de mulheres urbanas. Questiona-se a ideia de que a vida de mulheres rurais seja estanque e homogênea, sem considerar as dinâmicas existentes. Por fim, objetiva-se analisar como as relações de trabalho e de gênero se apresentam no discurso das entrevistadas a partir das suas memórias de vida, da compreensão de si mesmas e do mundo que integram. Para isso, a investigação insere-se nos campos historiográficos da História das Mulheres, História do Tempo Presente e História do Trabalho, tendo a História Oral como procedimento metodológico para a realização de entrevistas com as mulheres do município estudado.

Palavras-chave: Mulheres rurais, memória, geração, história oral, trabalho, relações de gênero.

ABSTRACT

Based on the life trajectory of five women rural workers, arranged according to the life span from 1942 to 2019, living in the municipality of Lagoão, state of Rio Grande do Sul, we seek to answer the following research problem: to what extent historical changes in women's lives pointed out by historiography in the last decades have impacted the lifestyle of rural women? The objective is, therefore, to tension a Women's History that, although it has sought for the plurality of female subjects, ended up neglecting those from rural contexts when it is only concerned with urban women's movements. The idea that rural women's lives are sealed and homogeneous, without considering the dynamics within them, is questioned. Finally, the objective is to analyze how work and gender relations are presented in the interviewees' discourse based on their life memories, and their understanding of themselves and the world they integrate. For this, the investigation is inserted in the fields of historiography: Women's History, History of the Present Time and History of Work, using Oral History as a methodological procedure for conducting interviews with the women of the studied municipality.

Keywords: Rural women, memory, generation, oral history, work, gender relations.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
CNBB	Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REPHO/UFRGS	Repositório de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

APOIO DE FINANCIAMENTO CNPq

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –Brasil (CNPq).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: O CAMINHO ATÉ AS MULHERES RURAIS (DE LAGOÃO): HISTÓRIA DAS MULHERES, MEMÓRIA E GERAÇÃO	30
1.1 Memória, Geração e Tempo	37
1.2 Entrevistas e ética na pesquisa	45
CAPÍTULO II: MEMÓRIA E TRABALHO: O TRABALHO PARA VIVER	54
2.1 Trabalho, família e disciplina	55
2.2 Divisão do trabalho e relações de gênero	62
2.3 Os sentidos do trabalho	69
CAPÍTULO III: FRONTEIRAS DE GÊNERO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	75
3.1 Mulheres rurais entre o público e o privado: Maria, Luiza e Eva	76
3.2. Esquecimentos, silêncios e ressignificações do passado: Ana, Eva e Joana	85
3.3 Mudanças estruturais versus modo de vida tradicional	90
3.4 Narrativas de violência de gênero	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
ANEXOS	112
Anexo 1	112
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

A partir da narrativa de um grupo de mulheres rurais, moradoras no município de Lagoão, estado do Rio Grande do Sul, buscamos responder a seguinte problemática: em que medida as mudanças históricas apontadas pela historiografia sobre mulheres nas últimas décadas têm impactado o modo de vida de mulheres rurais? Assim, com esta pesquisa, objetivamos tensionar uma História das mulheres que, embora tenha buscado pela pluralidade dos sujeitos femininos, acaba negligenciando as de contextos rurais quando se atenta apenas aos movimentos de mulheres urbanas. Questiona-se, também, a ideia de que a vida de mulheres rurais seja estanque e homogênea, sem considerar as dinâmicas existentes. Por fim, objetiva-se analisar como as relações de trabalho e de gênero se apresentam no discurso das entrevistadas a partir das suas memórias de vida, da compreensão de si mesmas e do mundo que integram.

Como ponto de partida para as reflexões que se seguirão, cabe pontuar algumas considerações a respeito do interesse em desenvolver uma pesquisa na temática das mulheres rurais, as quais, inevitavelmente, atravessaram toda a escrita. Michelle Perrot (2005) afirmou que é “o olhar que faz a História” e que no “coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber”¹, sendo que, no que se refere às mulheres, essa vontade foi durante muito tempo inexistente. Pesquisar sobre um grupo de trabalhadoras rurais, de um município pouco conhecido do interior do Rio Grande do Sul, é fruto de minhas observações, como filha de agricultores familiares, da realidade de Lagoão. Ou seja, é resultado do entrelaçamento entre a experiência de vida da pesquisadora com a teoria acadêmica.

Assim como as depoentes, também nasci e vivi parte de minha vida na mesma região. Em um município com pouco mais de 6.500 habitantes e fortemente caracterizado pelo rural, os laços afetivos se entrelaçam, sejam pelas relações de parentescos ou comunitárias. Isto é, considerando as dinâmicas sociais e geográficas do município, as relações humanas estão imbricadas entre si. Nesse sentido, é importante destacarmos que na relação firmada entre entrevistadora e suas fontes, embora até então pudesse não existir um contato direto, há uma série de fatos e relações interpessoais que antecedem as entrevistas.

¹ PERROT, 2005, p. 11.

Essa proximidade, amparada na experiência², permite explorar elementos que, por muito tempo, estiveram desconsiderados na produção do conhecimento histórico, mas que — por meio dos debates atuais em torno de lugar de fala³, identificação e subjetividade —, ganham espaço na História. Destaca-se que essas questões são pertinentes para as abordagens a serem desenvolvidas, visto que atravessam todo o processo da pesquisa.

Todavia, igualmente é necessário tensionar o fator da identificação amparada na experiência na produção acadêmica. De acordo com Hobsbawm (1998), a identificação por si só não basta, uma vez que esta relação pode oferecer riscos ao fundamento da disciplina histórica: a supremacia da evidência. Desse modo, deve haver uma distinção clara entre fatos verificáveis, ou seja, passíveis de validação e a ficção. Para tanto, ao invés da história por identificação, o(a) historiador(a) em seu ofício deve prezar a universalidade do campo histórico em seu posicionamento, compreendendo que as coletividades humanas estiveram e estão inseridas em contextos mais amplos e complexos.

Os cuidados para com o fator da identificação, por parte do(a) pesquisador(a) com seu tema, estaria muito próximo dos dispostos na questão do “engajamento”. Ainda de acordo com Hobsbawm, o engajamento consiste tanto em benefícios quanto em possíveis armadilhas na construção do conhecimento histórico. Independente das consequências ideológicas ou motivacionais, justifica Hobsbawm, não se pode negar as evidências ou se recusar a perceber as falseabilidades, tampouco é possível que os estudos científicos se submetam à subjetividade a fim de chegar a conclusões satisfatórias ao seu engajamento. Apesar disso, o autor observa o engajamento como algo necessário e inevitável nas ciências sociais, considerando ser um mecanismo fundamental para gerar novas ideias, perguntas e desafios na produção do conhecimento.

Enquanto Hobsbawm advoga em prol da universalidade do conhecimento histórico, para Donna Haraway (1995), é preciso aprender a “vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear”⁴. Para isso, defendendo uma objetividade feminista, Haraway pontua a necessidade da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e

² O sentido do uso do termo “experiência” é coloquial, estando relacionado à experiência como vivência.

³ Para saber mais, ver: RIBEIRO, Djamilia. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

⁴ HARAWAY, 1995, p.21.

objeto”⁵. Isto é, tanto o lugar social do sujeito que produz conhecimento – e seus marcadores sociais –, quanto as relações intelectuais e políticas com as quais o(a) cientista se vincula. Em outras palavras, pensando na pesquisa em foco, não se trata de compreendermos a experiência no sentido de “supervalorização” desta em detrimento da teoria – o que poderia levar a negligenciar certos pontos –, mas considerar que o conhecimento histórico pode ser construído a partir da subjetividade social do(a) pesquisador(a). É desta premissa que parte esta investigação.

Uma vez pontuados o lugar em que nos encontramos na pesquisa e a consciência da implicação disso para o estudo, passamos a escrever sobre alguns dos principais teóricos aos quais nos filiamos. A investigação insere-se nos campos historiográficos da História das mulheres e na História do tempo presente, tendo como principais categorias analíticas memória, geração, relações de gênero e trabalho. Ademais, ancoramos-nos na História oral como procedimento metodológico para a realização de entrevistas com as cinco mulheres participantes do estudo.

Para Michael Roberts (2011), muitas das primeiras iniciativas em história das mulheres celebravam “o processo da descoberta em si, buscando ajudar mulheres que tinham ‘sido escondidas’ a se tornarem ‘visíveis’”⁶. Afirmação essa que pode ser tensionada a partir das considerações de Gayatri Spivak (2010), a qual, em seus estudos sobre subalternidade, questiona se o subalterno pode, de fato, falar. Spivak procura alertar para o sentido de que a fala do sujeito subalterno e do colonizado é sempre intermediada pela voz do(a) pesquisador(a), que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de outro, o que demonstraria a ilusão do(a) intelectual em acreditar que pode falar realmente em nome de sua fonte de estudo.

Ainda sobre o surgimento do campo da História das mulheres, Joan Scott (1992) defende que esta se definiu como um campo de estudo nas três décadas finais do século XX, de modo que nos anos 1960 havia uma clara conexão entre política e intelectualidade. Na medida em que a história das mulheres passou a ampliar seu campo de questionamentos, durante a década de 1970, ocorreu um rompimento definitivo com a política e “uma evolução do feminismo para história das mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política

⁵ HARAWAY, 1995, p.21.

⁶ ROBERTS, 2011, p. 226.

para a história especializada e aí para a análise”⁷. Além disso, Scott argumenta que a “história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história”⁸, e que essa narrativa depende de múltiplas ressonâncias, tornando-se, portanto, uma narrativa política.

Scott enfatiza também que a própria construção da história das mulheres possui uma incômoda ambiguidade, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, um “suplemento inócuo”⁹ à história já estabelecida e um deslocamento radical desta mesma história. Ou seja, embora seja colocada como complemento da historiografia “tradicional”, centrada no homem branco e ocidental, o próprio pensar sobre uma História das Mulheres é uma forma de deslocamento da primeira, uma vez que coloca em pauta o lugar da mulher e a, conseqüente, necessidade de uma nova História.

No que tange o campo da História das Mulheres no Brasil é possível dizer que este possui uma ampla trajetória historiográfica, a qual tem sido enriquecida nas últimas décadas por meio da diversidade de temas referentes às mulheres indígenas, negras e quilombolas, por exemplo. Entre as obras de referências de maior destaque estão “*História das Mulheres no Brasil*” (2004) de Mary Del Priore e, *Nova História das Mulheres no Brasil*” (2013) de Joana Maria Pedro e Carla Bassanezi Pinsky. A importância dessas coletâneas está representada não só por refletirem historicamente a participação e as relações das mulheres na sociedade brasileira, mas também por legitimarem a constituição de um campo de estudos visível ante os demais estudos historiográficos.

De acordo com Del Priore, os autores se propunham a refletir sobre a situação e o papel das mulheres em diferentes épocas, buscando compreender as “intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante”¹⁰. Na mesma perspectiva, Pedro e Pinsky (2013) procuram abordar a História das Mulheres no país reconhecendo sua pluralidade, de modo a refletir sobre as mudanças e permanências no decorrer dos anos na situação das mulheres de diferentes etnias, classes sociais e grupos étnicos. Assim, os textos abarcam os mais variados temas e problematizações de diferentes épocas e contextos. No

⁷ SCOTT, 1992, p. 65.

⁸ Ibid., p.65.

⁹ Ibid., p.65.

¹⁰ DEL PRIORE, 2004, p.8.

entanto, mesmo havendo esse empenho por uma pluralidade, a historiografia tem denotado pouca atenção no pensar as dinâmicas das relações de gênero em contextos não urbanos.

A importância dos estudos produzidos por Michelle Perrot e Joan Scott para a constituição do campo de estudo da história das mulheres no Brasil já é lugar-comum dentre as(os) estudiosas(os) da área. Perrot participa de uma vertente histórica na qual as mulheres, os operários e os transgressores da lei burguesa são tratados de forma a ganharem a dimensão de sujeitos da história. Enquanto a publicação da tradução do artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, de Scott, pela Revista Educação e Realidade, em 1990, fomentou as discussões a respeito da categoria “gênero” de forma mais amplificada nas análises de pesquisa histórica para estudiosas(os) brasileiras(os).

Contudo, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) advertem que, apesar da relevância da publicação do artigo de Scott no país, este não foi o único a instruir as pesquisas nesse novo campo, uma vez que as historiadoras brasileiras foram responsáveis pela produção de diversos trabalhos que auxiliaram na reflexão ao longo dos últimos anos. À exemplo disso, as autoras citam trabalhos como os de Maria Odila Leite da Silva Dias, em seu livro “*Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*” (1984), e de Luzia Margareth Rago, “*Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*” (1985). Além dessas, em 1989, a *Revista Brasileira de História* publicou uma edição intitulada “*A mulher no espaço público*”, inteiramente dedicada à temática da História das Mulheres, a qual foi organizada por Maria Stella Martins Bresciani e reuniu trabalhos de várias estudiosas do tema.

Convém pontuar que da mesma maneira que o conhecimento histórico, a historiografia das mulheres é constituída por diferentes eixos interpretativos. Para tecer algumas considerações a esse respeito nos embasaremos no debate entre Joan Scott (1994), Louise Tilly (1994) e Eleni Varikas (1994). Como já apontado, a publicação o artigo de Scott promoveu forte impacto na formulação de novas questões nos estudos sobre as relações de gênero, no qual defende a necessidade de se rejeitar o “caráter fixo e permeado da oposição binária”¹¹ em detrimento de uma historicização a partir da desconstrução dos termos da diferença sexual em que o gênero é compreendido como uma categoria de análise para compreensão das relações de poder.

¹¹ SCOTT, 1994, p. 18.

Tilly, por sua vez, entende a proposta de abordagem do gênero por Scott como mais “literária e filosófica” e que esta compreendia o gênero como um potente instrumento metodológico e teórico capaz de ultrapassar a simples descrição presente até então na história social. Advogando em prol de uma história social das mulheres e tensionando o método da desconstrução utilizado por Scott, a autora discorda desta ao pontuar que a história descritiva das mulheres contribuiu para a revisão das abordagens ao utilizar fontes como documentos pessoais ou arquivos públicos que revelavam a existências individuais e coletivas femininas. Todavia, Tilly concorda que a introdução e a propagação do conceito de gênero, enquanto categoria construída socialmente, possibilitou um questionamento eficaz a respeito do determinismo biológico.

A partir do desacordo analítico entre Louise Tilly e Joan Scott, a historiadora francesa Eleni Varikas (1994) se debruça a observar como a questão das determinações e da subjetividade na história são integradas na constituição da categoria de gênero utilizando-se do debate das autoras. Para Varikas, um dos principais aspectos suscitados do desacordo entre Tilly e Scott se refere a quais são os instrumentos conceituais e metodológicos que melhor funcionam para a história das mulheres. As duas historiadoras, esclarece a estudiosa francesa, lamentam o excessivo uso descritivo da noção de gênero nos estudos tocante a mulheres e concordam sobre a necessidade de existir uma categoria de análise que permita indagar os conceitos dominantes da disciplina história. No entanto, enquanto Scott, em uma perspectiva pós-estruturalista, argumenta não ser possível tal conceituação no domínio da história social, advogando em prol de uma “epistemologia mais radical”, Tilly, em contrapartida, considera que os métodos da história social são os mais adequados para o desenvolvimento de categorias analíticas. Pontuar tais divergências denota, como bem adverte Varikas, a necessidade de uma consciência enquanto historiadores(as) de que tais tensões atravessam nossos trabalhos e que sempre existirá um caráter de inacabamento em nossos estudos devidos ao surgimento de outros esclarecimentos, perspectivas e interrogações.

Em relação aos estudos mais específicos sobre História das mulheres rurais, podemos dizer que o interesse por parte do campo da História é relativamente recente quando comparado com a gama significativa de trabalhos produzidos nas áreas da Antropologia e Sociologia rural. Desde os anos 1970, com o pioneirismo dos estudos de Maria Ignez Paulilo, iniciou-se um processo de atenção para com a figura feminina no âmbito rural, a fim

de indicar qual seria o lugar ocupado por esta dentro da estrutura de produção das pequenas propriedades. Enquanto que a partir de meados dos anos 2000 observa-se uma produção nesta temática direcionada para a elaboração de problemáticas de modo a minimizar as desigualdades de gênero enfrentadas pela população feminina do campo, desenvolvida, sobretudo, nas áreas da sociologia e do desenvolvimento rural.¹²

Na historiografia, em um primeiro momento, as análises dedicaram-se aos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Entre esses estudos podemos citar os de Érika Oliveira Amorim e Ana Louise de Carvalho Fiúza em “*Mulher, sindicalismo rural e relação de poder*”, publicado no dossiê “*História das Mulheres*” da revista *Veredas da História*, em 2011. As autoras discutem a construção das relações de poder por meio da participação da mulher rural em instituições de representação coletiva, bem como os atritos gerados por isso tanto na esfera pública quanto na privada. De forma que, concluem as pesquisadoras, a visibilidade da mulher rural no espaço público propicia rupturas com o passado patriarcal, podendo contribuir na constituição de novas identidades femininas no campo.

Em contrapartida as essas conclusões, Losandro Antonio Tedeschi (2006), em sua tese de doutorado, “*Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)*”, analisa as relações de gênero na Região Noroeste do Rio Grande do Sul e a trajetória de lutas das mulheres trabalhadoras rurais para superar seu lugar tradicional na organização social. Para isso, observa o protagonismo destas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e sua implicação diante da tomada de consciência sobre os papéis socialmente definidos para homens e mulheres, buscando compreender o significado desse processo de mobilização social em suas vidas. Como base empírica, o autor utiliza-se de fontes documentais diversas – atas, relatórios de reuniões, listas de presenças em encontros de formação sindical, jornais e materiais de capacitação distribuídos no interior do estado – e da realização de entrevistas com mulheres camponesas, com base na História oral.

Dentre as conclusões da pesquisa, Tedeschi destaca que mesmo havendo uma

¹² Para citar alguns desses trabalhos: LOPES, Marta Julia Marques; LANGBECKER, Tatielle Belem. **Inclusão produtiva, pecuária familiar e situação das mulheres rurais do Programa Brasil Sem Miséria em um município do RS** - contexto de uma realidade pouco conhecida. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, janeiro-abril, 2018. SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis: Revista Latinoamericana** [Online], nº 44, 2016. URL: <http://polis.revues.org/11963>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

aparente ruptura da posição subordinada das mulheres em razão das conquistas de direitos civis, isso não foi suficiente para modificar as relações de gênero no meio rural. Desse modo, o autor percebe que o MMTR no estado do RS não foi capaz de gerar mudanças fundamentais na subjetividade e transformação pessoal das participantes, uma vez que tanto a forma organizadora quanto os interesses das mulheres foram dados a partir de referenciais simbólicos do patriarcado, como boas esposas e mães.¹³

Tedeschi menciona ainda a pouca produção sobre história das mulheres camponesas na historiografia brasileira, reforçando nossa observação de que, embora exista uma preocupação pela pluralidade da história das mulheres, pouco interesse se tem dedicado a esse grupo. Esse aspecto pode ser percebido em uma revisão do que foi produzido até então pelos Programas de Pós-Graduação das principais instituições brasileiras. Nesta revisão preliminar verificou-se que a produção sobre mulheres rurais se direciona, prioritariamente, às mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou a grupos ligados a movimentos sociais. Estudos especificamente voltados para mulheres rurais ou camponesas em suas relações sociais, independentes de sua participação ou não em movimentos ou organizações militantes, que busquem compreendê-las em sua historicidade, ainda são escassos.

No tocante às mulheres rurais, Perrot e Duby (1990) analisaram que, no século XIX, o trabalho daquelas ligadas à agricultura foi constantemente subestimado, uma vez que somente se considerava a profissão do homem “chefe da família”¹⁴. Nesta perspectiva, nas últimas décadas, os estudos sobre as relações de gênero no meio rural brasileiro têm demonstrado que por meio da construção social de gênero, na qual a agricultura é considerada uma ocupação masculina, o trabalho das mulheres tende a se tornar invisível, sendo simplificado como “ajudar” o marido. Posto isso, o trabalho doméstico se mantém como a sua principal atividade, mesmo que as mulheres participem das mesmas atividades que os homens.

Apesar de consistir interesse recente no campo historiográfico brasileiro, os estudos com foco na temática de mulheres rurais têm sido amplamente debatidos nas áreas da antropologia e sociologia, sobretudo, na sociologia rural. Dissertaremos sobre algumas destas obras, a começar pela publicação, ainda na década de 1980, de “*Mulheres na força de*

¹³ TEDESCHI, 2007, p. 219-225.

¹⁴ PERROT e DUBY 1990, p. 07.

trabalho na América Latina: análises qualitativas”, organizada por Neuma Aguiar. A proposta principal da obra, que congregou trabalhos de diferentes pesquisadores de países, como Brasil, Colômbia e Canadá, baseava-se na mulher como força de trabalho nos contextos urbanos e rurais.

Segundo Aguiar (1984), tendo em vista a estrutura complexa dos modos de produção na América Latina, o Estado pode ter privilegiado, por meio dos censos, fatores relacionados com alta produtividade industrial e, por conseguinte, ter usado classificações de trabalho que tinham como referência a produção capitalista industrial. Nesse sentido, os censos latino-americanos acabariam por esconder as “atividades relacionadas ao contexto doméstico, com a produção mercantil, ou, ainda, com o trabalho familiar não remunerado”¹⁵, uma vez que seria inegável a sub-representação do trabalho feminino, sobretudo, no que tange ao desempenhado pelas mulheres do contexto rural.

Conforme a socióloga Anita Brumer (2004), a divisão do trabalho que se estabelece entre homens e mulheres delimita o espaço masculino como atividades que requerem maior “força física” e trabalho com o maquinário, como o trator. Em contrapartida, competem às mulheres atividades rotineiras, consideradas “mais leves”, como os serviços domésticos e o trato com os animais. Para Brumer, é na esfera doméstica que se encontra o seu espaço de poder e autonomia, seja pela tomada de decisão nos cuidados da casa e dos filhos, como também, eventualmente, com a venda de produtos produzidos por si, como queijos. Contudo, chama a atenção que essa autonomia e poder não devam ser superestimados, visto que as vendas são eventuais e de pequeno valor. Ademais, as atividades domésticas são consideradas como secundárias quando comparadas às atividades produtivas pelos próprios membros da família, de modo que não é de se surpreender que muitas mulheres, embora considerem a “dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo”¹⁶, prefiram exercer essa atividade ao invés do trabalho doméstico.

Para estabelecer uma aproximação com nosso campo empírico, devemos considerar que em Lagoão prevalece a agricultura familiar¹⁷, sendo grande parte da população formada

¹⁵ AGUIAR, 1984, p. 15.

¹⁶ BRUMER, 2004, p. 212.

¹⁷ No Brasil, os debates em torno do meio rural estão em voga desde a segunda metade do século XX, de modo que até a década de 1980, como não existia o termo “agricultura familiar” delimitado, tratava-se a estrutura de produção como “campeinato” ou pequenas produções agrícolas. Com a institucionalização em torno da agricultura familiar, desde a década de 1990, e com a aprovação da Lei da Agricultura Familiar, a Lei 11.326, em 2006 (BRASIL, 2006), acentuou-se o interesse por parte dos(as) pesquisadores(as) para com a estrutura interna

por proprietários de pequenos lotes de terras, de maneira que quase todas as mulheres entrevistadas integram (ou integraram) a força de trabalho na produção familiar. Nesse sentido, tendo o cultivo do tabaco como principal fonte de renda no município estudado, as contribuições sobre trabalho “leve” e “pesado”, de Maria Ignez Paulilo, nos são pertinentes. Em “*O peso do trabalho leve*” (1987), Paulilo disserta sobre o estudo realizado em três estados brasileiros que apresentavam culturas de produção distintas: Paraíba, predominando a pecuária, o cultivo de algodão e o trabalho com a cana; São Paulo, principalmente o café; e no sul de Santa Catarina com a cultura do fumo. A autora constatou que nestes havia como traço comum as distinções entre o que é trabalho “leve” e “pesado”.

Por meio de suas análises, Paulilo define que no meio rural “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”¹⁸. Com a intenção de melhor elucidar isso, Paulilo nos remete à atividade com o fumo, a qual é considerada leve apesar de ser altamente trabalhosa e nociva à saúde. Afirma que “trabalho leve” não está condicionado a algo agradável, desnecessário ou que exige menos tempo e esforço. É “leve” por tornar possível a participação de mulheres e criança.

Estudos mais recentes no campo da antropologia e sociologia se dedicam a analisar as relações de gênero e geração no meio rural na contemporaneidade. A coletânea “Gênero e geração em contextos rurais” (2010), com organização de Parry Scott *et al.* é um exemplo disso. Scott enfatiza que os processos que envolvem as relações tanto de gênero quanto de geração nos contextos rurais requerem uma atenção específica, uma vez que tendem a constituir complexas teias de poder e de significados¹⁹. Nesse sentido, a antropóloga argumenta que ao não perceber a participação feminina na ruralidade como simplesmente “ajuda” propicia pensar abordagens de gênero “como relações de poder em constantes negociações entre mulheres e homens em domínios de poder diversos”²⁰.

Assim, a maioria dos textos propõem pautar a problemática da permanência, sobretudo, feminina no meio rural, amplamente estudada em diversos trabalhos acadêmicos, como também oferecer indicativos de fortalecimento feminino no interior da estrutura camponesa. Selecionamos os capítulos de Vilência Venância Porto Aguiar e Valmir Luiz

essas formas de produção, promovendo, assim, uma diversificação nas temáticas de estudo.

¹⁸PAULILO, 1987, p.70.

¹⁹ SCOTT, 2010, p. 17.

²⁰ Ibid., p. 26.

Strapasolas e de Carolina Castilho e Silva e Sergio Schneider, a fim de apresentar algumas discussões sobre a situação das mulheres trabalhadoras no cenário do Brasil, da segunda década do XXI. Aguiar e Strapasolas (2010), estudando comunidades rurais de Santa Catarina, procuraram identificar como as questões tocantes a gênero e geração, estabelecidas no convívio dos membros de famílias ligadas ao Projeto Microbacias, interferiam na permanência ou saída de mulheres e jovens do contexto rural. Em síntese, constataram que na medida em que a produção tradicionalmente relacionada ao trabalho feminino, produção do leite e trabalho com hortas, por exemplo, conhecidas como “miudezas”, ganham espaço economicamente, o trabalho das mulheres se insere como “produtivo”. Ou seja, a valorização do produto resulta na valorização da atividade feminina e seu reconhecimento.

Carolina Castilho e Silva e Sergio Schneider (2010), por sua vez, criticam que os estudos sobre mulheres rurais no país se pautam no lugar ocupado por estas na unidade de produção, de modo a enfatizar sua condição de trabalhadoras não remuneradas e desvalorizadas. Os autores advertem que estes deixaram lacunas quanto a situações opostas e alternativas colocadas a essas desigualdades. A partir disso, se propõem a investigar as possíveis influências da pluriatividade – a qual consiste na combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas –, sobre as famílias rurais, defendendo a hipótese de que a participação feminina fora do ambiente agrícola contribui para alterar os papéis de gênero e favorecer a permanência das mulheres no contexto rural. Embora os dados analisados não comprovem a hipótese inicial, os autores justificam que ao se integrarem gradativamente no espaço público/masculino, por meio de atividades que não sejam a agricultura, as mulheres, embora com uma jornada dupla, tendem a diminuir o trabalho doméstico. Neste caso, isso poderia favorecer um aumento da participação de esposos e filhos nas tarefas da casa.

Trabalhos como os citados são interessantes, pois demonstram a produção recente sobre mulheres rurais e como as relações existente não são totalmente fixas, apesar do contexto rural, indiscutivelmente, conservar elementos patriarcais muito fortes. Ademais, compreender como as relações se apresentam na atualidade permite elencar elementos, que, por meio de uma análise histórica, possibilitam analisar os processos de relações de gênero no contexto rural. A perspectiva geracional, embora pouca aprofundada nestas áreas, fornece contribuições inerentes à historicização feminina e o melhor entendimento do impacto de mudanças estruturais na vida de mulheres de diferentes gerações.

No panorama internacional, percebe-se que a problemática das mulheres rurais

recebe atenção há mais tempo. Um exemplo disso é a obra *“Work, Family, and Faith: Rural Southern Women in the Twentieth Century Hardcover”* (2006), da historiadora estadunidense Rebecca Sharpless, que aborda o papel da mulher rural no início do século XX, na região sulista dos Estados Unidos. Sharpless estuda como a intervenção governamental, a Grande Depressão, oportunidades de emprego durante as duas guerras mundiais e o desenvolvimento da indústria, foram responsáveis pela transformação da vida das mulheres do campo, que até então desempenhavam atividades domésticas e de persistência familiar na terra.

A também historiadora estadunidense Linda K. Kerber, em sua obra *“Separate Spheres, Female Worlds, Woman's Place: The Rhetoric of Women's History”* (1988), reflete sobre as concepções construídas socialmente do lugar de pertencimento das mulheres, passando da existência de uma “esfera feminina” para uma “cultura feminina”. Outra obra de interesse para nosso estudo é *“History from the inside-out: Writing the history of women in rural America”* (1981), de John Mack Faragher, pois aborda a falta de representação das mulheres camponesas na historiografia estadunidense e os elementos responsáveis na constituição e prosseguimento disso ao longo da História. O autor, com base na análise de documentação pessoal, como cartas e diários, relatos de familiares e história oral, busca discutir as possíveis imagens construídas sobre as mulheres rurais do século XX²¹.

No contexto da América Latina, as pesquisas de Ofelia Martínez (2003) sobre a situação das mulheres e questões de gênero no Paraguai e de Gloria Mora Guerreiro *et al.* (2016) no Chile, podem ser citadas como exemplos. Tendo em vista que durante a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1995, ficou reconhecido o dia 15 de outubro como o dia internacional das mulheres rurais, Martínez reflete que desde então iniciou-se campanhas para chamar a atenção, em esfera mundial, das condições de vida de milhões de mulheres que vivem em zonas rurais. A partir disso, a autora apresenta dados nas áreas da educação, saúde, emprego, habitação e imigração que apontam as desvantagens das mulheres rurais perante aos homens do mesmo espaço e, sobretudo, da população urbana. Com isso, afirma que “es decir, que

²¹ Outro elemento que merece atenção é a existência da *Rural Women's Studies Association*, fundada em 1988, em Ohio, nos Estados Unidos. De acordo com a apresentação no *site*, essa é uma associação internacional que busca a promoção de estudos sobre mulheres rurais em uma perspectiva histórica. Além disso, essa Associação visa estabelecer ligações com organizações de mulheres rurais e também incentivar estudos de diferentes origens e países, promovendo, assim, uma rede de comunicação sobre pesquisas referentes à temática.

ser mujer y vivir en el campo es la condición de mayor desventaja que le puede tocar a una persona que habita el Paraguay”.²²

No Chile, Gloria Mora Guerreiro *et al.* (2016) analisaram a relação entre a participação de mulheres rurais em iniciativas associativas de produção e os processos de empoderamento desempenhados por estas. Ao centrar suas análises na região de Araucanía, a qual “del total de mujeres, el 30,9% pertenece al pueblo mapuche y de ellas el 62,5% vive en sectores rurales”²³, as autoras basearam-se em dez registros de observação e em uma oficina de discussão com mulheres de algum tipo de empreendimento de produção. Em síntese, o resultado compreendido foi de que o empoderamento destas mulheres rurais é constituído por um processo que perpassa momentos paradoxais e variados, em que há esse empoderamento ou sua impotência, podendo coexistir com menor ou maior intensidade.

Em termos de História Oral, desde a década de 1990, temos uma ampla produção voltada tanto à dimensão metodológica de trabalho quanto aos objetos de estudos. Angela de Castro Gomes (2014) enfatiza a relevância da formação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994, para a afirmação de uma metodologia consistente de história oral no Brasil durante o século XXI. Gomes salienta que foi necessário uma demanda de tempo e debate para se chegar a acordos sólidos sobre como fazer história oral, uma vez que esta é construída intencionalmente no processo de entrevista, além de também ser construída de forma dialógica, considerando que envolve o(a) pesquisador(a) e o(a) próprio(a) pesquisador(a).

Responsáveis pela organização de uma das principais obras sobre a história oral no Brasil, “*Usos e Abusos da História Oral*” (2006), Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado afirmam que, embora a introdução da história oral no país date dos anos 1970, foi no início dos anos 1990 que houve uma expansão mais significativa desta. Todavia, quando a primeira edição da referida obra foi publicada, em 1996, as autoras consideravam esta área de pesquisa ainda em projeção, além de ressaltarem o caráter limitado da reflexão e da discussão teórica em que o trabalho com esta fonte se encontrava. Nos últimos anos, percebe-se uma efervescência nos estudos em história oral e, conseqüentemente, em memória. Dessa forma, muitas das dificuldades apontadas pelas autoras nesta primeira edição já foram superadas, abrindo espaço para novas inquietações.

²² MARTÍNEZ, 2003, p. 12.

²³ GUERREIRO *et al.*, 2016, p.135.

No que tange aos estudos de mulheres, Silvia Salvatici (2005) destaca que tanto a história das mulheres quanto a história oral apresentam muitas similitudes durante seu processo de produção e desenvolvimento. Além de ambas serem fruto dos movimentos sociais e políticos da década de 1960, também tinham como objetivo inicial a ideia de um “resgate de uma história oculta”²⁴. Nessa primeira fase, os entrelaçamentos destes dois campos podem ser compreendidos seguindo trajetórias diferentes, na qual a própria exclusão das mulheres em documentos escritos, considerados únicas fontes na produção histórica, resultou no questionamento de pesquisadoras sobre o conceito tradicional de história. Nesse sentido, citando Sherna Berger Gluck, Salvatici enfatiza que o uso da história oral ampliou positivamente a pesquisa histórica, possibilitando a introdução de novos pontos de investigação, até então ignorados, como atividades da esfera privada, atividades domésticas e do cotidiano em geral. A autora acredita, assim, que o interesse em história de mulheres e de gênero pelas memórias teve um aumento significativo nos últimos dez anos e desempenhou um papel fundamental na proposta de novos tópicos para a pesquisa histórica.

Quem são essas mulheres que compõem a pesquisa? Ao todo são cinco mulheres entre 56 e 75 anos de idade. Esboçamos, a seguir, uma apresentação sumária sobre essas mulheres, que será aprofundada no primeiro capítulo, visto que pretendemos discutir algumas questões provenientes da realização das primeiras entrevistas. É importante frisar que a fim de preservar a identidade das participantes optamos pela utilização de nomes fictícios, tendo sido acordado com as mulheres que apenas nos agradecimentos apresentariamos seus nomes verídicos. Embora na assinatura da carta de cessão tenha ficado a critério das entrevistadas conceder ou não a autorização de sua identidade, optamos pela escolha do uso de pseudônimos com o intuito de assegurar o compromisso ético com as mulheres e com as análises na pesquisa. É claro que isso pode ser questionado, uma vez que as mulheres que assentiram sobre sua identidade estavam dispostas a terem seus nomes revelados na escrita, porém, considerando o fator da identificação entre pesquisadora e entrevistadas nos pareceu mais tranquilizador tal procedimento.

²⁴ SALVATICI, 2005, p.29.

Iniciamos com as depoentes da faixa de 70 anos, composta por Luiza e Joana. Nascida em 1945, e hoje vivendo na zona urbana de Lagoão, Luiza é aposentada pelo tempo de trabalho como professora, iniciado quando tinha treze anos de idade. Ao longo da docência, quando estava fora das sala de aula, dividia seu tempo entre os afazeres domésticos e os da lavoura. Joana, por sua vez, sempre viveu na localidade de Pinhalzinho, em uma das áreas de mais difícil acesso do município. Há poucos anos perdeu o esposo, mas optou por seguir morando sozinha, já que próximo a sua residência vivem dois de seus filhos, além de alguns netos. Nascida em 1942, continua criando animais de pequeno porte e plantando alimentos de subsistência em sua pequena propriedade.

Na faixa dos 60 anos, temos Eva e Maria. Nascida em 1953, Eva sempre viveu em Lagoão, morando atualmente no núcleo citadino do município. Embora esteja aposentada, dedica-se aos afazeres de criação de animais de pequeno porte, plantações que cultiva no terreno da casa e às pequenas reformas na moradia que ela mesmo realiza. Nascida em 1955, Maria, ao contrário das demais entrevistadas, possui um histórico de liderança local, tendo atuado na esfera pública como vereadora municipal e como presidente do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Lagoão. Por fim, na faixa etária de 50 anos temos Ana, nascida em 1963, que há pouco mais de sete anos mudou-se com o marido e os filhos para o núcleo urbano do município. Sua aposentadoria é uma das principais fontes de sustento para a família e as memórias que carrega da vida na zona rural são pouco saudosas e perpassadas pelo sofrimento.

Para a realização das entrevistas, as entrevistadas assinaram o termo de consentimento representado pela Carta de Cessão de Direitos. No documento, além da autorização de uso dos depoimentos, também pediu-se autorização para que, após o encerramento das entrevistas e término da dissertação, a gravação e as respectivas transcrições fossem destinadas ao Repositório de Entrevistas de História Oral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REPHO/UFRGS)²⁵.

Na transcrição das entrevistas optamos por não transcrever palavras repetidas ou enfatizar vícios de linguagem como “hum”, “né”, “daí”, “assim” e “então”, pelo fato disso

²⁵ Apenas uma das entrevistadas optou pela não identificação, mas todas optaram pela doação do material das entrevistas para o REPHO/UFRGS.

não alterar o sentido e a organização do discurso nas entrevistas. Em alguns momentos foi mantido a linguagem coloquial das narradoras, enquanto em outros fizemos pequenas adequações linguísticas como “nóis” por “nós” ou “fumo” por “fomos”, por exemplo. Procuramos, então, uma mediação entre a fala coloquial com a gramática formal da língua portuguesa, com o intuito tanto de não maximizar preconceitos linguísticos²⁶, como também por entender que os modos como os indivíduos se expressam são perpassados por elementos de formação histórica regional, étnica e de acesso a mecanismos estatais como a educação formal. Em síntese, quaisquer alterações feitas não resultam em modificações na fluidez e estrutura da narrativa.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, a dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução. No primeiro capítulo, *“O caminho até as mulheres rurais (de Lagoão): história das mulheres, memória e geração”*, trataremos sobre a produção teórica e metodológica em que está embasado nosso trabalho, além de propor uma apresentação aprofundada das histórias de vida de cada uma das mulheres estudadas. A partir dessas memórias iniciais, as mulheres vão nos indicando os caminhos analíticos a serem aprofundados ao longo do estudo, em que o trabalho se constitui como eixo central para o entendimento de suas relações cotidianas e das múltiplas privações impostas por uma série de fatores estruturais. Por isso, essa apresentação e problematização das fontes se faz necessária nesse primeiro momento, pois não só nos coloca diante das temáticas – trabalho, educação formal, relações de gênero, sofrimentos e saberes tradicionais – a serem desenvolvidas no decorrer do processo da pesquisa, como também podem tensionar os estudos que centram nas conquistas femininas ocorridas desde o século XX.

No segundo capítulo, *Memória e Trabalho: o trabalho para viver*, partindo do princípio de que as narrativas destas mulheres apresentam como fio condutor as memórias sobre trabalho, buscaremos perceber quais são os sentidos atribuídos as essas memórias e como suas narrativas são articuladas às diferentes formas de trabalho exercidas ao longo da vida. Além disso, aprofundaremos as questões indicadas no primeiro capítulo, como a relação entre trabalho e acesso à escolarização, bem como no que se refere aos saberes tradicionais.

No terceiro capítulo, *Fronteiras de gênero: entre o público e o privado*, pretendemos

²⁶ WEIMER, 2015.

explorar a relação entre as entrevistadas com a memória. Com isso, focaremos no processo de entrevistas, analisando o modo como essas mulheres falam de si e como são expostas as questões a respeito da família, vida em comunidade, política, violência e as múltiplas privações e sofrimentos ao longo de sua trajetória de vida. Questões essas que perpassam suas narrativas sobre as relações de gênero e trabalho no “ser” mulher no contexto rural.

CAPÍTULO I

O CAMINHO ATÉ AS MULHERES RURAIS (DE LAGOÃO): HISTÓRIA DAS MULHERES, MEMÓRIA E GERAÇÃO

Conforme Rachel Soihet (1997), a grande reviravolta ocorrida na História nas últimas décadas foi o debruçar de intelectuais sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento dos estudos referente às mulheres. Ademais, destaca a autora que, ao se preocupar com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, a história cultural pluralizou seus objetos de investigação, colocando as mulheres na condição de objeto e de sujeito da História. Nesse cenário de mudanças na produção historiográfica, abre-se espaço para estudos de diferentes grupos de mulheres que agrupavam-se nas sombras do interesse de pesquisadores de até então.

Contudo, quando pensamos sobre a produção historiográfica no que concerne às mulheres rurais, é notório a incipiência de estudos nesta temática. A historiadora Michelle Perrot (2005), pensando sobre as ausências de mulheres na historiografia francesa, analisa que o silêncio pesa ainda mais sobre as operárias e camponesas, cuja individualidade nos escapa. No caso das camponesas, quando aparecem nas pesquisas históricas são representadas em grupos – nos campos, nas feiras ou peregrinações –, de modo que ao apagar suas particularidades e conflitos, mantém-se a ilusão de um “comunitarismo” um tanto imobilizador no contexto rural. Apenas se ouve o eco das mulheres, enfatiza Perrot, quando elas perturbam a ordem pública e tornam-se casos de polícia e justiça, como no caso da participação nos motins da fome da Inglaterra do século XVIII, nos estudos de Edward Thompson.²⁷

Nas últimas décadas, estudiosas têm buscado problematizar o papel da teoria marxista no reconhecimento da invisibilidade do trabalho desempenhado por mulheres – e o conseqüente apagamento de suas participações nos processos econômico e sociais. Érika Amorin *et al.* (2015) dissertam que por meio da influência do marxismo, na década de 1970, iniciaram-se discussões com o intuito de diferenciar “trabalho produtivo” de “trabalho improdutivo”, afetando o reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres. Linda

²⁷ THOMPSON, 1998.

Nicholson (2000), uma das principais expoentes da crítica feminista à teoria marxista, argumentou que a dissociação entre as esferas “produtivas” e “reprodutivas” levou Marx a ignorar o componente de socialização na história da humanidade. Nesse sentido, a autora afirma que Marx eliminou de seu enfoque teórico todas as atividades que seriam necessárias para a sobrevivência humana, por estarem fora da “economia” capitalista. Não sendo apenas as identificadas como “reprodutivas” (como cuidar dos filhos e da alimentação), mas também aquelas referentes à organização social: as que regulam as relações de parentesco ou as classificadas como “políticas” na sociedade moderna.²⁸

Nesta mesma perspectiva, Amorin *et al.* ressaltam que o problema central da teoria marxista estaria em desconsiderar a presença feminina nas duas esferas, mesmo que de forma subjugada²⁹. Desse modo, embora seja preocupada com a luta de classes e as formas de exploração do proletariado, defendem as autoras, a teoria marxista deixou de contemplar a exploração de metade da população mundial, que, ao ser constituída por mulheres, tem a sua força de trabalho explorada e não paga. Como já apontado em outras pesquisas realizadas com mulheres rurais, tal discurso de invisibilidade da força de trabalho feminino perpassa, em menor ou maior ênfase, pelo discurso das cinco entrevistadas, sobretudo, quando referido às atividades domésticas e cuidado com os animais de pequeno porte. Atividades estas imprescindíveis para o andamento do processo produtivo na estrutura rural.

Outra vertente de estudos que tem adquirido cada vez mais proeminência se refere aos estudos de interseccionalidade. É o caso do estudo de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015), no qual aponta-se para a necessidade dos debates a respeito das convergências entre gênero, raça, classe, sexualidades e outros marcadores sociais. Isto, pois, acaba por identificar não só uma sobreposição entre padrões de dominação independentes como também um entrelaçamento complexo, no qual, ao aprofundar as interpretações do mundo social e de projetos emancipatórios, torna-se preciso incorporar diferentes esferas de socialização³⁰. A noção de interseccionalidade, de acordo com os autores, permitiria compreender que os sistemas de dominação são múltiplos.

Pensando na investigação em curso, mesmo tendo experiências em comum quanto às relações de gênero, como mulheres rurais de Lagoão, fatores como etnicidade e classe social estabelecem modos diferentes no experienciar o próprio gênero. Kimberlé Crenshaw (2004),

²⁸ NICHOLSON, 2000, p. 25.

²⁹ AMORIN *et al.*, 2015, p. 199.

³⁰ BIROLI e MIGUEL, 2015, p. 28.

tratando da interseccionalidade na discriminação por raça e gênero, explica que as formas por meio das quais uma mulher negra experimenta o gênero são diferentes das formas vivenciadas por uma mulher branca. Assim, assinala a necessidade de identificar o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e, por conseguinte, afetam a vida dos indivíduos.

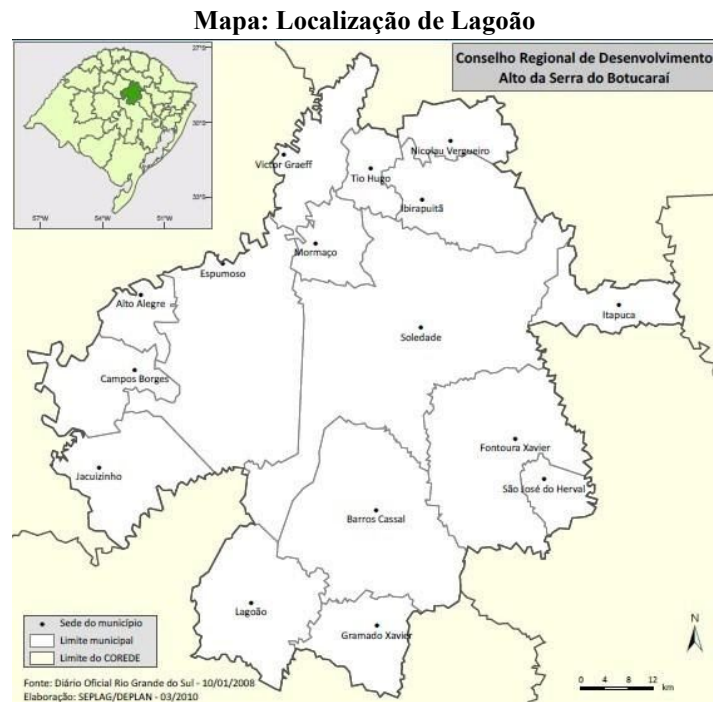
Com o intuito de pensarmos os fatores de classe social e identificação étnica na análise das entrevistas, torna-se preciso recuar um pouco e tecer algumas considerações sobre o município de Lagoão. Muito embora não tenhamos como foco pensar a constituição histórica do município, é necessário pontuarmos alguns aspectos gerais que possibilitem compreender como a formação socioeconômica e política interfere nas condições e modos de vida das mulheres entrevistadas, além de oferecermos aspectos necessários para o entendimento de como as depoentes se identificam e compreendem a si mesmas. Além disso, entender o local, o micro, nos permite uma melhor compreensão de como as políticas macroeconômicas vivenciadas nas últimas décadas impactaram ou não a vida destas mulheres.

Nesta perspectiva, estudos como os de Fabian Filatow (2002), sobre o movimento dos Monges Barbudos na região estudada, podem auxiliar neste propósito. Segundo Filatow, a região Botucaraí, que o município de Soledade integra e do qual Lagoão se emancipou em fins da década de 1980, é marcada pela presença missioneira desde o século XVII e pela presença jesuíta a partir de 1626. No entanto, foi apenas no século XIX, com a abertura da Picada do Botucaraí, que houve a possibilidade de ocupação na região³¹. Ainda em 1857, quando foi elevada à Vila, a atual Soledade era dividida entre três distritos, sendo um destes denominado Lagoão. Com a formação de novos municípios esse distrito se desmembrou e Lagoão passou a ser o território municipal que conhecemos hoje.

Filatow disserta ainda que a “colonização oficial”, em Soledade, determinou uma profunda alteração étnica, visto que a constituição basicamente cabocla e/ou de origem luso-brasileira, receberia imigrantes alemães e italianos a partir de meados do século XIX e início do XX. Nesse sentido, apesar de alguns municípios do entorno de Lagoão receberem uma onda de imigração significativa – alemã em Tunas e italiana em Sobradinho, por exemplo –, o município não compõe a zona de imigração direta, tendo apenas uma pequena

³¹ A formação de Soledade como município é resultado de uma série de formação de novos Distritos, como o de Passo Fundo a que era anexada.

parte da população que se identifica como descendente desses grupos.



Fonte: Atlas socioeconômicos Rio Grande do Sul. Disponível em:

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acessado em 20/05/2019.

O apagamento da identificação com grupos negros, caboclos e indígenas é reforçado na narrativa das mulheres, em razão de que ao longo das entrevistas todas se identificaram como “brancas” em termos de raça e brasileiras em termos de etnicidade, não considerando serem pardas mesmo que, em algumas vezes, fosse indicado em seus fenótipos. Um elemento importante a ser destacado é que, casualmente, enquanto realizávamos a pesquisa de campo no início de 2019, nos deparamos com a informação a respeito da existência de um quilombo em uma das regiões de Lagoão. Em 2017, a Comunidade Vila Miloca, a cerca de 2 km da sede do município, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola, conforme o decreto nº 4.887 de novembro de 2003. Tal informação só se difundiu entre a população do município devido à aprovação de um jovem, morador desta comunidade, por meio do programa de cotas para quilombolas, no curso de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Compreendemos etnicidade a partir da denotação disposta no *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa* (2014), de José Maurício Arruti.

Partindo do pressuposto de que variações gramaticais podem ter valor semântico e de que é atribuído a algumas delas valor teórico, o autor defende que é possível dizer que parte das dificuldades interpretativas com relação à utilização do conceito de etnia e seus derivados – étnico e etnicidade –, refere-se ao equívoco de empregar como sinônimos termos distintos. Nesse sentido, o “emprego de etnicidade coloca em destaque não exatamente a unidade social, o grupo étnico, mas a atitude ou performance dos sujeitos quando estes atuam em situação de alteridade”³².

No que se refere à questão indígena, o silenciamento deste grupo se apresenta de modo mais contundente. De acordo com o *site* oficial da prefeitura municipal, Lagoão têm sua base étnica caracterizada por 70% da população descendentes de portugueses, 10% de alemães, 5% italianos e 15% de africanos³³. Entretanto, Kalinka Schmitz (2019), ao abordar o processo de (re)organização da propriedade da terra durante a Primeira República, no norte do Rio Grande do Sul, aponta para a existência do toldo Lagoão³⁴, formado por indígenas Kaingang e de responsabilidade da comissão de Soledade. Os toldos seriam áreas reservadas aos índios com finalidade de reduzir sua circulação. Ainda conforme a pesquisadora, em 1917 haviam no estado 12 toldos indígenas, dos quais quatro não haviam sido demarcados,³⁵ incluindo, o de Lagoão, que seria o mais isolado entre os toldos não demarcados.

Devemos novamente frisar que Soledade ocupava um grande contingente de terras na região, de modo que vários municípios se emanciparam desta. Com isso, o toldo de Lagoão pode representar apenas uma parte do município que hoje é foco empírico deste estudo. Porém, pelo fato dessa questão não constituir o foco central da investigação e por não haver, tampouco, a competência necessária para encabeçar uma reflexão sobre a questão indígena nessa região, deixamos em aberto esse aspecto como indicativo para novos estudos. Ainda, é pertinente esclarecer, nesse momento, que já nas primeiras entrevistas as mulheres apontaram para uma negação da descendência e identificação étnica para com grupos negros e indígenas. Tal negativa indica uma identificação como brancas, o que pode ser um indício de que há, na memória da região, um apagamento sobre a participação das populações

³² ARRUTI, 2014, p. 207.

³³PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOÃO. **História**. Disponível em: <<https://www.lagoao.rs.gov.br/pg.php?area=HISTORIA>>. Acessado em 18 de maio de 2019.

³⁴ Ver mapa em Anexo 1.

³⁵ SCHMITZ, 2019, p.138.

negras e indígenas na história. No entanto, buscar compreender essas questões exigiria um aprofundamento da pesquisa que o tempo do mestrado não permitiria fazer, por isso, optamos por não contemplar tais elementos nas análises.

Para pensar classe social torna-se necessário considerar que, por muito tempo, Lagoão compôs o mapa da extrema pobreza do Brasil. Conforme as investigações de Maria Lêda dos Santos e Juliano Tonezer da Silva (2010), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano para o Brasil (PNUD), de 2003, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Lagoão no mesmo período era de 0,674, estando entre os cinco municípios com o menor índice de desenvolvimento humano do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, enquanto o Estado se enquadrava na categoria de alto desenvolvimento humano, com 0,814, os dados apresentados para a região de Lagoão se assemelhava a de estados como Alagoas e Maranhão, com os menores índices do Brasil.

No entanto, cabe destacar que dados mais recentes de indicadores, entre 2010 e 2013, apresentam índices como o Produto Interno Bruto (PIB) de 13.076.40; a renda per capita da população de 432.78 e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.643. Apesar de representarem alguns dos índices mais baixos do país, também apontam uma melhoria nesse quadro. Isto, por exemplo, pode ser verificado nos dados disponíveis no site do Datapedia, que apresenta o percentual da população abaixo da linha de extrema pobreza entre os anos de 1991 a 2010, nos quais, enquanto o estado do RS encontra-se com um percentual de 9,89%, Lagoão apresentava percentual de 39, 67%. Esta enorme distância foi sendo reduzida ao longo de duas décadas, de modo que, em 2010, o estado contava com índices de 1.98% e Lagoão com 6,72%³⁶. Informações como estas tornam-se pertinentes ao nosso trabalho, pois demonstram as alterações na situação econômica e, por conseguinte, as interferências geradas na vida da população em geral, sobretudo na vida das mulheres entrevistadas nesta investigação.

Nesse sentido, a noção de campo de possibilidades proposta pelo sociólogo Gilberto Velho (1994) permite pensar tanto nas transformações quanto nas permanências que permeiam os códigos culturais, as formas de trabalho e as relações de gênero presentes nas vivências das mulheres estudadas. Conforme Velho, campo de possibilidades “trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial

³⁶ DATAPEDIA. Datapedia em Lagoão. Disponível em: <<http://www.datapedia.info/public/cidade/3778/rs/lagoao#mapa>>. Acessado em 22 de maio de 2017.

interpretativo do mundo simbólico da cultura”, resultado de “complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculadas aos códigos culturais e aos processos históricos de longa duração”³⁷.

Diante disso, deve-se considerar as clivagens econômicas a que essas mulheres estão expostas. As entrevistadas Ana e Eva relatam possuir pequenos lotes, forçando-as, e os demais membros da família, a venderem sua mão de obra aos vizinhos com o intuito de garantir o sustento familiar. Já Maria, única liderança política entre as entrevistadas, mesmo sendo uma mulher trabalhadora possui uma vasta dimensão de terras, inclusive, arrendadas para monocultores de soja. Nisso, surge o atravessamento de classe tanto no discurso das entrevistadas quanto nos modos de se experienciar o gênero no contexto estudado, pois embora Maria pontue, no seu relato, o trabalho na ordenha das vacas leiteiras, o feitiço de queijos para a venda e o desempenho das atividades domésticas na comunidade, ela é considerada uma mulher de classe superior. Isto tanto em decorrência do fato de pertencer a uma família de prestígio local quanto em relação a melhores condições econômicas e ao acesso a uma vida pública no legislativo do município.

Em áreas rurais, a dimensão dos lotes de terra ainda acaba sendo demarcador do poder aquisitivo e de barganha dos indivíduos. Questões sobre a situação das mulheres na estrutura agrária e as diferenças de gênero quanto à propriedade da terra em diferentes países latino-americanos foram objeto de pesquisas como as de Carmem Diana Deere e Magdalena León (2003). A partir do exame de dados oficiais destes países, as autoras argumentam que as desigualdades de gênero na propriedade fundiária em toda a América Latina são significativas. Os homens acabam sendo favorecidos de todas as formas na aquisição de terras: preferência na herança, privilégio masculino no casamento, viés masculino tanto nos programas comunitários quanto nas estatais de distribuição de terras e viés de gênero no mercado fundiário.

No que se refere ao Brasil, por meio do programa experimental do Banco da Terra, criado em 2000 e suspenso em 2003, um decreto administrativo destinava 30% do crédito a mulheres para compras de terras. Embora tenha sido uma medida inovadora, pois pela primeira vez esse sistema de quota de inclusão de mulheres em um programa de distribuição

³⁷ VELHO, 1994, p. 28.

de terra foi proposto, Deere e Léon enfatizam que desconhecem a implantação na prática. Como conclusão para as análises, as autoras indicam algumas tendências que visam favorecer a equidade de gênero na distribuição de terras, particularmente, no que se refere a divisões mais igualitárias nas heranças e escrituras conjuntas após o casamento. Grande parte dessas mudanças são resultado de fatores como imigração dos jovens para as cidades e enfraquecimento da agricultura familiar em decorrência da expansão da agricultura de monocultura, fatores que tensionam as relações existentes. No entanto, prevalecem fatores culturais, estruturais e institucionais que dificultam ainda mais esse processo.

1.1 Memória, Geração e Tempo

Para Verena Alberti (2004), em uma entrevista de história oral há uma vivacidade, um tom especial, justamente por se tratar da experiência de um sujeito. Desse modo “sua narrativa acaba colorindo o passado”³⁸, se tornando único e singular e conferindo vida às conjunturas e estruturas que de outro modo pareceriam tão distantes. No caso das mulheres, Michelle Perrot (2005) argumenta que a história oral e a memória podem ser interpretadas como uma forma de subverter o silenciamento imposto às mulheres ao longo de séculos, sendo quase uma espécie de revanche³⁹.

Ainda de acordo com Perrot, a imagem das mulheres ateando fogo em suas escritas íntimas, cadernos ou cartas de amor na França do século XIX, sugere a dificuldade feminina “de existir de outra forma, além do fugaz instante da palavra”⁴⁰ e os decorrentes impedimentos de encontrar uma memória que não deixou traços. Em meio a essas dificuldades de vestígios documentais, o desenvolvimento da história oral permitiu acessar as memórias das mulheres e com isso promover novas interpretações para as dinâmicas de gênero em diferentes contextos.

Tendo em vista que o centro das discussões desta pesquisa estão em torno de memória e história social das mulheres, é essencial o debate, na teoria historiográfica, em relação à memória, geração e tempo presente. A partir das reflexões expostas em trabalhos de autores como Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (2006), Joël Candau (2011) e Paul

³⁸ ALBERTI, 2004, p. 14.

³⁹ PERROT, 2005, p.40.

⁴⁰ Ibid., p. 37.

Ricouer, buscaremos, na medida em que isso se demonstra possível, articular as análises dos autores com nosso objeto de estudo.

Uma dificuldade para aqueles(as) que trabalham com memória estaria na formulação de um conceito objetivo sobre a mesma. A pesquisadora Jô Gondar (2016) apresenta duas razões que impossibilitam a formulação de um conceito de memória. Primeiro, justifica que um conceito deve explicar algo no passado, presente e futuro, sem mudança, de modo que a memória na sua variedade de processos de conservação e transformação não se deixa aprisionar em uma forma fixa e estável. Pelo contrário, a única fixidez da memória é a reconstrução permanente, sendo suas noções “plásticas e móveis”⁴¹. A segunda razão, por sua vez, estaria condicionada ao fato de que a memória não é definida de maneira unívoca em nenhuma área de conhecimento, pois mesmo no interior de cada disciplina é controversa.

Dentre estes estudiosos, muitos se dedicaram a perceber a relação entre história e memória, chegando, inclusive, a classificá-las como pares antagônicos. Nora, ao dissertar a respeito de memória e história, coloca as duas em contraponto, afirmando que

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado⁴².

Tal caráter de oposição proposto por Nora deve ser pensado com base na tese que o autor defende: de um *lugar de memória*. No entanto, partindo da premissa de que as abordagens nesta investigação têm a memória de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais como objeto de estudo na escrita da História, o entendimento de oposição entre memória e história não nos é útil, já que a primeira é o instrumento de trabalho para a segunda. Melhor dizendo, a partir da perspectiva de Ricoeur (2007), podemos entender que o testemunho das entrevistadas constitui a estrutura fundamental para uma transição da memória para a história.

Em uma perspectiva de trabalho que tem como foco a problemática da memória e da identidade, o antropólogo francês Joël Candau (2011) explica que a “memória, ao mesmo

⁴¹ GONDAR, 2016, p. 19.

⁴² NORA, 1993, p. 9,

tempo em que nos molda é também moldada por nós”⁴³, sendo este o princípio básico para compreender a dialética existente entre memória e identidade. Nesse sentido, ambas não apenas se conjugam como também se nutrem e se apoiam mutuamente para produzir uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa e, por fim, o esquecimento.⁴⁴ Como defesa para estas interpretações, Candau problematiza as discussões sobre “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (2006). De acordo com Halbwachs, a sucessão de lembranças, inclusive as que consideramos mais pessoais e que pertencem somente a nós mesmos, se explicam pelas mudanças produzidas em nossas relações com os diversos ambientes coletivos. Isto é, “pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto”.

45

Porém, ao interrogar a respeito de qual pode ser a representação de lembranças ou representações do passado, Candau tensiona a pertinência da expressão “memória coletiva” como um conceito de análise. O antropólogo considera, desse modo, que Halbwachs se equivocou ao não distinguir a ação inicial da lembrança e o desenvolvimento da amnésia quando se referiu à “multiplicidade de séries casuais”, na origem de um ato de memória. Mesmo que haja um conjunto de lembranças compartilhadas pelos membros de uma determinada sociedade, as sequências de lembranças individuais possivelmente serão diferentes devido ao grande número de combinações da totalidades destas sequências. No entanto, Candau concorda com o Halbwachs ao analisar que quanto menor for um grupo, mais as memórias individuais tendem a se abrir facilmente umas às outras. Segundo o autor, percebe-se “uma focalização cultural e homogeneização parcial das representações do passado, processo que permite supor um compartilhamento da memória em proporções maiores ou menores”⁴⁶.

Ao direcionar as observações para nossos sujeitos empíricos, o fato de estas mulheres se concentrarem em um espaço em que as relações se fundam no parentesco e convívio próximo propicia pensarmos que suas memórias individuais estarão embasadas em experiências e representações compartilhadas. Halbwachs afirma que, no primeiro plano da memória de um determinado grupo, destacam-se lembranças dos eventos e experiências que

⁴³ CANDAU, 2011, p. 16.

⁴⁴ Ibid., p.16.

⁴⁵ HALBWACHS, 2006, p.69

⁴⁶ CANDAU, 2011, p. 46.

se referem à maioria de seus membros, as quais são resultado tanto da própria vida do sujeito quanto dos indivíduos com os quais ele convive. As reflexões do segundo capítulo apontam para isso, uma vez que as memórias relacionadas ao trabalho e à estrutura familiar seguem uma representação muito próxima. No entanto, também compreendemos que as experiências de cada sujeito devem ser consideradas no modo de narrar, em que as trajetórias de vida acabam influenciando em suas percepções de mundo e de si próprios conforme sua individualidade é igualmente moldada, o que, por conseguinte, corrobora o exposto por Candau.

Como já percebemos é importante atentar para o fato de que os estudiosos da memória apresentaram divergências teóricas consideráveis e que, em decorrência disto, é preciso esclarecer, afinal, quais serão as reflexões que orientarão as análises dos próximos capítulos. Para isso, tomamos como ponto de partida as interpretações de Ricoeur (2007) a respeito da memória como um fenômeno, que se iniciaria por uma “análise voltada para o objeto de memória, a lembrança que temos diante do espírito, depois, ela atravessa o estágio da busca da lembrança, da anamnésia, da recordação, passa-se finalmente, da memória dada e exercida à memória refletida, à memória de si mesmo”⁴⁷. Assim como Ricoeur, os trabalhos de Michael Pollak sobre identidade (1992) e memória enquadrada e subterrânea (1989) serão fundamentais para as análises dos discursos das entrevistadas.

Nos estudos que tangem mulheres e memórias, normalmente é pontuada a questão da diferença de narrativas entre mulheres e homens. Rodrigo de Azevedo Weimer (2015), em estudo geracional de uma comunidade quilombola no Rio Grande do Sul, defende que, em suas narrativas, as mulheres procuravam tirar o melhor partido possível de situações relembradas, inclusive quando se apresentavam desvantajosas, não se contentando, assim, com “um lugar subalterno”⁴⁸. O autor assinala, ainda, que há uma diferença em termos de “qualidade dos relatos”⁴⁹ entre os relatos de homens e mulheres, pois o lugar ocupado por estes na sociedade camponesa do início do século XX acaba sendo representado em suas memórias.

Conforme Weimer, as memórias dos avôs remeteram ao espaço público (relação com os fazendeiros, transações comerciais e o mundo do trabalho), aos seus deslocamentos para

⁴⁷ RICOEUR, 2007, p. 17-18.

⁴⁸ WEIMER, 2015, p. 43.

⁴⁹ No caso de seu estudo, a qualidade dos relatos está condicionada à proposta de análise do pesquisador, na qual as mulheres foram fundamentais.

cima da serra, às tropas de bois e ao testamento de Rosa Osório Marques⁵⁰. As memórias evocadas pelas avós, por sua vez, estão relacionadas ao trabalho na roça e doméstico e às relações de parentesco e compadrio, se referindo ao espaço familiar. Nesse sentido, o autor diz que a “memória reproduz a dicotomia casa-rua pela qual as relações de gênero adquirem significado para o grupo em questão”⁵¹.

Em contrapartida, Tedeschi (2014) discorre que quem “narra suas lembranças recria e comunica experiências marcadas pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero”⁵². Para o autor, lembrar é recriar experiências que também perpassam o gênero, não significando argumentar uma especificidade da memória feminina com base na biologia ou nos papéis sociais. Assim, Tedeschi problematiza as frequentes afirmações de que as mulheres falam da família, enquanto o homem de outros assuntos. Suas críticas se estendem a Michelle Perrot, argumentando que em suas análises a historiadora considera que a memória é marcada e estruturada por papéis sociais. Todavia, defende que uma “perspectiva de gênero poderia, talvez, ser melhor compreendida através da noção de experiência” do que, no caso, permitiria a teoria dos papéis sexuais.⁵³

Com o intuito de estabelecer uma articulação com a pesquisa em foco, concordamos com Tedeschi quando argumenta que as memórias estão relacionada às experiências dos sujeitos, sendo o gênero mais um entre os demais atravessamentos existentes na constituição, nesse caso, do sujeito feminino e do modo como lembra. Mas também concordamos com Weimer quando defende que as mulheres tendem a ressignificar suas experiências, inclusive as que por vezes se mostram desvantajosas. Nas narrativas das mulheres estudadas nem sempre as delimitações de público e privado são nítidas, como é o caso de Eva, que narra tanto eventos da esfera privada do lar quanto outros em que relata estar negociando terras, animais ou sua força de trabalho com homens, na esfera pública. Ao se tratar da ideia de papéis sociais, é fácil incorrer no erro de considerar que esses são papéis fixos, atribuindo ao feminino o espaço doméstico. No caso das entrevistadas deste estudo, é possível perceber que suas memórias não se enquadram em um único papel feminino.

Eventualmente, em algum momento das análises, podemos utilizar o termo

⁵⁰ Senhora escravocrata que pouco antes da abolição libertou seus escravos e testamentou com um lote de terras Felisberta, então sua escrava e a matriarca da família estudada por Weimer.

⁵¹ WEIMER, 2015, p. 185-186.

⁵² TEDESCHI, 2014, p. 19.

⁵³ Ibid., p. 22.

lembrança ou memória como sinônimos para pensar o relato das entrevistadas. No entanto, a fim de explicar a diferença entre memória e lembrança, Ricoeur (2007) esclarece que um dos primeiros traços que caracteriza o regime da lembrança está na multiplicidade e os graus variáveis de distinção das lembranças. Enquanto fala-se de ‘memória’ no singular, como capacidade e como efetuação, as lembranças estão no plural: temos lembranças. Nesta perspectiva, as lembranças podem se apresentar de modo isolado ou “em cochos”, conforme as “relações complexas atinentes aos temas ou às circunstâncias, ou em sequências mais ou menos favoráveis à composição narrativa”⁵⁴. Diante disso, Ricoeur afirma que se pode tratar as lembranças como formas discretas e com margens em certa medida precisas, que se diferenciariam do que se chamaria de um fundo memorial, com o qual é possível nos deleitarmos em devaneios da imaginação.

Da mesma forma que a memória integra complexas teias de análise, compreender o conceito de geração nos coloca diante de diferentes interpretações. Para elaborar as reflexões utilizaremos das análises de Pierre Nora, Paul Thompson, Jean-François Sirinelli e Paul Ricoeur. Conforme Nora (1993), a noção de geração seria tanto material como funcional e simbólica: material devido ao seu conteúdo demográfico, funcional por garantir a cristalização da lembrança e sua transmissão, além de simbólica por definição. Sobre o caráter simbólico, esclarece que é caracterizado por um acontecimento ou experiências vividas por um pequeno grupo do qual não necessariamente tenha-se participado.

Paul Thompson (1993), ao estudar a transmissão cultural entre gerações dentro da família em uma perspectiva na migração, destaca que a necessidade universal de transmissão da cultura entre as gerações é tão antiga quanto a humanidade, de modo que, em nossas vidas, natureza e cultura se apresentam como fusão e contradição. Isto é, a cultura é o que converte os indivíduos em grupos e sua continuidade é vital, enquanto que a natureza se apresenta como um contraste⁵⁵. Decorre daí a necessidade de perpetuar entre as gerações modos de vida, de comportamento e modelos de parentescos, por exemplo. O papel da família por meio da transmissão intergeracional, ressalta o autor, é do mesmo modo importante e antigo.

Jean-François Sirinelli (1996), por sua vez, defende que ao mesmo tempo que geração é objeto da história, também é instrumento de análise. Nesse sentido, conforme o

⁵⁴ RICOEUR, 2007, p. 41.

⁵⁵ THOMPSON, 1993, p. 09.

autor, é preciso defender a geração concebida como uma escala móvel do tempo, pois à medida que limita suas virtudes de “periodização”, esses mesmos limites a tornam fecunda para a análise histórica e para as “respirações do tempo”. Além do mais, essa geração no sentido “biológico”, defende o autor, é aparentemente um fato tanto natural como também cultural, pois por um lado é modelado pelo acontecimento e por outro é derivado, às vezes, da autorepresentação e autoproclamação – ou seja, sentir-se pertencente a uma determinada faixa etária com forte identidade diferencial. A geração é também uma reconstrução do historiador, que classifica e rotula.

De acordo com Ricoeur (2010), a substituição das gerações acaba provocando, de uma forma ou de outra, a continuidade histórica, com ritmo da tradição e da inovação⁵⁶. Nesta perspectiva, questiona como o fenômeno da geração afeta a história e o tempo histórico. Em sua reflexão, ampara-se, entre outros teóricos, nas análises do filósofo Wilhelm Dilthey (1833-1911), o qual teria sido o primeiro a analisar as características do conceito de geração como um fenômeno intermediário entre o tempo “exterior” do calendário e do “interior” da vida psíquica, conforme Ricoeur. A partir disso, distingue dois termos utilizados para geração: o pertencimento à “mesma” e a “sequência de geração”.

Para nossos objetivos de estudo, as duas distinções propostas por Ricoeur são pertinentes, pois as mulheres que compõem esta pesquisa pertencem à mesma geração ao serem contemporâneas de um mesmo tempo e espaço compartilhando: experiências de um mesmo mundo. Em relação a “sequência” de gerações ser analisada por Ricoeur em termos de predecessores e sucessores, tratamos de uma sequência de geração dentro de uma mesma contemporaneidade a fim de perceber quais foram os elementos marcantes narrados por essas mulheres de idades entre 50 e 70 anos.

As reflexões sobre memória e geração nos colocam diante de outra questão perene no fazer histórico: o tempo. É no tempo presente, a partir das perguntas feitas pela pesquisadora, que estas mulheres buscam no passado suas memórias. Temos, então, a convergência de dois tempos no momento da entrevista: o passado e o presente. Assim, outro deslocamento à história estabelecida é a noção de história do tempo presente, a qual, segundo adverte René Rémond (2006), não se trata de uma história do instante, não se devendo confundir uma história da proximidade com uma história da instantaneidade, mas de uma história de duração.

⁵⁶ RICOEUR, 2010, p. 186.

Para a historiadora italiana Luisa Passerini (2006), refletindo sobre a “lacuna” do tempo, este não é um “*continuum*”, pois acaba interrompendo-se no ponto em que o ser humano se encontra e onde “tem que se posicionar contra o passado e o futuro juntos”⁵⁷. Isto é, conforme a autora, entre passado e presente, a lacuna não é apenas um intervalo, mas “um campo de forças gerado pelo esforço do homem [e da mulher] para pensar”⁵⁸, de modo que a História, e mais especificamente a história do tempo presente, pode possibilitar a criação da lacuna que cada nova geração deve descobrir e preservar mediante um trabalho assíduo.

Roger Chartier (2006), por sua vez, ressalta que, ao ser contemporâneo de seu objeto, o(a) historiador(a) do tempo presente partilha das mesmas categorias essenciais e referenciais fundamentais com aquele cuja história ele narra. Com isso, pode-se superar a descontinuidade que costuma existir em termos de “aparato intelectual, afetivo e psíquico”⁵⁹ entre o(a) historiador(a) e sua fonte de estudo. A “superabundância de fontes”⁶⁰ e a aflição com a proximidade imediata que lhe une ao seu objeto podem se demonstrar incômodos no ofício, porém, enfatiza Chartier, a história do tempo presente, “pela sua própria natureza de suas preocupações, permite reconhecer a historicidade fundamental das condições de produção e de validação do saber histórico, atrelando nosso ofício à exigência de conhecimento verdadeiro que o fundamenta”⁶¹.

Notadamente, neste estudo tratamos de memória, geração e tempo a partir da perspectiva de estudiosos europeus, o que não significa dizer que não há uma produção latino-americana que aborde a temática da memória. É o caso das contribuições da boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2008), que analisa os problemas epistemológicos e teóricos na investigação social nas últimas décadas, na América Latina. Segundo a autora, a teoria marxista, sustentada em uma visão de classes sociais homogênea, não foi capaz de atender as demandas diferenciadas de grupos e sujeitos de muitas regiões em uma cadeia colonial de discriminação e exclusão⁶². À vista disso, a história oral indicaria um espaço privilegiado para descobrir as percepções profundas sobre a ordem colonial. Portanto, a autora defende que, ao direcionar nossa investigação para a complexidade, isto é, para a riqueza dos modos de pensamento e de visões da história que geram os próprios sujeitos do estudo em sua

⁵⁷ PASSERINI, 2006, p. 214.

⁵⁸ Ibid, p. 2014..

⁵⁹ CHARTIER, 2006, p. 216.

⁶⁰ Ibid, p. 216.

⁶¹ Ibid, p. 216.

⁶² CUSICANQUI, 2008, p. 164.

experiência vital, nos aproximamos da desalienação e descolonização da história. Isso tornaria possível considerar outras formas de abordar a memória. Esta perspectiva também estará presente na análise das narrativas das entrevistadas.

1.2 Entrevistas e ética na pesquisa

Entre novembro de 2018 e setembro de 2019, realizamos as entrevistas com as cinco mulheres de que trata esta pesquisa. Com exceção de Luiza, que já havia acompanhado o processo de entrevistas de um familiar, para as demais foi a primeira vez que foram convidadas a participar de uma pesquisa desse caráter. Por isso, nos preocupamos em esclarecer sobre o que consistiria nossa investigação e sobre a importância de ouvi-las. A assinatura da carta de cessão, na maioria das vezes, foi vista com estranhamento, uma vez que já foge do comum serem questionadas sobre suas vidas, ainda mais na presença de um gravador. Desse modo, ceder seus dados e assinar um documento se tornava algo, no mínimo, embaraçoso.

O fato de ser mulher proveniente daquela região e compartilhar experiências com as entrevistadas certamente facilitou minha entrada em suas casas e o acesso a suas memórias. Em todas as visitas houve uma recepção agradável e, em meio às cuias de chimarrão, dedicava-me a lhes explicar a importância de ouvir o que tinham a me dizer. Partimos, assim, da premissa de que cada sujeito, com sua história de vida, experiências, lembranças do passado e formas de ver o mundo, constitui parte da História e por esse motivo o relato de cada uma delas constituía-se de significativa importância na elaboração de novos conhecimentos produzidos nas universidades. Buscamos acentuar o compromisso ético com as entrevistadas, esclarecendo que o desenvolvimento do estudo se constituía na transcrição e análise de suas narrativas, as quais, ao final do trabalho, representado pela dissertação, tornar-se-iam um documento público, podendo ser acessado por outros pesquisadores e pela comunidade em geral.

Todas as entrevistas juntas somaram cerca de 8 horas, de modo que apenas as duas entrevistas com Joana não foram transcritas: na primeira, devido às condições inadequadas de acústica e, na segunda, pela não utilização do aparelho de gravação. Para a condução destas primeiras entrevistas estruturamos um roteiro geral dividido em dois blocos de

perguntas: no Bloco I as perguntas estavam relacionadas à infância, à família e a como era viver no contexto rural; no Bloco II nos direcionamos para o tema do trabalho. Neste último, para Eva, Ana e Joana, trabalhadoras rurais aposentadas, as perguntas se relacionavam a quando haviam começado a desenvolver atividades domésticas e na lavoura, questionando se ao se casar continuaram a desempenhar as mesmas atividades, se chegaram a frequentar a escola e, em caso negativo, como se aprendia sobre o trabalho na vida cotidiana.

Além das perguntas do Bloco I e II, com Luiza, professora aposentada, e com Maria, liderança política local, buscamos adequar as questões a suas experiências de vida. Para a primeira, indagamos sobre como era ser professora naquele momento, como era a realidade escolar naquela região e como percebia hoje a frequência feminina na escola. Com a última, acrescentamos perguntas sobre o que significava ser uma das primeiras mulheres a se elegerem para um cargo público no município, como havia sido essa experiência como vereadora e, se tratando de uma líder local do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), como percebia a importância deste na vida das trabalhadoras de Lagoão.

Optamos por uma segunda fase de entrevistas a partir da segunda metade de 2019, mas desta vez somente com Eva, Joana e Maria. Como veremos no terceiro capítulo, em pouco menos de um ano, a vida de Eva passou por várias mudanças e isso acabou por impactar em seu modo de narrar suas memórias de vida. Por isso, as perguntas, embora seguissem uma perspectiva do trabalho, permitiam maior liberdade para a entrevistada estruturar suas memórias com base nas experiências recentes. Em relação à conversa com Joana, o propósito desta segunda entrevista consistia em testar outros modos de conseguir seu depoimento sem o uso do aparelho de gravação, já que na primeira tentativa este representou um fator inibidor. Por fim, a entrevista com Maria também visava aprofundar as análises sobre trabalho, porém com maior ênfase em sua vida pública como vereadora e presidenta do MMTR de Lagoão.

Por se tratar de uma pesquisa em que há uma identificação entre pesquisadora e entrevistadas, é preciso esclarecer: se por um lado tal aproximação propicia um ganho para a pesquisa; por outro, as preocupações de cunho ético em alguns momentos adquiriram proporções quase que inibidoras. Entre os temores estava a incompreensão das entrevistadas com relação ao resultado das análises ou eventuais consequências que a pesquisa poderia acabar gerando em suas vidas e na vida dos meus familiares que vivem no município.

Também pensando sobre o caráter ético em sua pesquisa no Brasil, na década de

1980, com mulheres de classes sociais distintas, a pesquisadora estadunidense Daphne Patai (2010) reflete que a aparente amizade e intimidade que se apresentava no momento da entrevista causava-lhe um incômodo. Patai pontua que os fatores de raça, classe, idade e nacionalidade estabeleceram uma evidente distância entre a autora e suas entrevistadas, tendo em vista ela ser uma pesquisadora branca e estrangeira. Sua preocupação concentra-se no fato de que ao final de uma entrevista nós, enquanto pesquisadores, recolhemos nossos equipamentos e vamos embora, enquanto nossos interlocutores necessitam seguir suas vidas. Em outras palavras, adentramos na vida destes sujeitos, acionamos suas memórias de vida e obtidos nossos objetivos da pesquisa nos retiramos. Mas a autora assinala que, embora o fator do desconforto não seja um resultado inesperado nos estudos com entrevistas, não pode exercer um aspecto paralisante.

A respeito das questões éticas na pesquisa de história oral, Janaina Amado (1997) adverte que o trabalho do(a) historiador(a) com depoentes em vida implica em “uma parcela muito maior de responsabilidade e compromisso, pois tudo aquilo que escrever ou dizer não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos”, como também “trará consequências mediadas para as existências dos informantes e seus currículos familiares, sociais e profissionais”.⁶³ Contudo, a autora defende que a ética e o aceite do trabalho do(a) historiador(a) oral residem, basicamente, nas suas qualidades acadêmicas, isto é, seu comprometimento profissional nos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina, e na sua capacidade de desvendar relações humanas.

Em contraposição aos fatores de distanciamento exposto por Patai, no caso desta pesquisa, há uma relação de aproximação minha (em razão do meu pertencimento ao local e por ser filha de agricultores), mas também de afastamento (por estar ali enquanto a pesquisadora). Ou seja, não sou a pesquisadora que desliga o gravador e vai embora. Ao contrário, há toda uma identificação com aquelas mulheres, com o lugar, com a história delas. Essa identificação com as entrevistadas propicia uma perspectiva de pensar a ética de modo mais próximo, pois este lugar que ocupo como alguém que já pertenceu àquele mesmo contexto rural é constantemente reforçado pelas entrevistadas, em diferentes momentos, quando afirmam “tu sabe”, “tu também conhece” ou “pergunta para o teu pai”. Em alguns momentos, ao longo das entrevistas, esse conflito em torno de aproximação e

⁶³ AMADO, 1997, p. 146.

distanciamento, ao ser evidenciado, trouxe consigo alguma dificuldade para refletir sobre situações narradas pelas entrevistadas. Diante disso, as análises no decorrer da presente investigação se pautam no comprometimento ético da pesquisa histórica, prezando pela clareza dos objetivos das entrevistas para com as entrevistadas.

Joana e Luiza

Joana, nascida em 1942, e Luiza, nascida 1945, sempre viveram em Lagoão, mas suas trajetórias de vida se diferenciam em alguns pontos, a começar pelo critério da escolarização. Sem acesso à educação formal, Joana não se alfabetizou, enquanto Luiza começou a docência com treze anos de idade.

Joana sempre viveu na localidade de Pinhalzinho, em uma área de difícil acesso, tendo há poucos anos perdido o marido com o qual teve seis filhos, treze netos e três bisnetos. Pouco antes de chegar em sua casa, em uma manhã de sábado, a encontramos na lavoura observando suas plantações. Dentre todas as entrevistas, a realizada com Joana certamente se mostrou mais desafiadora, pois além de possuir uma personalidade introspectiva, a presença do aparelho de gravação criou um clima de apreensão e desconforto. Somado a isso, ser questionada sobre sua vida e ter seus dados documentais solicitados para preencher a carta de cessão fez com que o silêncio e o embaraço tomassem conta dos 30 minutos que estivemos juntas durante a primeira entrevista.

Um dos motivos para não ter sido possível transcrever essa entrevista esteve relacionado ao fato de que Joana, de tão angustiada com a situação, não conseguia parar próxima ao gravador. Nos primeiros segundos, a cuia de chimarrão permitiu nossa proximidade, porém, à medida que a entrevista seguia ela respondia de forma muito objetiva às perguntas, com “sim” e “não”, iniciando um vai e vem pela cozinha e a mexer nas gavetas como se estivesse à procura de algo.

Esse comportamento de Joana torna compreensível a advertência de Michael Pollak (1992) de que, para a maioria das pessoas, não há nada de natural em falar sobre a própria vida. Em suas palavras, “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender este súbito interesse”, podendo ser “difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si”.⁶⁴ Essa

⁶⁴ POLLAK, 1992, p. 13

observação ganha sentido na medida em que nos deparamos com entrevistadas como Joana. O silêncio e desconforto foi parcialmente rompido no momento em que fomos finalizando a entrevista, logo após a entrevistada lançar um olhar amedrontador em direção ao gravador e depois em direção a mim. Após estar certificada de que o gravador estava desligado, Joana fez alguns comentários com certo entusiasmo sobre sua falta de escolarização e o pouco grau de instrução escolar que os filhos acessaram.

O trabalho com História Oral parte do pressuposto de que é necessário haver uma gravação de áudio ou vídeo, conforme os interesses do pesquisador, e a transcrição do respectivo material. Entretanto, Alessandro Portelli (1997), em suas análises sobre a oralidade existente nas fontes orais – oralidade que, invariavelmente, acaba sendo desconsiderada no processo de transcrição e posteriormente de análise do objeto –, argumenta que ao desconsiderar os modos de se expressar e as conseqüentes emoções inertes nesse processo, tornamos "insípido o conteúdo emocional do discurso inclinado para a equanimidade e objetividade do documento escrito"⁶⁵. O autor argumenta ainda que, quando direcionamos essa análise a informantes do povo, isso se torna muito mais claro, pois quanto mais o vocabulário de seus discursos possa parecer pobre, mais ricos em variações de matizes, volume e entonação são esses discursos – diferentemente de uma classe média, por exemplo, que aprende a imitar a monotonia da escrita em seus discursos falados. Em estudos mais recentes, dedicados a historicização das entrevistas de História Oral, Alexander Freund (2014) problematiza a preocupação presente entre os(as) historiadores(as) orais com relação a realizar e interpretar as entrevistas, de modo a não refletirem sobre o processo de prática das entrevistas em si.

A partir de tais reflexões, optamos pela realização de uma nova entrevista com Joana, em julho de 2019, porém sem o uso do gravador, tendo o diário de campo como único recurso documental. É claro que tal procedimento está passível de crítica, sobretudo por aqueles que defendem o rigor científico da ciência histórica, e até mesmo por historiadores(as) do campo da história oral, o que seria totalmente legítimo, ainda mais quando pensamos sobre a trajetória de busca de legitimação desta. Todavia, se advogamos em prol de uma História mais plural, devemos abdicar de uma fonte oral porque nossa metodologia de trabalho não atende às necessidades daquele sujeito?

A ausência do gravador estabeleceu uma nova relação, possibilitando uma conversa

⁶⁵ PORTELLI, 1997, p. 29.

com maior diálogo e diminuindo a hierarquia entre pesquisadora e entrevistada. Devido a isso, os momentos de silêncio foram rompidos com perguntas sobre a minha família, sobre o clima, ou seja, a entrevistada agiu com maior espontaneidade embora soubesse que eu estava ali para saber mais da sua vida. Sem o uso do gravador e estando sentada próxima, a pesquisadora também ocupava um espaço de visita, e as visitas devem ser respondidas. Por fim, a entrevista com Joana propicia pensar não só os limites metodológicos no ofício do(a) historiador(a) oral, mas as dificuldades da fala para as mulheres, principalmente no contexto rural.

Natalia Méndez *et al.* (2010) dissertam a respeito de que novos enfoques sobre o mundo do trabalho demonstram a heterogeneidade dos trabalhadores no Brasil, o que evidencia a necessidade de colocar em pauta as múltiplas relações sociais. Assim, marcadores como gênero e geração articulados com a escolarização produzem diferentes relações de poder e hierarquias no mercado do trabalho brasileiro.⁶⁶ Nesta perspectiva, acreditamos que na composição do grupo de entrevistadas seria interessante a participação de uma mulher que demonstrasse a heterogeneidade e as diferentes possibilidades de ser mulher no contexto rural. Para isso, optamos por acrescentar às entrevistas uma professora.

Luiza⁶⁷, hoje aposentada, começou a lecionar com apenas 13 anos no interior do município de Soledade, atual região de Lagoão, na década de 1960. Cabe destacar que o acesso efetivo à educação formal nessa região é uma conquista das últimas décadas, sendo que, das cinco entrevistadas, Joana e Eva não se alfabetizaram, Ana estudou até a terceira série do ensino fundamental e Maria, que pertence a uma classe social mais abastada em comparação com as demais mulheres, estudou até a quinta série. O histórico de analfabetismo na região é pontuado por Filatow (2002), quando argumenta que, em 1924, com uma população em idade escolar estimada em 10.270 pessoas, o município de Soledade possuía 2.212 alunos(as) matriculados(as). Estudos mais recentes como os de Santos e Silva (2010), ao analisarem o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, constataram que Lagoão aparecia com índice de 20,8% de analfabetos entre a população de dez anos ou mais.

⁶⁶ MÉNDEZ, GRAZZIOTTON, DORNELLES, 2010, p. 83.

⁶⁷ No caso da relação estabelecida entre a pesquisadora e a entrevistada há algumas variantes em comparação às demais depoentes. Isto pois, ambas buscaram por meio da educação formal uma forma de encontrar novas alternativas de vida, promovendo uma ruptura com as gerações de mulheres que as antecederam. Desde o início da entrevista, Luiza ressaltou a admiração pela pesquisadora, que segundo ela apesar de tão nova trilhava um caminho frutífero, enfatizando que só não estudou mais devido às condições financeiras.

Nesse cenário, em que o acesso à educação formal chegou tardiamente em zonas rurais mais afastadas como Lagoão, Luiza iniciou o exercício do magistério nas classes domiciliares, realizadas em residências que cediam parte de seu espaço, normalmente, a sala de visitas, para as aulas. Conforme relata a entrevistada, os próprios pais se encarregavam de construir as carteiras, conseguir o quadro para as aulas e a professora para lecionar. Não fica claro em seu relato, contudo, se eram esses pais os responsáveis pelo pagamento ou se isso ficava a cargo da administração municipal de Soledade. Após ser efetivada como professora municipal e cursar o magistério nas turmas de férias, Luiza começou a trabalhar em outra localidade do município, em uma escola de modelo “brizoleta”⁶⁸.

Eva e Maria

Eva e Maria são duas mulheres de classes sociais distintas e que circulam na esfera pública e privada de modos diferentes, como perceberemos. Começamos com Eva, aposentada como produtora rural, nascida em 1953. Quando realizamos a primeira entrevista, Eva vivia com seu companheiro no pequeno núcleo urbano de Lagoão, mas após a morte deste passou a viver com a filha e a família desta no interior do município, na localidade de Pinhalzinho, onde havia morado até sua mudança para a cidade. Além de sua narrativa envolvente mostrar elementos para reflexões acerca do trabalho na organização social e das relações de gênero no contexto estudado, Eva permite pensar as dinâmicas quando tratamos de trajetórias de vida. Ademais, entre os diferentes elementos que podem ser abordados, seu depoimento propicia compreender diferentes aspectos, tais como: o trabalho desde a infância, a violência doméstica, o ser mulher em um espaço fortemente patriarcal como o rural e as condições de trabalho, sobretudo no que diz respeito às mulheres trabalhadoras rurais.

Nascida em Vila Freitas, antiga sede de Lagoão quando pertencente a Soledade, em 1955, Maria casou-se aos 16 anos com o atual marido, pertencente a uma família de prestígio entre os membros da sociedade local. Como alguém que se acostumou a subir em

⁶⁸ A década de 1960, na qual a entrevistada inicia na carreira docente, é marcada pelo investimento em educação no campo e surgimento da demanda por novos professores no estado. Conforme Claudemir de Quadros (2005), o governo de Leonel Brizola (1959-1963) objetivava escolarizar a população com idade entre 7 e 14 anos de idade, com o intuito de erradicar o analfabetismo no RS. Desse programa educacional decorreu a construção de prédios escolares, que seguiam um modelo determinado (uma sala multiseriada, cozinha, diretoria e uma pequena varanda), em todos os municípios do RS, que mais tarde se popularizaram como brizoletas ou escolinhas do Brizola.

um palanque eleitoral a fim de convencer seu eleitorado de que seria uma boa representante política, Maria apresenta uma estrutura narrativa quase cronológica dos acontecimentos de sua vida. Calmamente e segura de si, ela perpassa memórias relacionadas ao trabalho na infância, ao casamento ainda muito jovem e aos sentimentos de realização com a família formada e com as experiências de mulher pública engajada no desenvolvimento municipal e atuante no movimento de mulheres. Esse discurso na atuação pública é suprimido, em seu relato, pelo discurso de mulher do lar e mãe de família.

Maria começou sua vida pública na Pastoral da Criança⁶⁹, pela qual desenvolvia trabalho voluntário atendendo famílias de baixa renda das comunidades circundantes da que vive com sua família. Esse trabalho de assistência social associado à figura de respeitabilidade local do marido propiciou sua eleição em dois mandatos no legislativo de Lagoão, entre os anos de 1996/2000 e 2000/2004, pelo Partido Progressista (PP). Além de exercer estas funções como voluntária da Pastoral e ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Lagoão, Maria desempenha um importante papel na organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município, promovendo eventos, reuniões e excursões de lazer com a mulheres membros do grupo.

Ana

A entrevista com Ana aconteceu em uma tarde chuvosa em sua residência. Em todas as ocasiões em que estivemos em sua casa sempre houve uma recepção amistosa por ela e pelos demais integrantes da família. Nascida em 1963, Ana vive hoje no pequeno núcleo urbano do município de Lagoão com o marido, um casal de filhos jovens e uma neta – além de morar no mesmo terreno um dos filhos mais velhos. Pontuar a organização familiar de Ana é importante, pois demonstra um relacionamento muito próximo entre os membros, o que se reflete no modo de vida cotidiana.

Essa relação próxima da família se apresenta, inclusive, no momento da entrevista. Como até então havíamos sido recebidos na varanda da casa, desta vez pedi para passarmos para a cozinha, visto que no lugar onde estávamos não tínhamos condições adequadas para

⁶⁹ Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio da Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

realização da gravação. Contudo, ao adentrar a casa, toda a família nos acompanhou e se acomodaram em silêncio. O volume da televisão em que a neta assistia desenho animado foi diminuído a ponto de não intervir na nossa conversa e a criança aderiu ao método da comunicação por mímica. Assim, o cenário da entrevista era formado por mim, Ana e mais três pessoas, que mesmo imersas no mais absoluto silêncio, se faziam presentes. Pouco mais tarde se somaram ao grupo a vizinha e um dos filhos mais velhos da entrevistada.

Todo esse cenário torna-se importante, pois demonstra como isso possivelmente interferiu no andamento da entrevista. À medida que as perguntas iam sendo feitas, os momentos de silêncio e atenção que constituem uma entrevista, associada à presença e pequenas participações dos espectadores, começaram a constranger Ana. No início, sua voz era grave e seguidamente sorria, talvez até mesmo para disfarçar o nervosismo, mas durante a conversa foi se enfraquecendo, o rosto ficou sério e as mãos eram frequentemente pressionadas uma contra a outra.

Ana, assim como Joana e Eva, sempre trabalhou na lavoura, obteve pouca escolarização, casou antes dos 18 anos, seguindo um modo de vida muito próximo ao de sua mãe. Em contrapartida, Maria e Luiza propiciam abordar as clivagens econômicas e fissuras sociais em contextos rurais como o de Lagoão, reforçando a pluralidade do pensar os sujeitos femininos de modo a evitar uma análise baseada em um estereótipo de mulher rural: mão grossa, pele e cabelos queimados do sol. A evidente importância em ouvir as trajetórias de vida destas mulheres está na possibilidade da escrita de uma História mais plural e diversificada a partir de suas memórias e percepções.

CAPÍTULO II

MEMÓRIA E TRABALHO: O TRABALHO PARA VIVER

Ao longo das entrevistas, as mulheres construíram suas narrativas a partir da ótica do trabalho, tornando este uma espécie de fio condutor de suas memórias. É a partir disso que Eva afirma que ao “trabalhar parece que eu me sinto mais livre”⁷⁰. Luiza, por sua vez sentencia: “se trabalhar matasse eu já tinha morrido”⁷¹; enquanto Maria nos conta que se fica um dia ou um final de semana sentada no sofá começa a sentir-se “entrevada”⁷². Joana e Ana, em meio aos seus silêncios, acabam estabelecendo uma relação do trabalho com a infância e as memórias de privações daquele contexto em que vivem.

A definição mais comum para “trabalho” atribui ao termo o sentido de toda a transformação executada por ação humana. Jean Pierre Vernant (1989) argumenta que o trabalho pode ser entendido a partir da análise técnica, econômica, social e psicológica. Em uma perspectiva semelhante, Georges Friedmann enfatiza que, para além das definições metafísicas e generalizantes do trabalho, torna-se necessário buscar compreender sua diversidade na história e nas sociedades, de modo a entender como é vivido e sentido pelos indivíduos que o executam. Neste capítulo, abordaremos o tema do trabalho como elemento central na narrativa das entrevistadas, baseando-se no entendimento de que o trabalho apresenta uma conotação ambígua no relato dessas mulheres: representa o sofrimento, mas também é o que dá sentido à vida.

Para além de fatores econômicos, o trabalho na vida dessas mulheres é caracterizador e fomentador de suas identidades como mulheres rurais, como sujeitos na estrutura produtiva. Assim, no decorrer do capítulo procuramos compreender os sentidos atribuídos ao trabalho e como as narrativas são articuladas às diferentes formas de labor exercidas ao longo da vida. Para isso, iniciaremos as discussões partindo do pressuposto de que o trabalho é um valor transmitido de geração para geração, desde tenra idade, sendo a família compreendida como responsável principal nesse processo de aprendizagem dos ofícios que se seguirão por toda a vida. Aprendizagem essa que ocorre a partir dos saberes tradicionais,

⁷⁰ Depoimento com Eva em 09/11/2018, em Pinhalzinho/Lagoão-RS.

⁷¹ Depoimento com Luiza em 03/01/2019, em Lagoão-RS.

⁷² Depoimento com Maria em 07/09/2019, em Pinhalzinho/Lagoão-RS.

nos quais desde a infância se aprende sobre o cuidado com os animais, a ordenha das vacas, as atividades agrícolas, etc. Em seguida, analisaremos como ocorre a disciplinarização dos corpos femininos no âmbito rural a fim de explicar a lógica ambígua entre prazer e sofrimento colocada por essas mulheres entrevistadas: o trabalho como referência de uma vida difícil, de grande labor, mas que acaba por significar suas vidas, suas existências.

2.1 Trabalho, família e disciplina

Para entender a centralidade do trabalho na narrativa de vida das entrevistadas, é necessário compreender que a estrutura produtiva do meio rural se caracteriza pelo entrelaçamento das dimensões produtivas e reprodutivas, tendo crianças e mulheres como importante mão de obra, sobretudo, quando pensamos em propriedades familiares de pequeno porte. Losandro Tedeschi (2004) salienta que esse entrelaçamento das dimensões produtivas e reprodutivas na agricultura familiar, conseqüentemente, determina o comportamento camponês, uma vez que os padrões de produção não visam apenas o lucro, mas também as necessidades da família. Resultado desse processo é a representação que as próprias mulheres formulam: no meio rural homens e mulheres incorporam essa divisão do trabalho, entendendo a delimitação de espaço como algo natural.⁷³

As entrevistadas localizam a entrada como força de trabalho na lavoura entre os 7 e 10 anos de idade. Segundo Eva, “ninguém queria ficar em casa”, uma vez que todos na família queriam ajudar os pais nas atividades da lavoura. Questionada sobre isso, ela responde que era:

Pra poder trabalhar e poder ter as coisas. Porque, tu veja, nós não aprendemos a ler, por que não aprendemos? O pai deixou nós para ir plantar o trigo lá e fazer a comida para nós ter... Do que para nós ir para escola. Daí nós não podemos ir para escola... Uns aprenderam outros não puderam aprender por causa disso. [...] Eu não aprendi, daí, porque eu ficava só plantando o trigo, lá com uma chinelinha de dedo, quando tinha e quando não tinha andava de pé no chão lá com um “geadão” “véio” grande lá, plantando trigo. Pra poder ter o pão para poder fazer. Plantando na terra, plantando o trigo, plantando um “eito” de coisa...⁷⁴

⁷³ TEDESCHI, 2004, p. 51-56.

⁷⁴ Depoimento de Eva em 09 de novembro de 2018, em Lagoão.

Dois pontos podem ser analisados no relato da entrevistada: o trabalho infantil e a escolarização formal. O “ter as coisas” estaria condicionado à ideia de necessidades básicas, como comer e se vestir: “Para ter comida, porque não chegava, nós era bastante criança, né? E às vezes dava bem a planta e a vezes também não dava”⁷⁵. Ao acentuar a ausência de elementos básicos ao vestuário, como o uso do chinelo, a imagem dos pés descalços, inclusive nos dias de maior frio devido às geadas, delineia uma infância perpassada pelas precariedades das condições de vida.

Notamos que o trabalho com a plantação do trigo é evocado pela memória de Eva como o fator para a sua evasão escolar. No relato de Ana, o trabalho na lavoura desde os sete anos de idade também aparece como motivo de interferência nos estudos:

[...] Sete anos estava na lavoura, quase nem estudar eu estudei, menina. Saí da terceira série e o pai me botou trabalhar. **Mas foi bom... A gente aprende a trabalhar, aprendeu... O pouco que eu aprendi foi bastante**”⁷⁶.

Novamente, há a relação entre trabalho infantil e educação, mas também chama a atenção o fato da entrevistada compreender que ao ter sido interrompido os estudos pôde aprender a trabalhar desde mais cedo. Isto é, ao positivar a saída da escola, Ana compreende que o aprendizado adquirido já foi o bastante para exercer as atividades necessárias, tendo em vista que seus pais e os irmãos mais velhos não tiveram a mesma possibilidade de alfabetização.

Fatores como a necessidade da mão de obra infantil e ausência e/ou distância das escolas devem ser considerados quando pensamos a relação entre as memórias de trabalho e escolarização. Dentre as informantes, Eva não frequentou a escola e, por conseguinte, não aprendeu ler e escrever; enquanto Ana, ao ter cursado até o 3º ano, orgulha-se ao afirmar não ser possível enganá-la facilmente, já que sabe ler e escrever. Por último, o caso de Luiza requer refletirmos sobre a conjuntura em que foi possível não somente se alfabetizar, mas iniciar a carreira no magistério. O contexto de analfabetismo na região, associado às políticas brizolistas da década de 1960, que objetivava escolarizar a população com idade entre 7 e 14 anos de idade, com o intuito de erradicar o analfabetismo no RS, permitiram que se iniciasse a carreira no magistério com apenas 13 anos de idade. A importância de

⁷⁵ Depoimento de Eva em 09/11/2018, em Lagoão.

⁷⁶ Depoimento de Ana em 07 de janeiro de 2019, em Lagoão.

Luiza nesse estudo aponta para a heterogeneidade do ser mulher rural, demonstrando a presença de fissuras sociais, inclusive, em contexto que tende a apresentar homogeneidade nos “campos de possibilidade”⁷⁷.

Para compreender o surgimento desses marcadores, apoiamos-nos nas reflexões de Beatriz M. Alasia de Heredita *et al.* (1984), que analisam as relações sociais no interior das unidades domésticas de pequenos produtores ligados à produção açucareira do nordeste brasileiro. Para os autores, a delimitação dos espaços de trabalho inicia na infância, de modo que a atividade desempenhada é caracterizada pela faixa etária à qual pertencem. Aproximadamente até os dez anos de idade, os filhos permanecem ligados à esfera doméstica e sob autoridade materna. No entanto, por volta dos seis ou sete anos, idade que pode variar conforme o contexto, começam a desenvolver algumas atividades e a se construir diferenças de acordo com o seu sexo. As meninas, destacam os pesquisadores, voltam-se para os cuidados com a casa e dos animais de pequeno porte, estando disponíveis para “ajudar” o restante da família no trabalho dos “roçados”. Os meninos, por sua vez, são direcionados para o trabalho com o gado e início do treino para a venda de produtos.

Em pesquisa desenvolvida pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), Marcos Vinícios Wink Junior (2015) analisa que, embora se tenha conseguido reduzir a proporção de crianças entre 10 e 14 anos desenvolvendo alguma ocupação, quando comparado com o restante do país, o Rio Grande de Sul ainda é um dos líderes em trabalho infantil. Em 2013, o Estado foi o sexto com maior proporção de ocupados na referida faixa etária, com cerca de 6.2%, enquanto a média brasileira foi de 4.5%. A produção de tabaco, principal fonte de renda para as famílias das entrevistadas, é uma das atividades que mais se utiliza do trabalho infantil. O envolvimento de crianças e adolescentes menores de 18 anos é tão significativo que, desde 2009, foram inseridas novas cláusulas nos contratos firmados entre as agroindústrias fumageiras e os agricultores familiares do RS com o propósito de proibir o uso da mão de obra destes⁷⁸.

Joel Orlando Bevilaqua Marin *et al.* (2012) partem do pressuposto de que o trabalho infantil nessas produções seria uma das piores formas de uso da mão de obra infantil, suscitando o debate entre as diferentes concepções de infância e de trabalho. De acordo com os autores, se por um lado as concepções vigentes nos dispositivos legais no Brasil proíbem

⁷⁷ VELHO, 1994.

⁷⁸ MARIN *et al.*, 2012, p. 2.

o trabalho infantil; por outro, os agricultores pautados “nos usos e costumes tradicionalmente empregados para socializar as novas gerações” atribuem a necessidade de educar os filhos por meio do trabalho⁷⁹.

Essa confrontação de noções do trabalho e a argumentação dos agricultores a respeito de educar os filhos a partir do exercício das atividades rurais, possibilita pensar no relato de Maria e Eva sobre como ocorre o processo de aprender a trabalhar.

É algo natural de família e a gente fica assim, ó, tem pessoas que a gente fica apavorada de vê, [pois] tem uma necessidade muito grande, que passam dificuldade e não têm vontade de fazer nada. Então por isso que eu acho que é da família que **vem vindo aquela sequência de trabalhar para se sustentar**, para ter mais, para ter uma vida melhor. Tem gente que vive na necessidade e não tem vontade de trabalhar, a gente mesmo precisa de uma pessoa para trabalhar em casa ou em roda de casa que seja, para desenvolver um trabalho, aí a gente não encontra e tu encontra pessoas, centenas de pessoas aí precisando tanto de ganhar e não tem vontade de trabalhar.⁸⁰

Percebemos o caráter geracional do trabalho quando Maria reflete que é algo “natural” e que segue uma lógica de necessidade de obtenção das coisas e de dignificação desde o seio da família, em que os pais ensinam a seus filhos os ofícios que seguirão ao longo da vida. Para a entrevistada, a família é fundamental no processo de disciplinarização para o trabalho, sendo uma transmissão geracional tanto aprender o ato da atividade laboral em si quanto a importância desta na valorização. Ademais, quando a entrevistada diz que há pessoas que mesmo vivendo em uma suposta necessidade não têm vontade de trabalhar e que, inclusive, quando se precisa de alguém para trabalhar nas atividades da casa ou “em roda de casa” — ou seja, nas atividades agrícolas ou da horta —, há tanto um atravessamento de classe social, como também de uma perspectiva compartilhada de que o trabalho é um meio de dignificação da vida. A classe é um fator de diferenciação entre Maria e as demais entrevistadas, pois embora seja uma mulher trabalhadora, ela é respaldada por um poder aquisitivo e por relações sociais de influência local. O próprio fato de ter sido uma liderança política também é posto como atravessamento em suas experiências cotidianas e, por conseguinte, em sua narrativa. Mas é também uma perspectiva compartilhada de dignificação porque, assim como perceberemos no relato de outras entrevistadas, o trabalho como um valor está introjetado no modo de viver dessas mulheres.

De acordo com Eva, “se acostuma a trabalhar. E depois de começar a trabalhar,

⁷⁹ MARIN *et al.*, 2012, p. 2.

⁸⁰ Depoimento com Maria em 07 de setembro de 2019, e Pinhalzinho, Lagoão.

assim, tu não quer parar, quer seguir trabalhando, trabalhando”.⁸¹ Em seguida, complementa que da mesma forma que começou a ir, ainda criança, com os pais para a lavoura, ela também ensinou aos filhos desde tenra idade o trabalho da roça: “[...] eu também botei [os meus filhos] do mesmo jeito que ia pra roça trabalhar [quando criança], eu ensinei os meus também. E tão aí, tudo trabalhando.”⁸² Observa-se que não só o trabalho constitui parte do processo educativo dos pais para com os filhos, mas como há uma ideia de missão cumprida quando a entrevistada afirma que estão todos trabalhando na lavoura como ela bem os ensinou. O trabalho na lavoura é uma sequência geracional que aprenderam com os pais, ensinaram aos filhos e esperam que estes ensinem a seus netos. Perguntada se seus filhos seguem esse processo de ensino, Eva responde que “[...] estão ensinando, mas é que dizem que criança **agora** não é pra... É para ir para escola e não pode trabalhar...”.⁸³ Há na frase de Eva a percepção de uma ruptura nesta transmissão de saber o ofício, em que o “agora” (o presente) é posto como um tempo que interdita as famílias de promover a sequência destes saberes. Nessa lógica, a presença da educação formal e as exigências legais, mais precisamente, que obrigam os pais a manterem a frequência escolar das crianças sobrepõem-se ao aprendizado do trabalho.

É importante frisar o caráter geracional e de tempo na frase de Eva, pois tais características demonstram uma mudança profunda nos paradigmas do trabalho entre sua geração e a dos netos. Como observamos no relato, inclusive das outras entrevistadas, o abandono escolar ou o analfabetismo estava associado à ideia de que, mesmo na infância, as crianças eram força de trabalho necessária. Contudo, surge um novo momento em que a frequência na escola passa a ser mais valorizada do que o trabalho, pois é aceitável aos pais que a criança falte ao trabalho do que à aula.

Para compreender o trabalho como um valor, como algo capaz de dignificar e positivar as vidas destas mulheres comuns, torna-se necessário voltar às origens do trabalho como centro das relações humanas. Para isso, utilizaremos das análises de Edward Thompson (1998) e Michel Foucault (1987)⁸⁴. Embora os autores estejam pensando

⁸¹ Depoimento com Eva, em 04 de agosto de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

⁸² Depoimento com Eva no dia 4 de agosto de 2020, em Pinhalzinho- Lagoão.

⁸³ Depoimento com Eva no dia 04 de agosto de 2019, em Pinhalzinho de Lagoão.

⁸⁴ Embora as conclusões de Foucault e de Bourdieu sejam divergentes, para nosso estudo usamos os dois autores, pois o primeiro auxilia na compreensão da disciplinação dos corpos para o trabalho, enquanto o segundo na divisão do trabalho entre mulheres e homens no contexto rural.

contextos e períodos diferentes do abordado neste estudo, suas contribuições possibilitam refletir sobre como essa relação com o trabalho é constituída.

Thompson (1998), em seus estudos da Inglaterra do século XVIII, investiga até que ponto e de que maneira a mudança no senso de tempo afetou a disciplina do trabalho e influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores. Segundo o autor, a difusão geral dos relógios acompanhou o momento em que a Revolução Industrial requeria maior sincronização do trabalho. Em decorrência disso, a regulação dos novos ritmos da vida industrial por meio dos relógios “era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço”⁸⁵.

O descaso pelo tempo do relógio, conforme Thompson, somente tornava-se possível em comunidades de pequenos agricultores e pescadores, uma vez que a estrutura de mercado e administração seriam mínimas, em que as tarefas diárias por vezes parecessem se desenrolarem segundo a lógica da necessidade. Assim, o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode ser compreendido como algo “natural” em uma comunidade de agricultores, sobretudo nos meses de colheita em que há um período específico para que esta seja realizada. Desse modo, é possível observar ritmos de trabalho “naturais” semelhantes aos percebidos em outras ocupações rurais ou industriais: cuidados com os animais em períodos de gestação ou de eventuais ataques de predadores, ordenha das vacas ou mantimento do fogo das fornalhas no trabalho com o ferro ou em outra atividade.⁸⁶

Essa noção do tempo que surge nesses contextos acaba sendo descrita por Thompson como “orientação pelas tarefas”. Tal modalidade seria mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado, pois o(a) camponês(camponesa) ou o(a) trabalhador(a) parece cuidar do que é uma necessidade. Logo, no campo a pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”, o dia pode se prolongar ou se contrair conforme a tarefa e não haveria conflitos significativos entre o trabalho e “passar o dia”, enquanto nas sociedades industriais são marcadas pela administração do tempo e há uma clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida”⁸⁷.

No caso das entrevistadas, devemos considerar que o trabalho compõe sua existência desde tenra idade, quando são encarregadas de pequenas funções, como cuidar de animais de pequeno porte, buscar o graveto necessário para fazer o fogo no fogão, etc. Além disso, a

⁸⁵ THOMPSON, 1998, p. 279.

⁸⁶ Ibid., p. 271.

⁸⁷ Ibid., p. 272.

transmissão oral dos ofícios de trabalho, ao serem realizadas pelos membros do grupo familiar, é normalmente passada de pais para os filhos, sendo naturalizado esse processo de “aprender a trabalhar”. Inicia-se, desse modo, desde a infância a compreensão de que trabalhar é preciso para sobreviver e que os esforços exigidos para desempenhar as respectivas tarefas dignificam humanamente. Surge então uma ambiguidade do trabalho: sofrimento e prazer.

Pollak (1989) afirmou que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”⁸⁸. No caso de nossas entrevistadas, os saberes tradicionais estão presentes nas narrativas das mulheres, pois, na ausência da alfabetização, motivada por diferentes fatores, a oralidade ganha espaço no aprender e ensinar. Fábria de Carvalho e Acácia Lelis (2014) definem saberes tradicionais como “um conjunto de informações, modos de fazer, criar e saber, que são transmitidos oralmente entre os participantes de determinado grupo, transcendendo gerações, via de regra agregados à biodiversidade e que representam não somente o trabalho destas comunidades, mas constituem parte da sua cultura, suas práticas e seus costumes”⁸⁹.

Assim, os saberes tradicionais também se referem a um amplo conhecimento do mundo natural e sobrenatural, indo desde extrativismos, com o uso e conhecimento de sementes, fibras, óleos e resinas, ao conhecimento sobre os astros, planetas e satélites e sua relação com as práticas espirituais e místicas. Com base nas reflexões de Edgar Morin, as autoras destacam que no “campo dos saberes tradicionais as ações e práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações”⁹⁰. Em síntese, defende que se refere a diferentes maneiras de perceber e se relacionar com o âmbito local que subjazem às relações sociais.

Foucault (1979), ao refletir sobre as relações de corpos e poder na lógica da sociedade capitalista, pontua que surge a necessidade destes corpos serem disciplinados, saudáveis e produtivos. No caso da mulher, ao ser delimitado como um corpo reprodutivo e ligado ao cuidado dos filhos, evoca um corpo fora deste ideal. Segundo o autor, com a evolução corporal entre as massas e o aparelho do Estado, não há nada mais material, físico

⁸⁸ POLLAK, 1989, p. 9.

⁸⁹ CARVALHO e LELIS, 2014, p. 03.

⁹⁰ CARVALHO e LELIS, apud MORIN, 2014, p. 11.

e corporal que o exercício do poder, sobretudo, na sociedade capitalista que compomos. Com isso, Foucault não percebe as relações de forma estática, considerando que para cada ação haverá uma resposta: a cada movimento de um dos adversários corresponderá ao movimento do outro⁹¹. Essa disciplina desassocia o poder do corpo, fazendo deste “por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”⁹². Esse processo é denominado pelo autor como “anatomia política”, que acaba também sendo uma “mecânica do poder”.

Nas entrevistadas percebe-se que, ao serem socializadas a partir da lógica do trabalho desde a infância, inicia-se um processo de auto-disciplinamento dos corpos para o trabalho. Com isso, da mesma forma que uma máquina industrial precisa estar em funcionamento para não enferrujar, um dia ou final de semana sem desenvolverem alguma atividade laboral faz com que Eva e Maria digam que se sentem “entravando”: seus corpos são como máquinas para o trabalho.

2.2 Divisão do trabalho e relações de gênero

Flávia Biroli (2018) observa que as percepções sobre quem somos, o que representamos para os outros e o papel que desempenhamos na sociedade estão relacionados à divisão sexual do trabalho. Nos relatos das entrevistadas é possível perceber não só a naturalização da divisão do trabalho para homens e mulheres, como também notamos a complexidade desse processo. Para melhor compreensão, é importante reiterar que o trabalho constitui parte do cotidiano destas mulheres desde a infância, quando são formuladas as primeiras delimitações para os espaços femininos e masculinos. Além disso, cabe enfatizar que o ingresso na atividade produtiva define os marcadores para os sexos que, conseqüentemente, os acompanharão no decorrer de suas vidas; ainda, essa questão nos coloca diante das discussões acerca de trabalho “leve” e “pesado”.

Como já demonstrado pela vasta bibliografia no campo sociológico sobre o trabalho de mulheres no meio rural, nota-se que os meninos são direcionados para atividades fora da esfera doméstica, seja na lavoura, com os animais de maior porte ou no acompanhamento

⁹¹ FOUCAULT, 1979, p.147.

⁹² Id., 2004, p. 119.

das transações comerciais. As meninas, por sua vez, são encarregadas dos trabalhos domésticos, cuidados da horta e do trato de animais de pequeno porte, sendo uma mão de obra disponível para “ajudar” o restante da família na lavoura⁹³. Nesse sentido, praticamente todas as entrevistadas destacaram sua entrada como força de trabalho entre os oito e dez anos de idade, mas antes disso já apontam para o desempenho de atividade relacionadas às tarefas domésticas, como o cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Nenhuma das cinco entrevistadas relacionou a infância a brincadeiras, estando as memórias desse período relacionadas ao trabalho e seu atravessamento nas relações familiares e escolares.

Quando perguntada sobre quais atividades desenvolvia na lavoura, Luiza responde que realizava “quase as mesmas coisas [que os demais], só tipo assim, lavrar, roçar, essas coisas que não”, pois conforme ela estas seriam “pra homem que tem mais força”⁹⁴. Nota-se, desse modo, que há uma compreensão de que, devido às condições biológicas dos corpos, existem trabalhos de mulheres e trabalhos de homens. Nesta lógica, os homens são responsáveis pelo tratamento da terra para a plantação, tanto com o uso dos bois quanto com o maquinário, no corte da lenha e na venda dos produtos da safra. No caso das mulheres, além das tarefas da esfera doméstica, fica a cargo o trabalho no plantio, no cuidado da plantação com o uso de fertilizantes e a limpa da planta para evitar o crescimento de vegetação daninha, e, por fim, na colheita.

Nesse sentido, a afirmação de Luiza reforça as análises já realizadas de estudiosas como Anita Brumer (2004), para a qual a divisão do trabalho que se estabelece entre homens e mulheres delimita como espaço masculino atividades que requerem maior “força física” e trabalho com o maquinário, como o trator. Em contrapartida, competem às mulheres atividades rotineiras, consideradas “mais leves”, como os serviços domésticos e o trato com os animais. Porém, a concepção de leve, como pontua Paulilo (1987), nada mais é do que atividades nas quais as mulheres e as crianças podem participar como mão de obra, mas que não significa serem agradáveis ou que exijam menos força física.

Porém, como contraponto a essas delimitações clássicas para pensar o trabalho em

⁹³ Ver: HEREDITA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidade domésticas camponesas. Int.: AGUIAR, Neuma (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984. BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, 12 (1), 360, jan-abr/2004.

⁹⁴ Depoimento com Luiza em 03 de janeiro de 2019, em Lagoão.

contextos rurais, pontuamos novamente a narrativa de Eva. Além da lavoura, Eva acumula experiências de trabalho na construção civil, no artesanato com cestarias e peneiras, como alambradora e no entalhe de palanques e tramas para cercamentos:

[...] Sempre eu trabalhei na lavoura, mas entrava sábado e domingo eu “tava” lá na beira do rio, tirando trama e tirando palanque, vendendo pra gente da Roma [família local], pra vender pra comprar coisa para comer. Eu vendia e comprava açúcar, comprava erva, comprava uma coisa ou outra, eu comprava lá para comer. Comprava arroz quando a gente não tinha, às vezes era época em que não tinha arroz, terminava aquele que a gente plantava tinha que comprar.⁹⁵

Eva se coloca em uma posição de provedora do lar, pois é ela que cotidianamente realiza tarefas consideradas penosas, inclusive, algumas rotuladas como “masculinas”, a fim de permitir o sustento familiar. Do mesmo modo que Elizabeth Souza-Lobo (1991) contestou, em sua reflexão sobre as trabalhadoras operárias, as concepções de uma “natureza feminina” baseadas na “docilidade” e “submissão” como características naturais das mulheres⁹⁶, podemos dizer que Eva tensiona tais definições. Isto porque tais definições estão na base das delimitações de lugares para os sujeitos femininos e masculinos no universo social e, por conseguinte, da organização do trabalho rural.

Nesse sentido, Bourdieu (2009) nos possibilita pensar como as diferenças biológicas nos corpos podem ser utilizadas como justificativa natural das diferenças construídas socialmente entre os gêneros, o que, por sua vez, acaba interferindo na divisão social do trabalho. Para o autor, essas “regularidades da ordem física e da ordem social impõem e incluem as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres”⁹⁷, ou então, colocam a seu cargo tarefas mais penosas ao exigir uma dobradura maior do corpo, por exemplo.

Todavia, além dos trabalhos domésticos e cuidado das crianças, Eva também realizava trabalhos considerados “masculinos”. Lavrar é uma atividade que exige força na condução do arado e comando com os bois, da mesma forma que o entalhe da madeira para a elaboração de palanques e tramas exige habilidade e esforço físico com o machado. Ademais, Eva se diverte nos contando que na ausência de carne para a refeição, após encaminhar os filhos para a lavoura, ela mesma carneou um porco sozinha. Para a realização dessa atividade mostra-se que tanto a habilidade é necessária, como também o mito da

⁹⁵ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

⁹⁶ SOUZA-LOBO, p. 118, 1991.

⁹⁷ BOURDIEU, 2009, p. 34.

fragilidade e docilidade feminina é enfraquecido, pois ela sozinha é quem realiza as diferentes etapas que envolve tal tarefa. Por meio do relato de Eva, os clássicos marcadores de lugares para cada sexo se confundem, uma vez que ela não se limita apenas a um lugar definido.

Ao longo do relato das entrevistas, o trabalho com o fumo ganha pouca importância, aparecendo do mesmo modo que as demais culturas de subsistência (feijão, arroz, trigo, etc.), sem muita ênfase nessa produção específica, mas é um exemplo de como o trabalho das mulheres está presente em toda a teia produtiva. Ao ser a principal fonte de lucro para as famílias da região, a produção do tabaco envolve praticamente todos os membros da família, das crianças aos idosos, por demandar um envolvimento o ano todo, mas que atinge maior intensidade na época da colheita, entre dezembro e fevereiro. Tudo começa no fim de uma safra, quando é acertado com a fumageira o contrato, feito o pedido das sementes e demais insumos necessários para a confecção das piscinas em que as sementes vão germinar para depois serem trasladadas para a lavoura. Todo o processo de crescimento da muda, desde sempre com intenso uso de herbicidas, é acompanhado pelas mulheres e as crianças, enquanto os homens estão trabalhando no preparo da terra para o plantio. Porém, a terra também precisa ser fertilizada e nisso novamente entra o trabalho dos demais membros da família. Desde o plantio das mudas de fumo até a colheita, a divisão do trabalho tende a diminuir, necessitando do maior número de pessoas possível, reaparecendo na secagem do fumo quando fica a cargo dos homens manterem o fogo das estufas durante a noite e as mulheres durante ao dia enquanto desenvolvem as tarefas da esfera doméstica.

Embora tratando do contexto europeu da “transição” do feudalismo para o capitalismo, logo, muito distante das abordagens proposta para as mulheres de Lagoão do século XXI, as interpretações de Silvia Federici (2017) indicam para um melhor entendimento da atual divisão sexual do trabalho a partir das raízes formativas do capitalismo. Em uma perspectiva feminista, foucaultiana e marxista, a autora argumenta que nesse novo regime monetário, apenas a “produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho”⁹⁸. Com isso, a importância econômica da reprodução da força de trabalho na esfera doméstica e sua “função na acumulação do capital” tornou-se invisível e

⁹⁸ FEDERICI, 2017, p. 145.

relacionada à mistificação de uma vocação natural e designada como “trabalho de mulheres”⁹⁹. Tais mudanças, aponta a autora, tiveram seu auge no século XIX, após a década de 1950, com a criação da figura da dona de casa em tempo integral.

Assim como as mulheres negras e de classes populares, as mulheres rurais sempre trabalharam, sendo peças fundamentais no processo produtivo como força de trabalho. Recentemente, novos estudos direcionados ao desenvolvimento rural têm buscado analisar como a valorização do produto no mercado é capaz de modificar as delimitações de trabalho feminino e masculino em propriedades rurais¹⁰⁰. Porém, percebe-se que no discurso das entrevistas essas delimitações de trabalhos estão condicionadas à ideia de leve e pesado. Ao dizer que “[...] trabalho é dentro de casa é leve, é costurando, é na cozinha, é na horta”¹⁰¹ Maria reforça que o trabalho doméstico não é tão importante quanto os demais trabalhos, é **leve**. Contudo, complementa logo em seguida “[...] mas é uma atividade assim do dia inteiro, que tu sabe que de casa não para.”¹⁰² Assim, há uma ambiguidade em seu discurso no qual em parte reafirma o sentido de que o trabalho da esfera doméstica é leve e o da lavoura é pesado, à medida que defende a valorização das atividades domésticas por exigirem um empenho do amanhecer até a noite.

Nesta perspectiva, autoras como Patty Scott (2010), defendem que as mulheres rurais, ao contrário das mulheres urbanas, não realizam apenas uma dupla jornada de trabalho, mas uma tripla jornada. Isto porque o trabalho começa ao nascer do dia, com a ordenha das vacas e o trato dos animais de pequeno porte, o preparo do café da manhã e a saída para lavoura, da qual retornam para fazer o almoço e mais tarde retornam com os demais trabalhadores, retornando no fim do dia para casa e dividindo as tarefas de trato dos animais com os filhos, além do preparo do jantar.

Para Brumer (2004) é na esfera doméstica que se encontram o seu espaço de poder e de autonomia, seja pela tomada de decisão nos cuidados da casa e dos filhos, como também, eventualmente, com a venda de produtos produzidos por si, como queijos. Contudo, chama a atenção que essa autonomia e poder não devam ser superestimados, visto que as vendas são

⁹⁹ FEDERICI, 2017, p. 145.

¹⁰⁰ Para melhor compreensão, ver: MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "**masculinização**" da produção de leite. Brasília: Revista de Economia e Sociologia Rural, vol.47, n.º.1, Jan./Mar. 2009. O autor defende que o fortalecimento de organizações sociais ao possibilitarem que a produção de leite se transformasse em atividade destinada ao mercado resultou em mudanças significativas na divisão sexual do trabalho feminino e masculino.

¹⁰¹ Depoimento de Maria em 7 de setembro de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão.

¹⁰² Depoimento de Maria em 7 de setembro de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão.

eventuais e de pequeno valor. Ademais, as atividades domésticas são consideradas como secundárias quando comparadas às atividades produtivas pelos próprios membros da família, de modo que não é de se surpreender que muitas mulheres, embora considerem a “dureza do trabalho agrícola e de seu papel subalterno no mesmo”¹⁰³, preferiram exercer essa atividade ao trabalho doméstico.

De acordo com a literatura sobre trabalho feminino em contextos rurais, os relatos das entrevistadas reforçam o trabalho feminino como uma ajuda. Quando não estava em sala de aula, Luiza desenvolvia atividades domésticas e, também, o trabalho da lavoura junto com o marido:

Tive também [que ir para a lavoura], porque eu trabalhava só um turno, ou de manhã ou de tarde, aí às vezes eu ia pra lavoura ajudar. Até meia-noite lá na caneta, fazendo os trabalhos pro outro dia. Eu fui uma pessoa que trabalhou muito. Se trabalhar matasse, eu já tinha morrido.¹⁰⁴

Durante parte de sua vida no magistério, a entrevistada narra que chegou a fazer 40 minutos de caminhada até chegar à escola, enfrentando dificuldades como as intempéries climáticas. A remuneração, segundo Luiza, era baixa, ainda mais se considerasse que não desempenhava somente a função de educadora, mas também ficava a seu cargo fazer a merenda para os alunos e a faxina da escola. Além do mais, após ter sido transferida para escolas em outras comunidades do município, devido à distância precisou, sair da casa do pai e passar temporadas nas casas de famílias que ofereciam hospedagem. Sobre isso recorda que nunca foi lhe cobrado nenhum valor, todavia, oferecia sua mão de obra para os trabalhos domésticos e cuidados com as crianças. Em suas palavras,

[...] nunca me cobraram nada para ficar na casa deles, aí eu ajudava, né? Só que daí tu tá na casa, assim, tu vê o serviço todo, mas só que eu nunca peguei e fiz nada por conta. Quando eu tava terminando uma coisa eu já perguntava pra mulher: “o que eu faço agora?” Eu sempre ajudei¹⁰⁵.

Renata Gonçalves (2013), a partir de Heleieth Saffioti, discorre que as atividades domésticas contribuem para a produção da força de trabalho, imprescindível para a reprodução do capital¹⁰⁶. No relato da entrevistada, sob o véu da benevolência da família

¹⁰³ BRUMER, 2004, p. 212.

¹⁰⁴ Depoimento de Luiza em 3 de janeiro de 2019, na cidade de Lagoão.

¹⁰⁵ Depoimento de Luiza em 3 de janeiro de 2019, na cidade de Lagoão.

¹⁰⁶ GONÇALVES, 2013, p. 23.

que recebia em sua casa a professora e a gratidão desta expressada na obrigação em ajudar nos afazeres do lar e cuidados das crianças, há uma das muitas facetas de exploração e invisibilidade do trabalho doméstico feminino. Logo, ela não era recebida como uma hóspede, mas como alguém que estava à disposição de ajudar nos trabalhos da casa como um retorno, um pagamento, pela moradia e alimento. Aliás, para Luiza era uma troca justa: o trabalho pelo abrigo.

Mesmo detendo o status de professora em um contexto e época no qual o acesso à educação formal não estava ao alcance de todos, percebe-se que Luiza enfrenta uma jornada tripla de trabalho, sobretudo após o casamento quando começa a frequentar a lavoura com o marido; seu trabalho é então dividido em: magistério, doméstico e agrícola. No entanto, apesar do seu discurso ser perpassado pelas dificuldades enfrentadas para seguir na carreira do magistério, dois aspectos chamam a atenção no depoimento como compensadores para esses percalços: o amor pelos alunos e o desejo em trabalhar.

Lecionando e trabalhando que nem fosse uma pessoa adulta. Desde criança. Tem gente que é criança e ele tem a ideia bem diferente, eu já pensava só no trabalhar e no ganhar e trabalhar, né? Porque tem gente que quer emprego e não quer trabalho, mas eu não. Eu sempre chegava 20, 40 minutos antes da hora de começar as aulas.
107

Sobre a dedicação para com os alunos, dona Luiza nos diz que estes eram “uma família” para ela e em vários momentos apresenta exemplos que demonstram o quanto era amada pelas crianças. Cabe pontuar que mesmo tendo casado duas vezes, a entrevistada não teve filhos. Guacira Lopes Louro (2013), examinando a entrada das mulheres no magistério, no Brasil, a partir de meados do século XIX, explica que, se como destino primordial para as mulheres era relegado à maternidade, o magistério representava, então, a extensão desse. O exercício da docência, ao invés de subverter a função feminina, passou a ser usado como uma ampliação da maternidade, cabendo ser representado como uma atividade de amor, de entrega e de devoção. Isto é, o magistério se constituiria em uma “vocação” feminina.

É importante retomar nesse momento a questão de classes sociais, pois enquanto Ana e Eva durante muitos anos venderam sua mão de obra, o marido de Maria contrata pessoas para trabalhar nas atividades agrícolas ou domésticas conforme a necessidade, e Joana

¹⁰⁷ Depoimento de Luiza em 3 de janeiro de 2019, na cidade de Lagoão.

trocava “dias de serviço” com algum vizinho.

2.3 Os sentidos do trabalho

Percebe-se que ao narrar suas memórias de vida, tendo o trabalho como fio condutor, dois pontos se interligam: o de uma vida perpassada pelo sofrimento, mas também pela dignificação do trabalho. O sofrimento e o prazer são ambos expostos na fala das entrevistadas, de modo que o sentido de dignificação acaba se sobrepondo às agruras do trabalho braçal nas atividades agrícolas. Para melhor elucidar os sentidos do trabalho no relato das entrevistadas é necessário pensar este para além das questões objetivas, ou seja, da necessidade de sobrevivência, mas compreendê-lo em seu caráter subjetivo. Para isso, passamos à reflexão de Eva, na qual relaciona trabalho ao sentimento de liberdade e bem-estar:

Trabalhar parece que eu me sinto mais livre. Olha, eu tenho pressão, depressão e pressão arterial. [...] Então, quando eu vejo que estou meio tonta, não estou me sentindo muito boa, eu saio e dou uma volta assim pra cá e pra lá, vou fuçar lá, vou trabalhar pra cá, vou trabalhar lá. **Aquilo parece que é um remédio, eu não tomo remédio, quando eu vejo “tô” boa.**¹⁰⁸

Pensadores das mais diferentes épocas buscaram explicar o sentimento de liberdade. Na narrativa de Eva, não só a liberdade está condicionada à ideia de trabalhar, de realizar alguma atividade manual, como também é um remédio para as doenças que lhe afligem. Contudo, considerando que o trabalho em contextos rurais requer, na maioria dos casos, submeter-se a situações de intenso esforço físico e a condições climáticas por vezes igualmente intensas, associar o trabalho a um alívio para os males do corpo e à cura de doenças é significativo.

Em uma lógica similar, Maria relata que:

[...] o trabalho eu acho que dignifica a pessoa e é o que move, assim, o dia a dia e eu acho que se eu parasse de trabalhar até doente eu vou ficar, porque enquanto **estou trabalhando, não sinto nada e se um dia**, um final de semana, por exemplo, a gente passar muito sentada no sofá, eu fico quase entrevada. Me sinto muito mal, sabe? Trabalhando eu não sinto nada. Então, assim, eu acho que trabalho é uma sequência de vida até ativa da pessoa. Eu não vejo assim uma hora

¹⁰⁸ Depoimento com Eva em 9 de novembro de de 2018, em Lagoão.

para parar de trabalhar. Claro, meu trabalho é dentro de casa, é leve, é costurando, é na cozinha, é na horta. Hoje, né, é só em casa, mas é uma atividade assim do dia inteiro, que tu sabe que de casa não para¹⁰⁹.

Novamente, é reforçado no discurso da entrevista a concepção do trabalho como um remédio preventivo contra as doenças, em que um dia sem trabalho o corpo, assim como as máquinas da indústria que enferrujam, “entra”. Isto é, retomando as análises de Foucault: corpos disciplinados para o trabalho. Porém, só a disciplina, o labor pelo labor, não basta. Em primeiro lugar, precisamos considerar como a memória estabelece como relevante evocar lembranças de sofrimento seguidas de lembranças de prazer representadas aqui pela forma como o desejo em trabalhar é salientado. Em segundo, compreender que o binômio prazer e sofrimento perpassa as relações de trabalho como um todo, não sendo esses relatos um caso específico.

Sobre o que chama de “memória corporal”, Ricouer (2007) analisa que as provocações, as doenças, as feridas, enfim, os traumatismos passados ao longo da vida fazem com que este tipo de memória tenda a se concentrar em incidentes precisos, dos quais se recorda sobretudo à memória secundária, à relembração, convidando a relatá-los. Processo semelhante acontece com as “memórias felizes”: não menciona-se seu lugar singular no passado sem que seja esquecido o processo de repetição que elas encerram.¹¹⁰ Neste sentido, o autor percebe que o momento da recordação acaba sendo o do reconhecimento, podendo este percorrer todos os graus da rememoração tácita à memória declarativa, novamente pronta para a narração. No caso das entrevistadas, a penosidade e o cansaço do trabalho são compreendidos à medida que é impossível viver sem este, porque além de prover o sustento delas próprias e das suas famílias, tem seu caráter de dignificação e de bem-estar.

No campo da Psicologia as discussões em torno de trabalho e sofrimento/prazer têm sido debatidas desde a década de 1970. Em uma pesquisa com fumicultores homens e mulheres, entre 19 e 44 anos, no município de Dom Feliciano-RS, as pesquisadoras Laura Silva Peixoto Castro e Janine Kieling Monteiro (2016) analisam como estes dois elementos aparecem nos relatos dos participantes. Para isso, as autoras partem das considerações do psiquiatra francês Christophe Dejours (1992), para o qual prazer no trabalho estaria

¹⁰⁹ Depoimento com Maria em 7 de setembro de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

¹¹⁰ RICOEUR, 2007, p. 57

relacionado a quanto o sujeito encontra neste a oportunidade de realização pessoal e a constituição de sua identidade, à medida que reconhece a importância de sua atividade laboral tanto para si quanto para os demais¹¹¹. Em conclusão, Castro e Monteiro percebem que para os participantes do estudo tal realização está condicionada ao retorno financeiro de seu trabalho, o que raramente acontece

Nesta perspectiva de reconhecimento de seu trabalho, compreendemos que a narrativa das entrevistadas indicam para uma identidade como mulher rural fortemente permeada pela atividade laboral. Entendemos identidade a partir das análises de Michael Pollak (1992), para o qual este conceito está vinculado ao sentido de imagem de si mesmo, tanto para si quanto para os outros. Essa elaboração da identidade, assim como da memória, é um fenômeno em permanente construção, que, no caso das entrevistadas, permeia o trabalho como um valor ensinado desde a infância, em que os pais inserem as crianças no universo do trabalho rural por meio dos saberes dos ofícios cotidianos. Desse modo, podemos dizer que o trabalho em um primeiro momento se constitui como um fator de necessidade, mas que ao longo de suas trajetórias confere significado a vida destas mulheres.

Nessa perspectiva de trabalho e identidade, Isabel Bilhão (2008), ao estudar o processo de construção da identidade dos operários porto-alegrenses, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, justifica que a constituição desta aconteceu tanto pela “aproximação com os guais quanto pela oposição aos ‘outros’”¹¹². Isto é, a valorização do trabalho e sua transformação como emblema de reconhecimento perante aos demais operários esteve associada à busca por uma diferenciação para com os interesses dos “exploradores capitalistas” e com as “classes perigosas”.

No caso das entrevistadas, o próprio fato de estarem no contexto rural já é uma diferenciação das mulheres urbanas, por exemplo. Contudo, para além disso, implica pensarmos que a presença do trabalho em suas narrativas está associada a uma ideia de labor cotidiano e não como uma classe de mulheres trabalhadoras rurais. Trata-se do trabalho como uma experiência cotidiana que se coloca como temática central no modo como narram suas trajetórias de vida e, por conseguinte, como se percebem como sujeitos sociais.

Passamos agora a examinar a entrevista com Luiza, única professora do grupo de

¹¹¹ DEJOURS (1992) apud CASTRO e MONTEIRO, p. 806, 2016.

¹¹² BILHÃO, p.28, 2008.

entrevistadas. Ao longo da entrevista, Luiza enfatizou as noites em claro estudando, o difícil acesso até as escolas que a obrigou, por um período de tempo, a realizar caminhadas de 40 minutos em meio às intempéries climáticas. É em meio a essas lembranças de uma vida de muito esforço que após um demorado suspiro e seguido por um sorriso que Luiza nos diz: “Eu fui uma pessoa que trabalhou muito. Se trabalhar matasse, eu já tinha morrido”¹¹³. Ademais, reafirmando que é preciso trabalhar, lembra que desde criança as pessoas se “admiravam por ser adulta”, uma vez que “Tem gente que é criança e ele tem a ideia bem diferente, eu já pensava só no trabalhar e no ganhar e trabalhar, né?”¹¹⁴.

Além do fato da narrativa de Luiza ser marcada por uma voz de determinação e vontade de construir sua independência, já que em diferentes momentos retoma o desejo de ganhar seu próprio dinheiro, é possível constatar uma trajetória de vida exaustiva, mas baseada no sentimento de dignidade. Desde muito cedo estas mulheres foram socializadas de que é preciso trabalhar para conseguir sobreviver, mais que isso, o discurso social desde o fim da escravidão de que o trabalho dignifica o ser humano está impregnado em seu imaginário.

De acordo com Sidney Chalhoub (2001), com o fim da escravidão colocava-se em perspectiva para os detentores do capital a necessidade de garantir a continuação do suprimento de mão de obra. Assim, a separação ocorrida entre o trabalhador e sua força de trabalho conduzia a uma necessidade de ressignificar o conceito de trabalho, de modo a desassociá-lo da imagem de escravidão e, por conseguinte, de indignidade. Em suma, Chalhoub explica que o conceito de trabalho parte do princípio regulador da sociedade, o qual aos poucos se reveste de “uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queira ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto”.

115

Para além da compreensão do trabalho como algo digno em uma perspectiva do sistema econômico, cabe salientar que os valores da doutrina judaico-cristã representada, sobretudo, pela Igreja Católica é um importante difusor do comportamento adotado pelos sujeitos. Nas áreas rurais do país, como é o caso de Lagoão, a religião ainda se constitui como importante ferramenta de referência para as condutas a serem adotadas pela sociedade. Nesse sentido, Maria Aparecida de Moraes Silva (2010) analisa que o universo simbólico

¹¹³ Depoimento com Luiza em 03 de janeiro de 2019, em Lagoão.

¹¹⁴ Depoimento com Luiza em 03 de janeiro de 2019, em Lagoão.

¹¹⁵ CHALHOUB, 2001, p. 48.

em que o gênero está condicionado pauta-se em uma tradição religiosa judaico-cristão milenar, na qual as mulheres são retratadas como sofredoras e predestinada a uma vida de sofrimento e ressignificação¹¹⁶.

No caso de nossas entrevistadas, Eva reflete que:

Eu trabalhei bastante e eu sempre vou aturando, ou é uma coisa ou é outra. Parece que eu tenho um espírito forte, de **aturar** as coisas tudo. [...] O que eu passo por cima e atravesso parece que mais forte [eu fico]. Aturando tudo aquilo que vem, né? E **Graças a Deus, tomara que Deus me ajude, que me dê força que eu possa sempre aturar até o final da vida.**¹⁰⁶

Nota-se, assim, que no relato de Eva o trabalho vincula-se a uma conotação de missão na vida: uma missão que suporta a tudo, que “atura” tudo. Nisto emerge a autorrepresentação da entrevistada como uma mulher forte, “com um espírito forte” que suporta a todos os sofrimentos da vida, em que o trabalho constitui-se como elemento fundamental. Em outra passagem de sua narrativa, Eva reflete que se fosse outra pessoa não aguentaria passar por tudo que ela passou e nisso a memória do primeiro matrimônio é evocada quando nos diz “porque o que ele fazia, que ele botava as coisas em cima das cama e judiava”¹¹⁷. Na narrativa de Eva as memórias vão articulando-se em uma teia de lembranças, nas quais todo o sofrimento de uma vida é evocado, mas é a partir do trabalho que essas memórias emergem. Para tanto, essa ideia de mulher forte enfatizada no relato de Eva pode estar associada diretamente à questão do trabalho, tendo em vista que a dureza deste estabeleça a compreensão de que somente sendo forte é possível encarar o labor diário, as privações econômicas e as violências.

Quando questionada sobre sua religiosidade, ela responde que é católica e apresenta vários elementos que confirmam sua devoção (as imagens de santos católicos nos quadro na parede, a reza antes de dormir, etc.). O contexto do relato de Eva deve ser considerado, já que nesta segunda entrevista, quando ela elabora seu discurso, a entrevistada vivencia um momento de perdas e mudanças na vida, como o fato de que após uma vida de “aturar” tudo e conquistar sua independência, a mulher que faz a própria casa precisou voltar a morar com uma das filhas, a “viver no alheio” como ela mesmo pontua. Nesse momento da vida,

¹¹⁶ SILVA, 2010, p. 34.

¹¹⁷ Depoimento de Eva, em 4 de agosto de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

Eva precisa ser forte. Porém, não esqueçamos que durante a primeira entrevista sua narrativa detinha uma voz de autoridade e entusiasmo.

Perguntada se considerava ser uma mulher forte, Eva responde que:

Mas graças a Deus! Se eu não fosse forte até eu já tinha morrido, porque do jeito que eu fico de doente, de tudo. Parece que **eu tenho um cerne na natureza**, uma coisa firme, né? Que atravessa tudo quanto é coisa e eu vou aturando, aturando. Espírito forte, sabe, né? Eu devo ter um espírito bem forte mesmo.¹¹⁸

O que é um cerne se não a parte mais sólida e resistente de uma árvore? Se por um lado Eva se retrata como uma mulher sofredora e predestinada ao trabalho, por outro surge a imagem de uma mulher tão forte quanto a parte mais consistente de uma árvore. O simbolismo expresso nessa identificação com um elemento da natureza para representar sua força também deve ser considerada. Entre as entrevistadas, Eva é a que mais enaltece em sua narrativa os panoramas da natureza: quando ainda criança as refeições feitas próxima ao rio, os pés descalços na geada nos dias frios, o cabelo que é loiro queimado do sol. Da mesma forma que o sofrimento está em seu relato e Deus como quem a ajuda a suportar a tudo, a natureza também compõe sua narrativa.

Portanto, na narrativa das entrevistadas o trabalho deve ser compreendido no seu aspecto subjetivo, no qual há uma conotação tanto de missão, em que sofrimento e prazer estão articulados, como de identidade para estas mulheres rurais. Ou seja, o trabalho é central nos marcadores de gênero, considerando que uma mulher deve ser trabalhadora e honrada, assim, gênero e trabalho acabam por perpassar todo o discurso das entrevistadas. Logo, percebe-se que o trabalho funciona tanto como um elemento identitário para estas mulheres rurais, como também apresenta-se imbricado no relato das entrevistadas o aspecto de missão e, como toda missão, a atividade laboral é perpassada de sofrimento e prazer.

¹¹⁸ Depoimento de Eva em 04 de agosto de 2018, em Pinhalzinho- Lagoão.

CAPÍTULO III

FRONTEIRAS DE GÊNERO: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Pesquisar a história de vida de mulheres nos permite explorar uma amplitude de temas e problemáticas, pois a vida humana é, em essência, dinâmica e complexa. As entrevistas com as mulheres participantes desta investigação revelaram o quanto suas histórias apresentam pontos em comum, permeados, evidentemente, pelas formas de subjetividade de cada uma delas. Neste capítulo, pretendemos aproximar-nos mais das histórias de vida delas de modo a perceber elementos relacionados à estruturação de suas memórias. Para tanto, o fio condutor serão os aspectos que foram recorrentes nas suas narrativas, tais como os relacionados às relações de gênero, à política e à violência.

Halbwachs (2006) analisou que quanto menor for um grupo, mais as memórias individuais tendem a se abrirem facilmente umas às outras, promovendo uma espécie de “homogeneização parcial das representações do passado”¹¹⁹. O fato das entrevistadas pertencerem a um município com uma população concentrada pode incidir para que seus relatos apresentem muitas similitudes, especialmente quando estão relembrando memórias da organização familiar e a própria relação com o trabalho. Este compartilhamento de uma mesma realidade impacta no modo como as experiências sociais, em especial aquelas relacionadas ao gênero, acontecem.

Porém, as subjetividades de cada uma destas mulheres, perpassadas por suas experiências nas esferas públicas e privadas, podem implicar em modos distintos de como essas memórias serão organizadas e narradas pelas interlocutoras. Também há que se pensar que essa coerência nas narrativas pode, em parte, ser resultado daquilo que eu, como entrevistadora, enfatizei no momento de fazer as perguntas ou explorar certos temas que foram enfocados por elas. Isso não invalida suas narrativas e nem coloca em xeque a relevância que elas conferiram aos temas que serão aqui tratados, mas é importante salientar que a presença da pesquisadora é um dos elementos que emoldura as formas de lembrar e esquecer. Patai (2010) observa que do mesmo modo em que devemos atentar para o papel do pesquisador no processo de entrevista, é preciso creditar a autonomia de quem narra na

¹¹⁹ HALBWACHS, 2006, p. 206.

construção de sua história. Mesmo havendo perguntas que visam direcionar o relato, ao revisitar o passado um leque de opções se abre para a narrativa, podendo a entrevistada escolher e elaborar seu discurso dentre inúmeras temáticas¹²⁰.

3.1 Mulheres rurais entre o público e o privado: Maria, Luiza e Eva

Apesar de estarmos tratando de um grupo de mulheres que compartilham experiências em comum, os modos como suas memórias são organizadas e evocadas obedecem a modos distintos, conforme a subjetividade de cada uma delas. Deve-se considerar que a trajetória de vida das entrevistadas, professora, liderança política e trabalhadoras rurais, aduz a modos diferentes em como as narrativas serão apresentadas, sobretudo quando pensamos as esferas públicas e privadas.

Diane Lamoureux (2009) analisa que esta distinção entre domínio público e privado é fundamental e muito antiga no pensamento político, sendo que embora ocorram variações de acordo com a época e contexto, observa-se algumas constâncias: o governo é sempre de caráter público, enquanto o doméstico inevitavelmente compõe o privado. Para tanto, a autora reflete sobre o papel do filósofo Jean-Jacques Rousseau na formação da divisão entre esferas públicas e privadas, nas quais são reproduzidos os papéis sociais de cada sujeito. Conforme Lamoureux, Rousseau procede a uma completa naturalização da constituição das mulheres, como dependentes e invisíveis socialmente, por meio da associação entre “mulher” e “mãe”, uma vez que a mãe não poderia participar do contrato social ao não poder atingir a imparcialidade necessária à constituição de uma vontade geral.¹²¹

Apoiados em tais considerações pensadores do XVIII e XIX corroboraram para o desenvolvimento da noção de “esferas separadas”, na qual a função primordial estaria, conforme Lamoureux, na interdição do acesso das mulheres ao universo político, e, por conseguinte, na introdução de um “duplo padrão” sexuado no outro domínio público, ou seja, no mercado de trabalho. Em termos mais claros, a autora destaca que embora se trate de esferas separadas não deixa de haver fissuras, porém, enquanto os homens transitam livremente entre ambas, as mulheres, por serem destinadas ao privado, quando saem para o

¹²⁰ PATAI, 2010, p. 31.

¹²¹ LAMOUREUX, 2009, p. 210.

público encontram-se expostas a diferentes ataques à sua integridade. Portanto, à medida que o homem público obtém consideração em meio à sociedade, a mulher pública acaba sendo objeto de escárnio¹²². Ao longo deste capítulo, além de perceber como estas mulheres circulam entre estes espaços, objetiva-se identificar os marcadores de gênero a que recorrem a fim de legitimarem a ocupação, principalmente, da esfera pública.

Começamos por analisar a narrativa de Maria, vereadora por dois mandatos em Lagoão, entre 1996/2000 e 2000/2004 e presidente do grupo de MMTR da localidade de Pinhalzinho, onde vive. Detentora de uma narrativa organizada e estruturada quase que em linha cronológica, sua narrativa se inicia na infância, com o trabalho e o cuidado dos irmãos menores, passando à juventude com o casamento ainda muito jovem, a criação dos filhos e o início da vida pública pela Pastoral da Criança como voluntária.

O modo como nos relata sua trajetória pode ser compreendida a partir das concepções de “memória enquadrada” elaborada por Pollak (1989). O autor argumenta que, ao ser uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, a memória se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definição e reforço de sentimentos de pertencimento e, por conseguinte, de estabelecimento de fronteiras entre coletividades. Assim sendo, o autor observa que os instrumentos da história oral, ao permitirem o acesso às memórias individuais, são capazes de revelar um trabalho psicológico, no qual o indivíduo tende a controlar as memórias de sofrimento, as tensões e as contradições do passado.

Em um primeiro momento, é possível dizer que há uma dicotomia entre esposa-mãe e mulher-liderança no modo de relatar sua vida. Para compreendermos isso melhor, é necessário sublinhar alguns pontos a respeito da trajetória pública da entrevistada, observando como esse lugar de mulher pública funciona como elemento de organização da sua narrativa. Isto é, essas experiências na política, no Movimento de Mulheres e na Pastoral da Criança não só a colocam em uma posição de notoriedade na comunidade como também influem no modo como a operação narrativa ocorre.

Fundada em 1983, a Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio da Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). De acordo com Silvia Regina Centeno (2011), com foco na redução da mortalidade infantil no país, os trabalhos são desenvolvidos com as

¹²²LAMOUREUX, 2009, p. 211.

mulheres-mães desde a gestação até os seis anos de idade da criança, por meio de ações educativas e atendimentos dedicados à saúde e à nutrição em mais de 4.000 municípios brasileiros, dentre os quais está Lagoão. Em uma perspectiva baseada nos Estudos Culturais, Centeno analisa que o atravessamento do discurso religioso da Pastoral é pontuado nas Cartelas de orientação aos líderes voluntários, nas quais constam mensagens em que “são concedidos à mulher-mãe, fortes atributos de caráter essencialista, que constroem a representação de maternidade, sugerindo uma ‘natureza feminina’ com dotes para a maternidade”¹²³.

O trabalho desenvolvido na Pastoral, como confecção e distribuição de remédios medicinais (xaropes, pomadas, etc.), pesagem das crianças e distribuição de fraldas, é assinalado pela entrevistada como uma contribuição muito importante no “sucesso”¹²⁴ de sua campanha quando se candidatou a vereadora, em 1996, e, posteriormente, na reeleição de 2000. Durante os dois mandatos como vereadora, Maria esteve filiada ao Partido Progressista (PP), possuidor de convicções de cunho mais conservador na esfera política brasileira, afirmando posições como “consecução de um sistema econômico livre, que favoreça a prática das regras de mercado, mas que tenha como objetivo maior o bem-estar dos brasileiros e a eliminação das desigualdades sociais”¹²⁵.

Ao compor o grupo de voluntários de um organismo da Igreja Católica e trilhar sua carreira política em um partido conservador é compreensível que o discurso da entrevistada siga uma lógica de ênfase aos valores da família e da dignificação da vida pelo trabalho. Aliás, a vereadora é a única entrevistada que faz surgir em sua narrativa a figura da família e dos filhos, enfatizando a importância desses durante os pleitos eleitorais. Eva, por exemplo, evoca a presença dos filhos em momentos específicos (quando teve que carrear o porco sozinha, nos episódios de violência doméstica do primeiro casamento, na mudança para a casa da filha após a segunda viuvez), estando a maternidade associada a um processo natural feminino. Luiza não teve filhos e Ana assinala a vida familiar ao sofrimento, sobretudo, quando relembra a morte de dois filhos seus.

De acordo com seu depoimento, Maria reflete que ocupar uma cadeira no legislativo

¹²³ CENTENO, 2011, p. 27.

¹²⁴ Depoimento com Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

¹²⁵ PARTIDO PROGRESSISTA. **Nossa História**. Disponível em <http://www.progressistas.org.br/2056/Documentos/NossaHistoria_261182/>. Acessado em 4 de fevereiro de 2020.

local, um espaço de “homens” como ela própria pontua, foi uma experiência muito boa, havendo um “crescimento de vida” ao longo de sua atuação no movimento de mulheres e nos dois mandatos como vereadora. Ao entender o legislativo como um “espaço de homens”, a entrevistada valida a percepção de uma sociedade na qual mulheres e homens ocupam lugares distintos.

Sobre como o marido percebia sua atuação política, a entrevistada argumenta que:

[...] Ele nunca quis ser, assim, diretamente um candidato, sabe? Pra concorrer. Mas não é aquele não tem uma visão atuante também nessa parte, porque se eu não tivesse o apoio dele também não tinha sido. Ele sempre me apoiou e sempre trabalhou junto pra que eu tivesse o sucesso de ser e de conseguir, né?¹²⁶

O discurso de mulher líder é perpassado pela figura do esposo, que além de consentir para sua entrada na vida pública, também é apontado como fundamental para seu êxito político. Esse contraste percebido no relato de Maria, líder política que ocupa um espaço masculino, mas que reforça os marcadores de mulher de família, já foi analisado por pesquisadores como Daniel James (2004) ao estudar a história da sindicalista Maria Moldán, a *Doña* Maria. Líder sindical trabalhadora em um frigorífico da Argentina, da década de 1940, em sua narrativa, *Doña* Maria pontua a mulher que “escapa” das convenções sociais da época em uma sociedade tradicional e que passa a ocupar um espaço de liderança. Por outro lado, reafirma em diferentes momentos que sempre foi tratada de igual para igual entre seus colegas e que nunca foi desrespeitada pelo fato de ser mulher. No decorrer das entrevistas, acentuou que o apoio do marido foi fundamental na sua constituição como mulher sindicalista, inclusive, reforçou que a permissão deste foi decisiva para que aceitasse o convite para compor o sindicato.

A fim de analisar esse discurso, o autor argumenta que as políticas peronistas devem ser consideradas. Durante as décadas de 1954 e 1955, o peronismo na Argentina, justifica James, por meio de suas instituições políticas e culturais, denunciava a subordinação de mulheres aos homens. Em contrapartida, outras virtudes tradicionais eram reafirmadas no interior de uma domesticidade elaborada. Ao reforçarem que mulheres deveriam ser boas mães, esposas e “guardiãs do lar”, deixava-se explícito que a política exercida pelas mulheres era nitidamente diferente da exercida pelos homens.

¹²⁶ Depoimento de Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

Identifica-se uma semelhança no relato das duas mulheres, mesmo que pertencentes a contextos e épocas diferentes, em decorrência do gênero. Ambas desafiaram o padrão estabelecido socialmente para as mulheres adentrando na esfera política, mas levando consigo estes marcadores como mulheres honestas e que têm o apoio dos companheiros para estarem nesses espaços. Ou seja, Maria evoca o apoio do marido como um aspecto fundamental que lhe permitiu concorrer e atuar na política, de modo que sem esse apoio do "homem da família" ela não teria conseguido ocupar um espaço que "naturalmente" é masculino. A vida política exigiu de Maria do Lagoão, ao buscar convencer o eleitorado de que merecia seu voto para ocupar a cadeira do legislativo, uma articulação de ideias que acaba impactando no modo como narra sua trajetória de vida.

Sobre a participação feminina na política, Maria argumenta que:

Pois é, uma coisa assim bem preocupante que está acontecendo um desinteresse muito grande das mulheres politicamente, porque até que elas entram às vezes, concorrem, mas já é por... às vezes para tirar uma licença, daí ficar com aqueles três meses de campanha sem trabalhar e ficar remunerada igual. O pessoal da prefeitura nesse caso. Então, eu acho muito até engraçado porque elas não estão tendo interesse de participar, porque no começo que o município se emancipou, nas primeiras seis gestões sempre teve mulher vereadora. Teve a Ilza que foi, acho, uma das primeiras a serem eleitas, dois ou três anos de mandato. Teve quando eu fui, tinha uma colega também a... Esqueci o nome dela. Também teve outra mulher vereadora e nós éramos em duas e agora faz umas cinco gestão aí que não tem nenhuma mulher vereadora. Uma coisa assim interessante que é um desinteresse bastante. Então a gente está vendo assim que as mulheres não estão procurando ser uma líder de comunidade, de município, porque senão teria que ter continuado.¹²⁷

Tanto no primeiro mandato político de Maria quanto no segundo, outras duas mulheres também foram eleitas a vereadoras de Lagoão. Em 1990, Ilza Nunes da Silveira foi a primeira mulher eleita para ocupar uma cadeira no legislativo municipal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo reeleita em 1997 pelo mesmo partido. No mandato de 2000/2004 de Maria, Suzana Rodrigues igualmente foi eleita pelo PMDB. Desde então, nenhuma mulher conseguiu se eleger para cargos políticos no município.

Segundo Flávia Biroli (2018), é conhecida a reduzida presença de mulheres em cargos eletivos na maioria dos países, porém, no que diz respeito ao Brasil, os dados demonstram uma discrepância ainda maior. Apesar de serem mais da metade do eleitorado e, desde 1997, seja previsto pela legislação brasileira a reserva de 30% de candidaturas

¹²⁷ Depoimento com Maria em 07 de setembro de 2019, em Pinhalzinho, Lagoão.

femininas nas listas partidárias, a autora argumenta que a média de mulheres eleitas nos legislativos tem oscilado em aproximadamente 10% do total¹²⁸. Ainda conforme Biroli, com o processo de democratização houve uma redução na rejeição à atuação de mulheres no âmbito estatal, de modo que a possibilidade de participação mais efetiva na nova institucionalidade estreitou as relações entre partidos políticos e movimentos sociais. Tal aproximação permitiu a atuação em governos locais, como grupo de interesses no Congresso Nacional, e, por conseguinte, abriu-se novos espaços para o debate em torno da sub-representação das mulheres na política institucional, passando a ser considerado um problema político pelos movimentos de mulheres e feministas.

É nesse contexto de mudanças institucionais que Maria é eleita vereadora por dois mandatos consecutivos no recém emancipado Lagoão. Como justificativa para sua retirada da política, Maria explica “[...] por motivo familiar até assim de cunhado entrar de candidato e coisa, eu tive, para não ficar contra uns dos outros contrários, eu deixei de ter corrido mais uma vez”¹²⁹. Não foi por escolha própria que Maria abandonou a vida política, mas para evitar divisões e conflitos dentro da família. Percebe-se que diversas situações contribuem para o ingresso, a permanência e a interrupção das trajetórias políticas das mulheres. Assim como Maria precisou contar com o apoio do marido para se candidatar, também acaba atribuindo às relações familiares o abandono da política. O depoimento de Maria sobre a falta de representantes femininas no legislativo atribui essa ausência ao desinteresse das mulheres. Porém, pelo seu próprio relato, é possível refletir sobre como as próprias relações na comunidade colaboram para dificultar o acesso das mulheres à política, que é, por excelência, visto como espaço público e masculino.

No relato da entrevistada, o cunho político do movimento de mulheres não consta. É apresentado como um espaço de encontro de mulheres que compartilham receitas, organizam eventos na comunidade e, eventualmente, excursões para o encontro estadual ou de passeios para balneários. Somente o fato de viajarem para outras cidades para os encontros regionais e estaduais do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ou para o balneário no município vizinho, é significativo para essas mulheres por permitirem que saiam da realidade cotidiana de trabalho doméstico e da lavoura. Maria, por exemplo, em

¹²⁸ Conforme Biroli, em 2017, o Brasil ocupava a 154ª posição no ranking global feito pela Inter-Parliamentary Union (IPU), tendo 10,7% de mulheres na Câmara dos Deputados e 14% no Senado Federal (BIROLI, 2018, p. 176).

¹²⁹ Depoimento de Maria no dia 7 de setembro de 2019, em Pinhalzinho- Lagoão

diferentes momentos da entrevista pontua com ânimo as viagens promovidas pela Emater, em que podia aprender novas técnicas para a confecção de queijos e conservas.

Sobre o MMTR nos contextos rurais do estado, resultado de uma das pesquisas do doutorado em Antropologia Cultural pela Universidade de Utrecht, Alie van der Schaaf (2001) tratou do processo emancipatório de mulheres agricultoras no interior do Rio Grande do Sul, no qual a participação no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do estado, desempenhou, segundo a autora, papel fundamental. Conforme Schaaf, a relevância do MMTR-RS seria “a construção de uma organização feminina independente do sindicato e da Igreja, com vistas a mudar a imagem tradicional da mulher agricultora, invisível e sem voz”

¹³⁰

Do mesmo modo que a narrativa de Maria nos permite pensar as relações de memórias e gênero na esfera pública, nos aproximando da questão política, Luiza, por ser uma professora, também possibilita pensar fora dos limites da domesticidade. Pensando em uma perspectiva de memória enquadrada, Luiza narra os acontecimentos de sua vida na primeira pessoa, evitando abordar questões que envolvessem seu matrimônio, viuvez ou filhos. Com isso, estrutura uma narrativa da criança que queria estudar desde muito pequena e que com o apoio paterno, e apesar de todas as adversidades, conseguiu se tornar professora. Se Maria tem uma narrativa da mãe de família contrastando com a mulher política que também é, Luiza centra quase toda sua narrativa no fato de ser uma professora e não um sujeito mulher em si.

Os marcadores de gênero nas narrativas das mulheres perpetuam o discurso de todas as entrevistadas, como temos percebido, mas examinemos a fala de Luiza ao dizer que “Assim como respeito, eu sempre respeitei todo mundo para ser respeitada. Sempre tratei todo mundo bem também, então eu nunca ninguém me desrespeitou, saiu fora da linha. Sempre fui bem respeitada e as pessoas se admiravam de mim de ser tipo uma criança e agir que nem um adulto”.¹³¹ O modelo de feminino, pensando a partir dos depoimentos das entrevistadas, consiste na mulher trabalhadora, caprichosa (no sentido de cuidado com a casa e a família) e honrada. Logo, Maria, como uma liderança pública e uma voluntária comunitária, e Luiza, como uma professora, circulam pelo espaço público ao não estarem restritas aos padrões de domesticidade. Entretanto, suas narrativas destacam um cuidado em

¹³⁰ SCHAAF, 2001, p. 33.

¹³¹ Depoimento com Luiza em 7 de janeiro de 2019, em Lagoão.

destacar qualidades que correspondem à ideia de feminilidade daquele contexto.

Mas se até aqui estamos pensando a dicotomia público e privado sobre um prisma no qual a caridade, a política e a educação favoreceram novas possibilidades de circulação entre essas duas esferas, não significa que não existam outras formas de criar fissuras nos marcadores de gênero. Tomamos como exemplo o caso de Eva, que do mesmo modo que tensiona os marcadores de trabalho feminino e masculino abordados no capítulo anterior, ao ser uma mulher trabalhadora rural que assume a frente de seus negócios, propicia pensar outras formas de circular no espaço público.

No caso de Eva, é ela própria que faz a negociação de terras, de animais, de sua mão de obra e de seus produtos artesanais, assim como faz transações bancárias e empresta dinheiro aos vizinhos. É ela quem acerta as contas com os proprietários de estabelecimentos locais, sendo que em seus relatos ela se apropria do singular “eu comprei”, “eu vendi”. Nesse sentido, a entrevistada circula na esfera pública, reconhecida como masculina, ao realizar negócios e possibilita problematizar a lógica de que as mulheres condicionam sua narrativa à esfera privada.

Retomo neste momento a análise de Tedeschi (2014) quando defende que, no momento que narram suas memórias, os sujeitos recriam e comunicam experiências marcadas pelas construções de gênero, mas isso não significa dizer que há especificidades da memória feminina com base na biologia ou nos papéis sociais. À vista disso, em concordância com Tedeschi, a partir do relato de Eva é possível tensionar as frequentes afirmações de que as mulheres falam da família, enquanto os homens de outros assuntos. Porém, do mesmo modo que Luiza e Maria sinalizam para o fato de serem mulheres que circulam pelo espaço público, mas com os marcadores de feminilidade, Eva também se coloca como uma mulher trabalhadora e honrada.

Em momentos específicos das análises expostas, sinaliza-se para o fato das entrevistadas oscilarem suas narrativas entre o singular e o plural. Nesse sentido, no caso de Eva há uma alteração do plural para o singular quando passa a falar da vida familiar antes do primeiro casamento e dos acontecimentos posteriores à separação. No momento em que está rememorando o trabalho com a família, a entrevistada utiliza do plural “nós trabalhava”, porém, após o divórcio, passa a falar do trabalho em primeira pessoa e, ocasionalmente, acentua a presença das crianças no desenvolvimento de determinada tarefa ou situação. Com o divórcio e o novo casamento, ela segue o depoimento no singular, apropriando-se com

maior ênfase do “eu”. Igualmente, percebe-se tal apropriação da narrativa em primeira pessoa na fala de Luiza, desde a infância desejosa de estudar até a aposentadoria como professora. Por outro lado, nas entrevistas com Maria, Ana e Joana, o “eu” é suprimido pelo “nós” ou “a gente” em seus relatos.

Novamente as contribuições de Perrot (2005) nos são pertinentes, uma vez que, conforme a autora, dizer “eu” não se trata de uma tarefa fácil para as mulheres, para as quais toda uma educação reiterou a conveniência do esquecimento de si mesmas. Assim sendo, tudo depende da natureza da relação com a pesquisadora, já que “uma certa familiaridade pode vencer as resistências e liberar, ao contrário, um desejo recalcado de falar de si, com o prazer de ser levada a sério e, enfim, considerado sujeito da história”¹³². Familiaridade esta encontrada na relação entre a pesquisadora e as entrevistadas desta pesquisa.

No decorrer da primeira entrevista, fez-se presente uma voz de autoridade por parte de Eva, demonstrada no sentimento de obrigação de ensinar a pesquisadora, da mesma forma que a seus netos, receitas dos mais variados tipos de doces, chimias, rosquinhas, além da elaboração de ferramentas de trabalho, como uma “zorra”¹³³. Para Alessandro Portelli (2016), a autoridade sempre está implícita em uma situação de entrevista. Com base em um projeto com estudantes de seu departamento na década de 1990, o autor justifica que, quando estava em uma posição de aprender com seu interlocutor, invertendo os papéis de autoridade habituais de professor(a) e aluno(a), a conversa ganhava maior significado.

No caso da entrevista com Eva, a autoridade de sua fala ganha uma maior complexidade quando pensamos que, além da entrevistadora ser mais jovem, há uma identificação por possuírem uma relação afetiva. A entrevistadora é alguém que sai do rural para estudar, da qual Eva tem um conhecimento sobre todo o histórico familiar, mas que também volta ao rural a fim de lhe ouvir, para *aprender com ela*. Assim, Eva tem a oportunidade de ensinar o que lhe foi ensinado e evitar uma possível perda desses saberes, pois, da mesma forma que sua mãe lhe ensinou a cozinhar e a benzer, ela sente-se na obrigação de passar esse conhecimento às jovens de suas relações afetivas. Na medida em que era demonstrado interesse por seu relato, mais animada Eva ficava e mais explicações minuciosas dedicava a determinada receita ou evento.

¹³² PERROT, 2005, p. 24.

¹³³ Espécie de carroça. Utilizada, por exemplo, para transportar o produto da lavoura para casa.

3.2. Esquecimentos, silêncios e ressignificações do passado: Ana, Eva e Joana

Conforme Pierre Bourdieu (2006), quando falamos em “história de vida”, pressupõe-se que a vida em si é uma história, e, como toda a história, a narrativa de vida não pode ser compreendida em uma lógica ordenada ou linear. Tampouco podemos desejar que todos os acontecimentos vivenciados sejam guardados pela memória sem que esta faça seu trabalho de selecionar fragmentos de momentos distintos. Estes resquícios do passado vivido, que por algum motivo são evocados no presente, nem sempre são passíveis de boas recordações e por isso optamos por deixá-los escondidos no arcaibouço da memória. Fica a cargo do tempo exercer sua função, empoeirando essas lembranças, para que aos poucos acabem perdendo a vivacidade na memória e, por conseguinte, fazendo com que estas lembranças não mais nos despertem sentimentos de tristeza, culpa ou constrangimento. Com isso, surgem os silêncios e os esquecimentos do vivido como uma tentativa de não reviver esse passado.

O estudo sobre as memórias traumáticas ou os modos dos sujeitos narrarem seu passado estão comumente relacionados a sobreviventes da Segunda Guerra Mundial ou, no caso da América Latina, a ex-presos(as) políticos(as) das ditaduras militares no Cone Sul. No entanto, quando pensamos em pessoas que embora tenham vivido no mesmo tempo histórico desses eventos coletivos, mas que não os evocam em suas memórias, ainda há uma lacuna no modo de refletir sobre como certas experiências cotidianas da vida impactam no relato dos sujeitos. Este tema pode ser abordado pela psicanálise, mas ainda tem pouco espaço na reflexão historiográfica. Nos relatos de Ana, Joana e Eva, é possível tratar dos silêncios, esquecimentos e os diferentes modos que o passado pode ser ressignificado. São mulheres que compartilham experiências do trabalho árduo da lavoura, das privações econômicas, da ausência de assistência à saúde e falta de acesso a uma educação formal. Mas, também são mulheres que apresentam uma relação diferente nos modos como esse passado será narrado ou silenciado.

Para pensar os silêncios e esquecimentos nas narrativas de mulheres rurais, tomamos como ponto de partida os relatos de Ana e Joana. Após ser questionada como era a vida até sua mudança com a família para o núcleo urbano de Lagoão, Ana rompe o breve silêncio que se instalou entre nós dizendo que:

Me lembro do mais melhor ainda... Pra frente, não pra trás. Pensar pra frente. O que a gente passou tem que deixar pra trás. Passei muito trabalho, agora. Tudo nós. A maior parte foi de doença. Às vezes nem dinheiro não tinha pra correr com doença. Hoje não, é mais fácil... A vida já é mais fácil hoje.¹³⁴

Ana vive com a família no centro urbano do município há cerca de sete anos, mas antes disso vivia na área rural do município onde, além de cultivarem em seu pequeno lote de terras, a família necessitava vender sua mão de obra para os vizinhos como peões. Para a entrevistada, o passado de pobreza, a morte de dois de seus filhos devido a doenças, o isolamento e o trabalho na lavoura são eventos que não caberiam ser revisitados, pelo contrário, deveriam ser esquecidos e, para esquecer, torna-se necessário calar. Logo, é um passado que não deve ser lembrado.

Ricoeur (2007) entende que sendo o ato de lembrar (*mnémoneuein*) produzido no intervalo de tempo entre a impressão original e seu retorno, isto é, no transcorrer deste tempo que a recordação percorre, o esquecimento é designado como aquilo contra ao que é dirigido o esforço da lembrança - contrapondo-se às operações da anamnésia. Ao destacar a vastidão da problemática do esquecimento, o autor argumenta que na medida que há o apaziguamento da memória, em que consiste o perdão, constitui-se a última etapa do percurso do esquecimento. Em outras palavras, é possível dizer que havendo a culpa e, por consequência, a falta do perdão para com o passado, querer esquecer é uma saída para não reviver as memórias traumáticas.

Se Ana considera que seu passado de vida não merece ser revisitado, Joana, por sua vez, se refugia nos silêncios. Trabalhadora rural aposentada com 77 anos, a entrevista com Joana propicia pensar não só os limites metodológicos no ofício do(a) historiador(a) oral, mas as dificuldades que as mulheres têm para falar, principalmente, as que vivem em contextos rurais. A conversa com esta entrevistada motivou reflexões sobre o uso ou não da entrevista, uma vez que não houve transcrição do áudio e uso do aparelho de gravação em nosso segundo encontro. Igualmente, foi uma situação que fez pensar os limites práticos do trabalho do(a) pesquisador(a) quando se depara com uma fonte que simplesmente não quer falar. Limites estes que, afinal, todos(as) os(as) demais historiadores(as) também podem vir a se confrontar ao não ter acesso permitido a determinado acervo ou indivíduo. Contudo,

¹³⁴ Depoimento com Ana em 7 de janeiro de 2019.

partindo do pressuposto de que a entrevistada aceitou conceder a entrevista, tendo a carta de cessão e a apresentação da pesquisa ficado em porte de um filho seu, acreditamos que os encontros com Joana problematizam a dificuldade da fala para mulheres.

É importante dizer que no primeiro contato feito com Joana, quando ainda escrevia o pré-projeto de pesquisa para a seleção do mestrado, minha mãe me acompanhou nesta primeira visita. A presença desta deve ser constatada, pois a evidente familiaridade entre ambas, em decorrência dos anos de vizinhança da entrevistada com minha avó, muito provavelmente favoreceu o aceite de Joana a participar da pesquisa. Ademais, em determinado momento minha mãe explica para a vizinha que esta pode ficar tranquila que meu interesse é unicamente relacionado aos estudos, não havendo nenhuma relação com o governo. Isso é importante dizer porque para pessoas como Joana, em que direitos básicos como aposentadoria, reconhecimento como agricultoras e acesso à energia elétrica são conquistas recentes, há um temor de perder esses direitos. A exemplo disto pode-se citar o medo da entrevista, exposto em um de nossos encontros, com a possível eleição à presidência de Jair Bolsonaro, pois os comentários que circulavam entre alguns membros da família seria que ele acabaria com a aposentadoria de viuvez dela¹³⁵.

Pollak (1989) observa que nas lembranças existem “zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’”,¹³⁶ de modo que as fronteiras entre estas com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são estanques, estando em contínuo deslocamento. Para quem a vida foi marcada por diferentes rupturas e traumas, o autor adverte para a “dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história”¹³⁷. Rememorar o passado de perdas e provações pode ser capaz de despertar sentimentos de dor e culpa. Pode-se, também, temer não ser compreendido por seu interlocutor, provocando uma necessidade de refúgio nos silêncios com o intuito de armazenar tais memórias nas zonas dos esquecimentos, das “memórias subterrâneas”¹³⁸.

O silêncio de Joana também deve ser pensado em uma perspectiva da História das Mulheres. Apesar de estar tratando de registros escritos, Perrot afirma que as mulheres tendem a cometer atos de autodestruição de seus passos no mundo, acreditando que suas

¹³⁵ O governo de Michel Temer (2016-2018) já havia tentando aprovar, embora sem sucesso, a reforma da previdência. No contexto das eleições presidenciais de 2018 existia um temor de que, dependendo do candidato que ganhasse, essa reforma poderia, inclusive, atingir direitos já adquiridos, como no caso de Joana.

¹³⁶ POLLAK, 1989, p. 8.

¹³⁷ Ibid., p.13.

¹³⁸ POLLAK, 1989.

existências não sejam dignas de perdurar para além de suas vidas. Para a historiadora, essa autodestruição “é também uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impõe às mulheres, feitas [...] ‘para esconder sua vida’; um consentimento à negação de si que está no centro da educação feminina, religiosa ou laica, e que a escrita - assim como a leitura - contradiziam”¹³⁹.

Educada para trabalhar, casar e ter filhos, Joana pode ser entendida como uma dessas mulheres que Perrot disserta que tendem a esconder suas vidas, acreditando que nada de importante têm a dizer. Tendo vivido sempre na mesma região, a qual é a de mais difícil acesso do município, talvez Joana se questione se de fato gostaria de ser lembrada para além desses lugares que lhe foram atribuídos. Nesse sentido, o silêncio de Joana deve ser compreendido em uma perspectiva de gênero, na qual há toda uma educação feminina que salienta que suas vidas não têm relevância.

Como ponto em comum nos relatos de Joana e Ana, há a presença das mães como pessoas que não se beneficiaram dos mesmos direitos que elas. Ana também nos coloca diante da relação entre as memórias de sofrimento com as lembranças de sua mãe. A presença da mãe destas mulheres é assinalada em diferentes momentos dos depoimentos, todavia, tornam-se mais acentuadas quando estão relatando memórias de episódios que refletem tristeza e desolação. No caso de Ana especificamente, a questão da aposentadoria serve como um gatilho para despertar as memórias sobre a mãe e a vida perpassada por dificuldades econômicas, trabalho na lavoura e a criação dos seus doze filhos. É com um lamento que Ana narra que, enquanto ela se aposentou aos 55 anos, sua mãe só obteve desse direito aos 70 anos de idade, tendo usufruído poucos anos desse direito em decorrência de sua morte.

Esse cenário de direitos sociais conquistados recentemente, relacionados às mudanças das políticas estruturais no país, possibilita pensar como as memórias de sofrimento não correspondem apenas ao indivíduo que narra. A associação feita por Ana, entre lembranças de flagelos e o fator da aposentadoria da mãe, talvez possa ser problematizada a partir de Pollak (1992) e seu estudo sobre “memórias herdadas” e da ideia de transmissão geracional de Paul Thompson (1992).

Pollak argumenta que a memória seria em parte herdada, ou seja, não se referindo apenas à vida de uma pessoa. Desse modo, as flutuações do momento em que está sendo

¹³⁹ PERROT, 2005, p. 37.

articulada e expressa, bem como as preocupações do contexto, constituem um elemento de estruturação da memória e estabelecem uma relação entre o indivíduo que narra e o coletivo do qual faz parte. Isto é, trata-se de uma memória social, em que há uma junção entre memórias individuais e memórias coletivas. Thompson, por sua vez, chama a atenção para o fato de que as emoções e “as imitações da estrutura da vida social comum” acabam sendo transmitidas de uma geração para outra¹⁴⁰. No caso das entrevistadas, por mais que existam modificações nos quadros estruturais e nos contextos de vida de cada indivíduo, parece-nos que há uma continuidade do modo de vida dessas mulheres com o de suas mães.

Como já assinalado, o modo de narrar obedece às subjetividades, além de que as experiências recentes acabam impactando os relatos. Na primeira entrevista, fazia-se presente no discurso de Eva uma voz de autoridade e entusiasmo, transitando entre os mais variados temas em sua narrativa. Além das memórias sobre o trabalho e as múltiplas privações que também são pontuadas nos relatos das demais entrevistadas, Eva, com muita naturalidade, compartilhou as memórias de violência de gênero a que esteve submetida no primeiro casamento. O relato pormenorizado desse contexto de violência é impactante, como veremos mais adiante, mas neste momento nos deteremos a pensar as ressignificações do passado.

Eva consegue ressignificar as memórias traumáticas utilizando o espaço da entrevista para retomar esses episódios da vida e expor seus sentimentos perante aquela situação. Nesse sentido, as três mulheres entrevistadas apresentam modos distintos de se relacionar com seus passados, de modo que, enquanto Ana acredita ser um passado que não vale lembrar, Joana se refugia nos silêncios e Eva estabelece uma relação de perdão com esse passado, podendo ressignificar aquelas experiências de vida.

Pouco tempo depois da primeira entrevista, a vida de Eva sofreu uma reviravolta profunda. Com o falecimento do seu segundo esposo, as questões de herança, dívidas e a solidão fizeram com que a entrevistada deixasse a vida na cidade de Lagoão e voltasse para o interior do município para viver com uma de suas filhas. Em uma manhã em que a geada ainda se fazia presente sobre a vegetação, cheguei a casa de Eva. Ao contrário de nosso último encontro, quando falava com entusiasmo, dessa vez tinha uma tristeza em sua voz, falando mansamente e com certo distanciamento. Após um momento, começamos nossa organização para iniciar a entrevista. Eva abriu as janelas da casa e o espaço que até então

¹⁴⁰ THOMPSON, 1992, p. 202.

estava escuro se ilumina; ela coloca mais lenha no fogo e se senta em minha frente.

O abalo dos acontecimentos dos últimos meses foram evidentes. Para além do evento da viuvez, que certamente a entristeceu, Eva lamentou haver perdido a independência enfatizada no encontro anterior, não só porque agora vivia “de favor” na casa da filha, mas pelas limitações da vida interiorana: ali não pegava sinal de celular, o transporte para a cidade era limitado e, conseqüentemente, o acesso ao atendimento básico de saúde e a distância dos moradores vizinhos para realizar visita. Tanto nessa entrevista como na anterior, Eva recordava que na cidade era conhecida por todos e mantinha boas amizades, enquanto na zona rural as pessoas tendiam a ficar mais reclusas desenvolvendo suas atividades cotidianas.

Apontando os quadros com fotografia na parede, Eva relembra os anos passados no segundo casamento com carinho, destacando que ele cuidava bem dela e ela dele. A perda recente e as mudanças após esse acontecimento certamente implicaram em um relato comportado de saudade e de sentimentos que na primeira entrevista não haviam sido explorados. Trabalhar com trajetórias de vida permite compreender o fluxo de permanente mudanças em que os acontecimentos acabam repercutindo no modo como as memórias são evocadas.

3. 3 Mudanças estruturais versus modo de vida tradicional

Seja no campo ou na cidade, reflete Raymond Williams (1989), a vida deve ser compreendida como móvel e presente, uma vez que se move no decorrer do tempo por meio da história de uma família ou de um povo, move-se também em decorrência dos sentimentos e ideias, por meio das redes de relacionamento e decisões tomadas. Então, embora consideramos que o modo de vida das mulheres estudadas muito se assemelha a de suas mães e avós, não podemos dizer que as mudanças das últimas décadas não estão presentes em seus discursos, da mesma forma que as novas gerações representadas por seus filhos(as) e netos(as) não tenham buscado novos modos de vida, seja na zona rural ou migrando para os centros urbanos.

As transformações macroeconômicas vivenciadas no país desde a reabertura política na década de 1980, mas sobretudo a partir dos anos 2000, promoveram alterações nos

modos de vida das populações rurais. Mesmo vivendo distantes dos grandes centros do país, a vida das mulheres estudadas acaba sendo perpassada por transformações mais amplas, ocorridas, inclusive, em decorrência das lutas feministas, participação política das mulheres e criação de políticas públicas visando atender as populações mais pobres do país. A entrada da energia elétrica¹⁴¹ nos lares, por exemplo, promoveu acesso à encanamento de água, saneamento básico e aquisição de eletrodomésticos nas residências das famílias, como geladeira, máquina de lavar roupas e televisores. Acompanhar noticiários e até mesmo as novelas instigam nessas mulheres novas reflexões que possivelmente não estivesse no imaginário de suas mães, pois o uso do rádio e da televisão, posteriormente, são mecanismos que alteram os modos de vida – ou pelo menos informam os indivíduos do que acontece para além do seu cotidiano.

Em seu relato, Joana pontua a importância da energia elétrica, da aquisição da máquina de lavar e da geladeira, além do fato de que tendo os filhos automóvel próprio torna-se mais fácil seu deslocamento para o atendimento médico ou eventuais idas à cidade. Fatores como esse fazem com que Joana não veja necessidade em abandonar a vida rural para mudar-se para a cidade, como fizeram Ana, Luiza e Eva, após suas aposentadorias. Na primeira entrevista com Eva, quando ainda vivia na cidade, as imagens da câmera de segurança, que permitiam ver quem se aproximava de sua casa antes do latido do cachorro, eram mostradas com grande orgulho e entusiasmo. Na segunda entrevista, porém, após a morte do segundo companheiro e um retorno para o interior do município, Eva lamentou a falta de acesso ao uso do telefone devido à ausência de sinal, o isolamento da vida rural e a distância do núcleo urbano e do atendimento médico, que estava a cerca de 10 km de distância de onde passou a morar.

Sob uma ótica da classe e da política, Maria observa que houve mudanças significativas nas condições de vida da população de Lagoão, as quais advém, em sua

¹⁴¹ Conforme Gisele de Freitas e Suely de Fátima Ramos Silevira (2015), o levantamento demográfico realizado pelo IBGE, em 2002, identificou dois milhões de famílias, cerca de dez milhões de pessoas, vivendo no meio rural sem benefício a energia elétrica. Desse total, 90% viviam com até três salários mínimos e 33% com menos de um salário, estabelecendo uma relação entre distribuição de energia e índice de desenvolvimento humano no país, uma vez que os locais com menores marcadores de IDH igualmente registravam menores números de atendimento de energia. A partir de 2002, com a Lei nº 10.438/2003, Lei da Universalização, foi instituído no Brasil o direito de todos os solicitantes de energia serem atendidos sem custos. É nesse contexto que surge o Programa Luz para Todos, com o propósito de promover a inclusão social das famílias rurais de baixa renda, como uma política pública federal coordenada pelo Ministério de Minas e Energia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e operacionalizada com a participação das centrais Elétricas Brasileiras S. A. - Eletrobras e de suas empresas (FREITAS, SILVEIRA, 2015, p. 178-179).

perspectiva, sobretudo da emancipação do município em 1988. Esse processo de melhoria da qualidade de vida é observado pela entrevistada a partir de aspectos como o aumento do poder de compra, o acesso à informação e o fato de que não vivem atualmente de modo isolado como outrora:

[...] O pessoal está informado, pessoal está mais participativo, está bem atualizado, até. Porque, assim, desde as casas que a gente vai nesse interior por aí ó, a gente fica assim surpreso até, **como as pessoas tão evoluída**, desde assim ó as coisas de dentro de casa. Porque, todo mundo, **a gente se criou com pouquinha coisa, não tinha. Hoje em dia, o pessoal está assim com as casas mobiliadas**, tudo bem ajeitadinho, então é porque eles tão evoluídos, eles tão...Eles cresceram, né? E assim a comunidade também, pessoal que participa aí, está bem participativo...da comunidade, da igreja, do salão, dos grupo, da escola. Então, no geral, eu acho assim que é uma melhoria de 90% do crescimento. **O pessoal não está mais... não é mais aquele povo desorientado, aquele povo isolado que tinha de primeiro.** Então, eu acho que o crescimento tá muito bom nas comunidades.¹⁴²

Embora a entrevistada também tenha ressaltado a falta de energia e água encanada em casa, que a obrigava a lavar as roupas nos açudes, o fato de ela ter uma relação com grupos de maior capital econômico e social do município, somado ao fato de a família do marido ser comerciante local, estabelece uma relação diferente quanto aos modos como esta e as demais entrevistadas experienciam o gênero e a classe. Ou seja, o fator da classe social atravessa essa narrativa, pois as condições socioeconômicas de Maria fazem com que ela experencie as precariedades municipais de um outro modo.

Maria entende que as pessoas estão “evoluindo” ao estarem adquirindo mais objetos para o lar e estarem mais participativas dos eventos da comunidade. Nota-se que à medida que a entrevistada reflete sobre as pessoas estarem mais preocupadas em ter a casa mobiliada e estarem progredindo em relação a seus modos de vida, reforça que inclusive ela mesma também não usufruiu destas comodidades em uma parte de sua vida. Mas chama a atenção essa representação de um passado rural de um povo isolado, pobre e desorientado, sendo quase uma caricatura. Em contrapartida, é notório que o rural sulista brasileiro de cinquenta ou vinte anos atrás é muito diferente do rural dos dias atuais, e que áreas como Lagoão de fato foram (e de certo modo ainda continuam sendo) de grande dificuldade de acesso e conseqüente isolamento. Tudo isso faz com que as entrevistadas percebam que houve um progresso em termos de qualidade de vida, mudanças que acompanharam em decorrência de seus nascimentos datarem a partir de 1942.

¹⁴² Depoimento de Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão.

Williams (1989) reflete que no âmago das palavras “campo” e “cidade” se cristalizaram e generalizaram atitudes emocionais poderosas, as quais associavam campo a uma forma natural de vida, representado pela ideia de paz, inocência e virtudes simples. A cidade, por sua vez, associou-se à ideia de centro de realização, tais como o saber, comunicações e luz. Contudo, associações negativas também foram construídas historicamente, nas quais a cidade seria um lugar de barulho, mundanidade e ambição, enquanto o campo seria um lugar de atraso, ignorância e limitação.

Ainda utilizando-se do relato de Maria, que ao ter acessado os lares de famílias das comunidades interioranas de Lagoão, seja pelo trabalho na Pastoral da Criança ou nas campanhas municipais, pôde estabelecer uma análise das mudanças sociais ocorridas ao longo das últimas décadas no município, cabe destacar:

Bah, daqueles tempos até agora a diferença é muito grande, porque naquele tempo da pastoral e coisa, nas escola, por exemplo, não tinha transporte, não tinha nada. **O pessoal tinha que ir a pé. A pobreza era mais intensa, a comunicação dessa gente, né?** Hoje não, eles pegam um ônibus, vão pra cidade, tão mais orientado, tão... E naqueles tempo ficava ali naquele fundo, que nem sair não saía quase, era muito difícil, só mais por uma doença ou pra um... Tinha umas escolinha lá que funcionava, iam lá. Hoje não, hoje lá dos fundo passa o transporte e traz para cá, leva pra cidade, então tem um entrosamento com o comércio, o próprio comércio, comercial. O próprio agente de saúde vai lá e orienta “Ó, tal dia tem que vir pra cidade...”. Então, tem uma comunicação maior, né?¹⁴³

Mais do que apresentar uma realidade do contexto local, a qual todas as entrevistadas enfatizaram em seus relatos, em relação a esse passado marcado pela pobreza e pelo isolamento dos atendimentos de saúde e educação, o depoimento de Maria apresenta uma mudança no quadro estrutural do município. A fácil locomoção é um dos elementos mais importantes para quem vive em áreas rurais. Lembramos, por exemplo, do relato de Eva sobre a distância do núcleo urbano e o isolamento da vida rural terem sido um dos pontos de maior dificuldade de adaptação do cotidiano fora da cidade do município.

Em uma abordagem de gênero e geração, Maria das Dores Campos Machado e Myriam Lins Barros (2009) compararam os dados de duas pesquisas que objetivavam verificar as continuidades e descontinuidades nas representações de gênero em diferentes gerações de famílias – das avós, mães e suas filhas – das camadas médias e populares no estado do Rio de Janeiro. Partindo do ponto de que houve um crescimento da participação

¹⁴³ Depoimento de Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho, localidade de Lagoão.

feminina no mercado de trabalho e aumento no nível de escolaridade das mulheres, as autoras buscam conhecer as representações e as práticas das integrantes dessas três gerações em torno da família, da religião e da profissionalização feminina. Nesse sentido, percebem o fator geracional como intrinsecamente relacionado à problemática das mudanças sociais, sendo que tal inter-relação é analisada pelas autoras na dimensão da experiência de vida e de seu sentido, o qual é construído pelas mulheres em seus diferentes contextos de relações sociais.

No caso das análises com as mulheres de Lagoão, as mudanças sociais são percebidas a partir da percepção geracional sobre o passado das entrevistadas, tendo como ponto de partida os elementos marcantes em suas narrativas. Assim sendo, à medida que as narrativas das mulheres entrevistadas apontam para uma recepção positiva das mudanças estruturais, também evocam a suma relevância na valorização dos saberes tradicionais, pelos quais todo o seu processo de constituição como indivíduos está perpassado. Desse modo, emerge como problemática o porquê de, apesar de comemorar as conquistas recentes, a valorização do passado seja tão forte na narrativa destas mulheres.

Thompson (1998), examinando a Inglaterra do século XVIII e parte do XIX, reflete que os costumes são expressos e definidos por meio do prosseguimento de heranças, de modo que os aprendizados durante o processo de iniciação em habilitações dos adultos não estão restritos a sua expressão formal na manufatura, pois também funcionam como mecanismo de transmissão entre as gerações. Nesta perspectiva, o autor explica que na ausência de um aprendizado formal, isto é, “a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade”¹⁴⁴. Ainda segundo Thompson, “apesar da permanente mudança e mobilidade da vida social e até mesmo do papel desempenhado pela educação formal, como elemento da aceleração ou distanciamento cultural, não se interpunha de maneira significativa modificações nesse processo de transmissão entre as gerações”¹⁴⁵.

As benzeduras, os modos como se aprende a trabalhar, o conhecimento das plantas medicinais para cada indisposição, as receitas de alimentos, entre outros, são passados oralmente de gerações e gerações. A importância atribuída a estes saberes torna-os elementos de constituição destas mulheres como sujeitos, podendo estar relacionado ao

¹⁴⁴ THOMPSON, 1998, p.17

¹⁴⁵ Ibid., p. 18.

entendimento de que sem isso a vida como elas conhecem não existiria. Logo, para além de um saudosismo do passado, estas mulheres percebem as mudanças nos quadros socioeconômicos como facilitadores da vida difícil de outrora. Porém, essas transformações também podem dar lugar a uma angústia, provocando sentimento de que seus modos de vida estão ameaçados.

Compreendemos que há uma percepção geracional nesta valorização do passado pelas entrevistadas, servindo como marcador de diferença entre suas vidas e das gerações de filhos e netos. Em seu relato, Maria comenta que hoje as mulheres não se interessam pela política como na época em que ingressou na vida pública, mas reforça o marcador geracional ao dizer que:

Mas ninguém mais faz um chá pra tomar em casa, né? **A gente fala com a mãe que tem uma criança pequena aí às vezes ‘mas tu não fez um chazinho pra dar?’** Que chazinho, ninguém acredita. É difícil quem usa os produtos medicinais que tem a vontade aí nos terreiros das casas. Só saber utilizar.¹⁴⁶

Em uma perspectiva similar, Eva destaca que muitas mulheres de sua família sabiam benzer (tias, avós, mãe, irmãs) e isso possibilitou que ela aprendesse rezas que curavam mau-olhado, rendiduras¹⁴⁷, dor de cabeça e picadas de aranhas. Benzimentos eram especialmente necessários em um momento de escassez de recursos de assistência médica e financeiro para compra de medicamentos. Eva nos diz que aprendeu as rezas com a mãe, que por sua vez, aprendeu com sua avó, mostrando que este saber assumia, também, um papel de um elo de ligação entre as diferentes gerações de mulheres de uma mesma família. Sobre isso, novamente, é destacada a preocupação da entrevistada com a necessidade de ensinar as crianças sobre ensinamentos aprendidos com seus pais, porque afinal:

[...] **hoje em dia as crianças não sabe nem a metade do que a gente passou e nem sabe o que é e como é que era.** Hoje em dia a gente vai contar uma coisa pras crianças que nem acredito. Como um pão que a gente vai fazer, as crianças nem acreditam o que que é, nunca viram fazer e coisa nenhuma.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Depoimento de Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão.

¹⁴⁷ De acordo com o conhecimento popular em Lagoão, mau-olhado acontece quando alguém muito bravo ou com inveja olha em direção a alguma pessoa, a qual começa a sentir-se muito cansada; se for uma criança, esta começa a demonstrar comportamentos malcriados ou, quando recém-nascida, chora muito. Rendiduras, normalmente, estão associadas a esforços físicos, quando o indivíduo machuca ou “rende os nervos” de alguma parte do corpo, sendo comum ocorrer nas costas ou no pescoço.

¹⁴⁸ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, em Lagoão.

É possível identificar nos depoimentos de Eva e Maria o embate geracional, pois há a preocupação de que as novas gerações não recebam os saberes herdados, e nisso emerge a necessidade de transmitir para os jovens os modos de vida com os quais elas se identificam. Em diferentes momentos, Eva fala da necessidade de ensinar os filhos ou de transmitir os conhecimentos, quase como uma obrigação de vida. Considerando que a ação de transmitir esse legado sempre foi uma função social atribuída às mulheres, compreendemos que as entrevistadas busquem valorizar estes saberes que, afinal, lhes conferem importância na família e na comunidade. Ao destacarem que “as crianças não sabe...” ou “nunca viram fazer”, expressam um sentimento de perda tanto dos conhecimentos que estão deixando de ser transmitidos quanto de um lugar central que elas estão deixando de desempenhar.

Traçando uma maior aproximação entre gênero e geração, observamos aspectos como estes presentes na narrativa de Ana: ao lembrar a juventude, diz que os pais não deixavam ir nas festas, pois “Naquele tempo não era... não era como nos tempos de agora... Hoje diz ‘vou lá em tal lugar’ e vai. Tempo antes não. Os pais eram rígidos [*risos*]. Eram bravos. Agora as coisas tão diferente...”¹⁴⁹. Maria, por sua vez, observa que os namoros em sua juventude eram acompanhados de perto pelos pais – “nada de sair com namorado sozinha”¹⁵⁰ – e que há uma mudança hoje em dia que reflete como desde sua juventude até agora o mundo mudou e como as meninas estão mais dispostas a estudar do que a constituir família.

Nesta perspectiva analítica de uma percepção geracional na narrativa das entrevistadas, afastamo-nos de uma concepção de geração cronológica e passamos a compreender geração como uma construção cultural, como destacado por Sirinelli (1996). Para o autor, a geração pode ser entendida como uma escala móvel do tempo, pois à medida que limita suas virtudes de “periodização”, esses mesmos limites a tornam fecunda para a análise histórica e para as respirações do tempo. Percebe-se nas entrevistas uma preocupação delas com o esboroamento das relações com as crianças e jovens que teriam outros interesses, não demonstrando preocupação com os saberes tradicionais que fazem parte das memórias das famílias e da comunidade.

Ainda sobre as conquistas recentes pontuadas pelas entrevistadas, torna-se necessário tecer algumas considerações a respeito da saúde e dos direitos à aposentadoria. Praticamente

¹⁴⁹ Depoimento com Ana em 7 de janeiro de 2019, em Lagoão

¹⁵⁰ Depoimento com Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão

todas as entrevistadas relataram as dificuldades enfrentadas quando algum membro da família adoecia. Essas dificuldades ocorriam em decorrência da ausência de recursos de atendimento de saúde no município e da distância que deveria ser percorrida para conseguir atendimento, já que a locomoção era dificultada devido à falta de transporte ou às estradas em péssimas condições. Ana, por exemplo, enfatizou que após a mudança do interior para a cidade de Lagoão, a vida melhorou e os problemas de saúde desapareceram.

Nesse contexto de ineficiência do Estado, durante muito tempo ficou a cargo de instituições religiosas, sobretudo ligadas à Igreja Católica, prestar o atendimento básico de saúde nas comunidades rurais mais remotas do Brasil, como relatado por Maria ao pensar a importância da Pastoral da Criança no atendimento de famílias carentes de Lagoão:

A saúde era muito precária, né? Então não tinha, porque não faz muitos anos que começou esses agentes de saúde, que tão dando atendimento especial nas comunidades, tão indo de atrás, eles agora assumiram essa parte de pesar as crianças, de fazer acompanhamento e antes era Pastoral da Criança que fazia.¹⁵¹

Esse cenário de precariedade na saúde também é pontuado na fala de Eva, estabelecendo uma relação entre trabalho e saúde, como quando recorda que tanto sua mãe quanto ela própria prosseguiram no trabalho na lavoura mesmo estando a poucos dias dos nascimentos de seus filhos. É em meio a estas memórias que, ao falar da morte de sua filha mais nova, relata que, faltando somente cinco dias para o nascimento da bebê, enquanto plantava feijão no alto de um morro, acabou deslizando com a terra e caindo em uma parte de maior declive da roça. Esse incidente foi responsável pela morte da bebê que estava gestando.

Na narrativa que se segue, Eva evoca a figura das parteiras, que, conforme a entrevistada, cobravam pelo trabalho realizado, tanto em dinheiro como em produtos alimentícios ou em animais de pequeno porte. As formas de pagamento demonstram a base em que as relações eram constituídas, da mesma forma que delineiam alguns traços da realidade local.

[...] ela [a parteira] cobrava acho que uns 20, mas isso era muito do dinheiro. Tu

¹⁵¹ Depoimento com Maria em 12 de janeiro de 2019, em Pinhalzinho- Lagoão.

tinha que trabalhar bastante pra ganhar esse dinheiro. **Porque naquele tempo tu trabalhava um dia inteiro pra ganhar uma latinha de banha.** Era assim, né? Aí fomos criando os porcos, criando os porcos, fomos fazendo a banha e não precisa mais comprar. [...] hoje tu trabalha aí ó, tu ganha uma lata de banha. [...] Porque eu aqui de pedreira eu ganhava aqui 100 contos, como eu ganhei [...] rebocando casa e pintando.¹⁵²

Novamente, é reforçado no depoimento de Eva o contexto de privações. A parteira, mesmo sendo vizinha e tendo uma relação de compadrio, cobrava pelo seu trabalho, que para a entrevistada não se apresentava como um valor irrisório naquela época, já que seria preciso trabalhar bastante para conseguir esse dinheiro. O pagamento em troca de alimento, como uma pequena quantidade de gordura animal usado no preparo das refeições, indica novamente as poucas condições econômicas presentes naquela sociedade, reafirmando um contexto de intensa pobreza no qual nem todos tinham terras suficientes para trabalhar ou animais para prover a subsistência da família.

Durante as entrevistas, não foi abordada a temática da propriedade das terras, ficando como demanda para novos estudos. Mas tendo como base teórica os estudos de Deere e León (2003), sobre as desigualdades de gênero na propriedade fundiária na América Latina, muito provavelmente os lotes de terras ainda se encontram em nome dos maridos. Todavia, as mulheres entrevistadas, com exceção de Maria (que a família possui grande lote de terras) e de Luiza, relataram a necessidade de venderem sua força de trabalho para os vizinhos, sendo esse aspecto indicativo da existência de poucas terras para o plantio e da necessidade de buscar ganhos para os mantimentos familiares.

Vejamos que nessas mudanças sociais articulam-se relatos sobre trabalho, saúde, pobreza e isolamento que reforçam a vida destas mulheres como marcadas pelo sofrimento, sinalizando tanto para uma melhoria na esfera social, dessa parcela da população rural, como também funcionando como elemento de distanciamento entre a vida destas mulheres e das gerações atuais. Distanciamento que é evidenciado quando Eva sentencia: “Pois é, não é do tempo de vocês, porque no nosso tempo é outro”¹⁵³. Esse passado evocado por suas narrativas é marcado pela ausência de elementos básicos de subsistência – dificuldades muito próximas das enfrentadas também pela maior parcela das populações rurais no Brasil – e pelo fator do gênero como intensificador dessas desassistências Estatais.

¹⁵² Depoimento com Eva em 9 de novembro de 2019, em Lagoão.

¹⁵³ Depoimento com Eva em 9 de novembro de 2019, em Lagoão.

As experiências em relação à gestação, à maternidade e à falta de amparo legal para os mais variados tipos de violência em que mulheres de contextos rurais estão expostas foram por um longo tempo negligenciadas pelo poder público e só passaram a integrar as pautas de políticas públicas nas últimas décadas. Tal constatação nos aproxima das análises de Silvia Federici (2019), a respeito de que, além da violência física praticada contra as mulheres, não se deve ignorar a violência cometida por meio de políticas econômicas e sociais e pela mercantilização da reprodução. Federici defende que a pobreza em decorrência das ausências de investimentos em bem-estar, empregabilidade e serviços sociais básicos – como a falta de assistência médica –, deveriam ser considerados uma forma de violência.¹⁵⁴

Os direitos sociais conquistados nas últimas décadas são positivados nos discursos das entrevistadas. Entre estes, a aposentadoria recebe maior ênfase, como indicado anteriormente nos relatos de Joana e Ana. A aposentadoria representa para as populações mais pobres, sobretudo quando pensamos nas áreas rurais do país, uma espécie de recompensa após anos de labor, dia após dia. Se o surgimento das primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino – proibição da jornada noturna e o trabalho no último mês de gravidez e primeiro do puerpério – datam dos anos 1917 e 1919¹⁵⁵, a ampliação dos direitos efetivos para as mulheres rurais ocorreu somente a partir das décadas de 1980 e 1990. De acordo com Cassiane da Costa e Joel Bevilaqua Marin (2018), a mobilização das camponesas do RS foi imprescindível para conquistas como o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais e a garantia de direitos como aposentadoria e licença remunerada.

Mas até a garantia destes direitos fundamentais o caminho foi longo. Conforme Fernando Teixeira da Silva (2017), entre o início de 1962 e março de 1964, se deu um processo efetivo de sindicalização do trabalhador rural no Brasil, aberto por pressão dos movimentos dos trabalhadores do campo, tendo como principais protagonistas na disputa pela sua condução o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica. Em junho de 1963 entrou em vigência o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), o qual contrariava todos os esforços da maioria dos fazendeiros em frear a ampliação dos direitos no campo. O ETR concedia o acesso a todos os direitos até então válidos para os assalariados urbanos,

¹⁵⁴ FEDERICI, 2019, p. 101-102.

¹⁵⁵ MATOS e BORELLI, 2010.

entre eles: a distribuição gratuita de carteiras profissionais, cópia do contrato de trabalho e da legislação aplicável; jornada de 8 horas e proteção ao trabalho do menor e da mulher; pagamento do 13º; salários; férias remuneradas e contribuições previdenciárias; direito à estabilidade e indenização. No entanto, atingia os assalariados rurais, principalmente, os com vínculos com fazendas. Pequenos proprietários, como a grande parcela de habitantes de Lagoão, incluído as entrevistadas deste estudo, somente foram beneficiados décadas mais tarde.

Todas essas mudanças estruturais que são apontadas pelas entrevistadas permite dizer que, embora seja evidente a valorização das mudanças estruturais representadas pelo acesso à eletrificação, aquisição de utensílio para o lar (geladeira, máquina de lavar, etc) e direitos sociais, igualmente, há uma valorização dos saberes tradicionais herdados das gerações anteriores. Esses modos de vida herdados acabam identificando-as como sujeitos, visto que constitui parte da construção de si próprias. Por isso, à medida que as mudanças sociais são positivadas, sendo colocadas como facilitadoras da vida, acabam interferindo nos modos de vida e representando uma ameaça aos costumes apreendidos com as gerações anteriores.

3.4 Narrativas de violência de gênero

A importância em discutir a violência de gênero neste estudo surgiu a partir do relato de Eva ainda na primeira entrevista, quando rememora a violência sofrida no primeiro casamento e a insistência de parentes e conhecidos, quando viúva, para contrair novas núpcias. Diferentemente das questões sobre trabalho, nas quais as entrevistadas são convidadas a revisitar as memórias relacionadas a este, a temática da violência de gênero emerge na narrativa da entrevistada com tamanha intensidade que a não incorporação nas análises da investigação seria inadmissível, pois o trabalho com História Oral é um exercício de escuta atenta da pesquisadora para com sua entrevistada, reconhecendo o que ela aponta como importante.

O impacto que as memórias dos episódios de violência geram em Eva são nitidamente perceptíveis, seu entusiasmo se perde, a voz fica mais lenta e o olhar se entristece. Lola Venegas *et al* (2019) refletem que, independentemente da situação econômica, da idade ou do nível de educação, todas as mulheres estão expostas a violências,

incluindo o assassinato. Nesse sentido, é necessário esclarecer que embora a violência de gênero tenha sido evocada apenas na narrativa de Eva não significa que as demais mulheres não estiveram submetidas, em algum momento de suas vidas, ao uso da violência de seus companheiros ou parentes próximos. Primeiro, porque relatar para o outro esses episódios não é algo simples, de modo que muitas vezes isto fica condicionado aos silêncios ou esquecimentos. Segundo, deve-se compreender que violência de gênero engloba vários tipos, além da física, como psicológica, moral e financeira, nem sempre sendo tão perceptível aos olhos da vítima situações de abuso.

Eva narra com pormenores as situações de violência às quais foi submetida pelo ex-marido, o qual venho a falecer pouco depois da separação do casal. O alcoolismo do ex-marido é lembrado, juntamente com a sobrecarga de trabalho, em virtude deste não ajudá-la nas atividades agrícolas. A isso, somam-se as lembranças das agressões contra ela e contra as filhas do casal:

[...] quando ele chegava em casa [embriagado] bravo ainda e que daí ele queria fazer sexo com as próprias filhas. Pois daí foi o que não deu mais nosso casamento mais. Elas pegaram ele e deram uma “tunda” de laço¹⁵⁶ essas duas, levaram ele por cima das mesas, por cima dos fogão e coice e soco.

Segundo a narradora, essas tentativas de abusos sexuais nunca chegaram a se efetivar, tanto porque ela se dedicou a evitar isso quanto devido a tomada de ação por parte das filhas. A violência por parte do ex-marido seguiu em diferentes momentos, incluindo a oposição a namoros das moças com outros rapazes, acusando Eva de ser ela quem queria namorá-los. Entre tantos episódios de violência e agressões físicas, a entrevistada relata o acontecido na véspera do casamento de uma das filhas, quando ao voltar para casa alcoolizado, a cólera do ex-companheiro ganha maior perversidade. Em suas palavras,

Primeiro ele puxou de um revólver que ele tinha, e eu falei “pode meter”, peguei ele pra pegar o revólver. A filha da Nizia pensou que nós estava de brinquedo, [ela disse] “eu pensei que tivesse de brinquedo”, aí eu falei “não, nós não briqueamos assim”, a coisa era de sério. Quando ele viu que eu ia chegar pra pegar o revólver, ele disse “contigo eu vou na faca mesmo” e me grudou.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

¹⁵⁷ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

Novamente, temos uma cena de violência grave, na qual claramente há um risco de morte da entrevistada. A incompreensão da vizinha, ao não perceber que se tratava de uma briga e não de uma brincadeira conjugal, pode ser encarada como um engano ingênuo, mas cabe lembrar que o ditado popular “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é, muitas vezes, levado à risca, sobretudo em regiões rurais. Observa-se também nesse trecho do depoimento que a entrevistada confronta o agressor na cena de violência, mas em outros momentos de nossos encontros ressalta que se não fosse a bebida e o fato dele não a ajudar a trabalhar teriam seguido o casamento.

A partir de entrevistas com mulheres que vivenciaram experiências semelhantes às de Eva, além de moradores locais e profissionais de organizações que se relacionam ao tema no município de Santa do Livramento-RS, Cassiane da Costa *et al.* (2018) atentam para algumas questões sobre a violência contra mulheres rurais. O alcoolismo por parte dos cônjuges e a mentalidade de que as mulheres precisam manter o casamento, associados a fatores como o difícil acesso ao atendimento especializado para a violência doméstica, foram alguns pontos constatados. Aspectos equivalentes foram abarcados nos estudos de María Ángeles Martínez García (2011) a respeito da violência de gênero no meio rural espanhol, em Asturias. A autora concluiu que elementos como difícil acesso, escassa população, dispersão territorial, maior índice de masculinização e envelhecimento favoreciam tanto a produção quanto a reprodução da violência contra as mulheres.

Segundo Heleieth Saffioti (2019), em uma perspectiva marxista, no caso específico da violência masculina contra a mulher não é difícil de observarmos que não só o agressor considera a mulher um mero objeto de suas ações, mas tende a haver uma corrente vitimista de pensamento, na qual se percebe a mulher como uma vítima passiva, inclusive por ela mesma. Uma mesma mulher, esclarece a autora, adota condutas distintas perante um mesmo apelo social, de modo que, conforme as particularidades da situação, pode representar um comportamento de acomodação ou de resistência. Portanto, Saffioti defende que não há um polo passivo e outro ativo, mas ambos em uma “correlação de formas em permanente luta pela hegemonia”.¹⁵⁸

Nos últimos anos, os movimentos de mulheres rurais têm denunciado as violências que acometem a população feminina no campo. Isso motivou a elaboração de políticas

¹⁵⁸ SAFFIOTI, 2019, p. 156.

públicas com o propósito de enfrentar tal demanda, sobretudo, no que tange à elaboração de programas que fomentem o fortalecimento da autonomia feminina por meio do acesso a terras (*Banco da Terra*), crédito rural (como o *Brasil sem Miséria*, o *PRONAF Mulher*)¹⁵⁹ e aposentadorias.

A violência psicológica também é relatada por Eva quando relembra que era comum acontecer do ex-companheiro esconder-se em meio a vegetação para ouvir sua conversa com a vizinha, enquanto ambas trabalhavam na lavoura. À noite a violência psicológica se expressava em forma de deboche, principalmente, quando o assunto das mulheres era sobre suas vidas conjugais e sexuais. O sexo ou qualquer relato de intimidade ainda se apresenta como tabu para as mulheres entrevistadas, tendo em vista que somente Eva adentrou em temas próximos a estes, enquanto as demais estruturaram suas narrativas tendo como eixos sua condição de trabalhadoras, mães e mulheres honradas, e quando, eventualmente, os namoros surgiam em meio a conversa, o distanciamento geracional era evocado ao argumentarem que estes eram muito diferentes dos de hoje em dia.

Apesar do pai ser lembrado carinhosamente pela entrevistada, Eva conta que foi ele quem decidiu sobre o casamento com o seu primeiro marido. Eva havia casado com 17 anos de idade e viveu cerca de 30 anos com o ex-marido. A idade dos casamentos normalmente tende a ser precoce entre a população rural. Com exceção de Joana que casou com 20 anos de idade e de Luiza, que evitou o assunto, as demais entrevistadas casaram antes dos 18 anos de idade. Lola Venegas *et al* (2019) apresentam dados do *Save the Children*, no qual os indicativos apontam que a cada 15 segundos uma menina com idade inferior a 15 anos é obrigada a se casar e cerca de 45.000 meninas com menos de 18 anos se casam por dia no mundo. No Brasil, a Lei 13.811, sancionada apenas em 2019, passou a proibir o casamento de menores de 16 anos em qualquer circunstância. Essa medida foi tomada porque o Brasil atualmente é o quarto país em números absolutos com maior incidência de casamentos infantis no mundo, com um percentual de 36% da população feminina casando antes dos 18

¹⁵⁹ Para saber mais, ver: LOPES, Marta Julia Marques; LANGBECKER, Tatielle Belem. **Inclusão produtiva, pecuária familiar e situação das mulheres rurais do Programa Brasil Sem Miséria em um município do RS** – contexto de uma realidade pouco conhecida. *Redes* – Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n.1, janeiro-abril, 2018. SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. **Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Polis: Revista Latinoamericana [Online], nº 44, 2016. URL : <http://polis.revues.org/11963>. Acessado em 28 de junho de 2019.

anos de idade¹⁶⁰. Tais dados, quando articulados a evasão escolar, a gravidez na adolescência e a uma maior inserção no mercado de trabalho, podem explicar a razão de a população feminina brasileira tender a ser a mais pobre.

As memórias de agressões físicas e psicológicas conduzem a entrevistada a narrar um dos episódios que busca pôr fim à situação de violência em que se encontrava, sendo significativo tanto porque Eva deixa o ex-marido ao retornar para a casa dos pais, levando consigo os filhos, quanto porque, nesse momento, meu pai e meu avô figuram na cena narrativa. Eva lembra que, a pedido do ex-marido, os dois homens foram até seus pais para convencê-la a voltar para casa, argumentando que o companheiro estava arrependido e disposto a mudar de comportamento. De acordo com seu relato, foi formada, praticamente, uma comitiva para levá-la de volta para casa. Após ser convencida de que o melhor seria manter o casamento, Eva recorda que durante o trajeto um terceiro homem, que estava junto, caçoava da situação: “Aquele vinha junto fazendo troça: ‘ah, tão ajeitando um casamento hoje’. Porque nós vinha vindo na carroça. O teu avô foi buscar nós lá”¹⁶¹.

Na época da entrevista, em novembro de 2018, Eva demonstrava estar feliz com seu novo companheiro, Seu Zébio, o qual infelizmente veio a falecer poucos dias após nossa conversa. A respeito do relato de Eva, destaco que a violência por si já nos mobiliza enquanto sujeitos, mas o fato de indivíduos tão próximos a mim constituírem a cena de interrupção de uma tentativa da entrevistada de sair da relação de abuso e violência em que se encontrava, provocou-me um desconforto imenso. Alessandro Portelli (2016) expôs que os “historiadores geralmente não sabem que existem áreas de experiência imprevistas que eles deveriam explorar”¹⁶². Nesse caso, a narrativa fluía com tanto desembaraço que não esperava adentrarmos a essa temática, nem tampouco que pessoas ligadas a mim poderiam compor a narrativa.

Esse fato é importante para nossa discussão, pois demonstra as nuances envolvidas quando a fonte, o tema e a pesquisadora têm uma relação de aproximação que escapa do distanciamento habitual no campo da pesquisa. A proximidade de relações permitiu um acesso a informações significativas para refletir sobre uma determinada temática – neste

¹⁶⁰ SENADO FEDERAL. Proibição de casamento para menor de 16 anos é sancionada pelo governo federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/13/proibicao-de-casamento-para-menor-de-16-anos-e-sancionada-pelo-governo-federal>. Acessado em 23 de janeiro de 2020.

¹⁶¹ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

¹⁶² PORTELLI, 2016, p. 15.

caso, sobre experiências de vida de mulheres trabalhadoras rurais. Essa mesma proximidade é capaz de provocar uma maior sensibilização na pesquisadora, justamente porque consegue visualizar o universo que lhe é retratado: primeiro por ser mulher e segundo, devido ao fator da experiência, em certa medida, também ser parte daquele contexto. Por fim, a sensibilização do(a) pesquisador(a) quando está dedicado a seu trabalho é natural em nosso ofício, mas neste caso a pesquisadora também torna-se objeto de seu estudo.

Eva obteve o apoio dos filhos para sair do casamento, porque as ameaças de morte foram se intensificando com os anos: “Eles [os filhos] acharam que não dava [para seguir o casamento]. Ele avançava neu [em mim] e dizia que ia me matar também. Por causa da mesma coisa. Ele [disse para mim que] **tinha uma coisa que atentava ele**”¹⁶³. Após a separação dos corpos, o ex-companheiro passou a viver com outra mulher e pouco tempo depois foi diagnosticado com tuberculose, resultando em sua morte. Não havendo o processo de divórcio legal, Eva conseguiu se aposentar como viúva. Para Eva, a tuberculose associada à bebida é uma explicação para as agressões do ex-companheiro. Anos mais tarde é nítido como essas memórias traumáticas acabam despertando para sentimentos dolorosos, expressos no olhar cabisbaixo, na perda de vivacidade na voz e gestos corporais mais introspectivos.

As análises que se seguem não estão precisamente relacionadas à temática da violência de gênero, mas, sim, às relações de gênero que Eva passou a experienciar após sua mudança para a cidade de Lagoão e a aquisição de uma maior autonomia sobre si com o fim do casamento. A entrevistada recorda que as pessoas especulavam sobre sua renda: “[...] Lá eles diziam que eu não tinha o dinheiro, não sabiam que homem é que estava me dando dinheiro e aí que eu sempre tinha... Tinha porque eu fazia um cestão daquele de quebrar milho, eu fazia por quatro reais...”¹⁶⁴. Em outros momentos da narrativa, Eva expôs que além do trabalho na lavoura desenvolvia muitas outras atividades (cestaria, carpintaria, etc), porém, isso não era indicativo para seus ganhos, tendo em vista, neste contexto social, que o fato de ser uma mulher “sem marido” a tornaria suscetível a especulações sobre sua vida.

Ademais, sobre a decisão de um novo casamento, diz-nos que as pessoas – mas acaba citando somente homens que tinham certo prestígio na cidade, tal como o farmacêutico, o comerciante e um tio –, foram os responsáveis por induzi-la a aceitar as

¹⁶³ Depoimento de Eva em 4 de agosto de 2019, em Pinhalzinho-Lagoão.

¹⁶⁴ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

investidas do segundo marido. Segundo a entrevistada,

Mais de tanto [me] “atucicarem” e fazer fogo. E o compadre Avelino também, vinha lá do Pinhalzinho também, era meu tio, dizia que eu era nova ainda e não podia ficar assim. Decerto ficaram com medo que eu fosse namorar assim, né, meio que muito, que começaram a “atucicar” que eu tinha que arrumar um companheiro e tudo...¹⁶⁵

Além disso, quando perguntada se mesmo vivendo na cidade não poderia ficar sozinha, responde em meio a uma gargalhada que “Pois é o que eles disseram né, que eu não podia ficar”¹⁶⁶. Além do fato de que os homens são os mais preocupados com a defesa da honra de Eva, os mecanismos de controle social sobre as mulheres tornam-se perceptíveis. Mesmo trabalhando e mantendo o sustento dos filhos, há uma pressão para que a entrevistada arranje um novo companheiro, para não ficar sozinha e assim não estar vulnerável aos comentários alheios. Porém, as relações de gênero não operam sozinhas, Eva utiliza-se desses marcadores definidores do gênero feminino afirmando que:

E eu trabalhava lá “solita” lá na roça, **eu tinha minha consciência**. Eu trabalhava sozinha junto com o seu Doia, com o seu Chico ali, com aquela gurizada. O seu Doia com o filho dele, tudo fazendo cerca na beira da roça, na beira da estrada e eu ia pro meu serviço com a foice nas costas, dizia adeus, bom dia, boa tarde, cruzava [por eles]. Eles não mexiam comigo e eu também não dizia nada, só dizia o adeus. O adeus não se pode negar. Aí eu cruzava, dizia adeus e seguia na minha viagem.¹⁶⁷

Tendo em vista que Eva tem uma trajetória de luta e dificuldades, experienciando as múltiplas privações impostas no contexto em que vive, ao dizer que “eu tinha minha consciência”, reforça que, como mulher, deveria ter consciência da importância de preservar sua honra velada. Para Bourdieu (2009), a socialização tende a impor limites referentes ao corpo, proporcionando que a jovem ao longo da vida interiorize os princípios fundamentais da constituição do feminino. Assim, a boa conduta, inseparavelmente corporal e moral, vai possibilitar que esta aprenda tanto a se vestir, como a se portar nos diferentes estágios da vida: menina, virgem núbil, esposa, mãe de família¹⁶⁸. A partir disso, podemos dizer que, ao ser uma mulher sem marido em ambiente conservador como é o meio rural, manter a

¹⁶⁵ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

¹⁶⁶ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

¹⁶⁷ Depoimento de Eva em 9 de novembro de 2018, na cidade de Lagoão.

¹⁶⁸ BOURDIEU, 2009, p.37.

“seriedade” era fundamental para Eva ser respeitada socialmente.

Por fim, embora existisse uma pressão social para que Eva encontrasse um novo marido, o fato de ter obtido, com o apoio dos filhos, a separação do primeiro é uma mudança significativa no quadro social de Lagoão. Mesmo sendo um contexto fortemente patriarcal, a violência doméstica não foi tolerada ao ser legitimada a necessidade da separação e para isso, aspectos definidores de gênero (de mulher trabalhadora e honrada) foram acionados.

A violência de gênero exposta por Eva permite retomarmos às discussões a respeito de memórias traumáticas. Como mencionado anteriormente, os estudos sobre as memórias traumáticas ou os modos dos sujeitos narrarem seu passado estão comumente relacionados a memórias de guerra ou questões políticas, porém, defendemos que pode ser empregada para pensar narrativas de outras situações cotidianas. No caso de Eva, a entrevista não só permitiu que essas memórias traumáticas viessem a tona como a possibilitou revisitar e ressignificar esse passado de violência que viveu ao lado do antigo companheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a pesquisa demanda do(a) historiador(a) um envolvimento com suas fontes de estudo, no entanto, quando se trata de uma abordagem a partir de trajetórias de vida, esse envolvimento constitui parte fundamental no estabelecimento de uma relação de confiança e atenção à escuta. Nesta investigação, o fato de existir uma proximidade amparada na experiência entre mim, pesquisadora, e as entrevistadas permitiu tanto explorar elementos que, por muito tempo, estiveram desconsiderados na produção do conhecimento histórico, tal como a própria temática das mulheres rurais, como também resultou em tensões em decorrência desta mesma aproximação com o objeto de estudo.

Quando optei por desenvolver esta pesquisa, buscava trazer para o debate da História essas mulheres rurais a quem a historiografia havia denotado tão pouca atenção. Como filha e neta de mulheres da lavoura, com histórias de vida muito próximas às das mulheres estudadas, estive presente nos primeiros passos da pesquisa um olhar identitário. Aos poucos, em decorrência do processo formativo, das orientações e dos debates com os colegas, o peso afetivo do estudo tendeu a diminuir, abrindo espaço para um olhar mais analítico sobre as questões tratadas. Entretanto, convém dizer que embora o fato da proximidade ter propiciado diversos ganhos ao trabalho, o processo de uma pesquisa como esta não deixa de ser doloroso. Em muitos momentos, senti arquejar pela dificuldade de analisar, de confrontar aquela realidade na qual advém muito do que sou.

Quando se pensa nos estudos sobre memória há a percepção de que o trabalho consiste em provocar as memórias do outro a fim de obter as respostas para nossas problemáticas. Esquece-se, porém, que nossas memórias também são evocadas, e mesmo não compondo as análises do trabalho, não significa que não exerçam nenhum poder sobre nós. Em muitos momentos, os relatos das entrevistadas funcionaram como detonadores de minhas próprias memórias, justamente, pelo fato de que, além de compartilharmos o gênero, havia uma série de experiências comuns sobre a vida no âmbito rural. Assim, as memórias das entrevistadas relacionadas às privações econômicas, à inserção no mundo do trabalho agrícola, ao isolamento e às violências não eram estranhas a mim. Em suma, se as minhas perguntas funcionaram como detonadores de memória das entrevistadas, por outro lado, suas lembranças de vida acabaram por despertar minhas próprias memórias subterrâneas.

O relato de violência de gênero exposto de modo imprevisto e pormenorizado por

Eva, ainda na primeira entrevista, provocou inquietações muito particulares da viabilidade em pesquisar um tema com tamanha proximidade de mim enquanto pesquisadora. Se a temática da violência já carrega consigo uma dificuldade de tratamento, nesse caso, além de existir um envolvimento afetivo entre entrevistada e pesquisadora, o fato de familiares meus constituírem um dos episódios em que Eva busca pôr fim a situação de abuso que se encontra, resultou em um impacto significativo. Alessandro Portelli (2014) defende a história oral como arte da escuta, a qual não diz respeito somente ao evento, visto que se relaciona “ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”¹⁶⁹. Por isso, há necessidade de escutar aquilo que o narrador julga como importante narrar, e para Eva era importante falar sobre este passado traumático, o que faz com que novamente concorde com Portelli quando argumenta que a memória é mais do que um depósito de informações, é um “processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”¹⁷⁰. Nesse sentido, a violência de gênero não estava na minha agenda de pesquisa no início dos trabalhos, mas tornou-se importante no processo no decorrer do estudo.

Com um propósito inicial de estudar as mudanças e permanências da vida de mulheres rurais a partir das memórias das entrevistadas, acreditava que o fator da educação formal seria pontuado de maneira enfática pelas entrevistadas. Contudo, foi a questão do trabalho que se mostrou crucial nas trajetórias de vida destas mulheres, enquanto o acesso à educação formal seria apenas um tema tangenciado nos relatos.

Neste processo de pesquisa, em que alguns temas ganham maior preponderância de que outros, se por um lado a temática da violência de gênero surgiu como demanda do depoimento das entrevistadas, a geração como categoria analítica tornou-se fundamental para uma compreensão além de fatores etários. Encontramos dificuldades em tratar da geração em uma perspectiva de idades, até mesmo em razão de que na seleção das entrevistadas não foi estabelecido uma organização precisa das idades das mulheres. Com isso, o fator geracional em uma perspectiva cultural e menos tradicional possibilitou explorar a relação das mulheres com o passado e presente por meio de suas memórias.

A questão da centralidade do trabalho, apontada no primeiro capítulo, evidencia a impossibilidade de se pensar esses sujeitos femininos sem a articulação com seus ofícios de agricultoras ou donas de casa, pois se a honra é um marcador de gênero fundamental nesse

¹⁶⁹ PORTELLI, 2016, p. 12.

¹⁷⁰ Ibid., p. 18.

contexto, igualmente, o “ser trabalhadora” compõe suas percepções como mulheres. Com isso, ao problematizar a centralidade do trabalho nas suas narrativas, observamos que mais do que um elemento de sobrevivência, o trabalho deve ser compreendido em sua completude histórica, psicológica e social. Percebe-se, dessa forma, que além de o trabalho funcionar como um elemento identitário para as mulheres rurais estudadas, também apresenta-se imbricado no relato das entrevistadas o aspecto do trabalho como missão e, por conseguinte, de sofrimento e prazer da atividade laboral.

No terceiro capítulo, buscamos estabelecer uma maior aproximação com a história de vida destas mulheres. Para tanto, a abordagem se concentrou na análise dos pontos recorrentes da narrativa das entrevistadas, de modo a articular com as reflexões teóricas apresentadas no primeiro capítulo. Neste sentido, pensamos as fronteiras entre o público e o privado a partir de três trajetórias de mulheres distintas: a professora Luiza, a mulher política Maria e a trabalhadora rural Eva. Nota-se que, embora estas mulheres desafiam de modos diferentes o espaço da domesticidade, os marcadores de feminilidade como mulheres trabalhadoras e honradas são levados consigo. Isto é, as entrevistadas transitam entre as esferas pública e privada a partir de alguns marcadores de gênero, ora tensionando-os e criando fissuras, ora os legitimando.

Para pensar sobre as memórias traumáticas, baseamos-nos nos relatos de Ana, Joana e Eva, por serem mulheres que, embora compartilhem experiências muito próximas a respeito do trabalho e das múltiplas privações econômicas, fruto das profundas desigualdades sociais do país, apresentam uma relação diferente com relação a como seus passados de vida serão narrados ou silenciados. Enquanto Ana evidencia um passado que não merece ser lembrado, Joana se apoia nos silêncios e Eva ressignifica em sua narrativa o passado de dificuldades e violência que vivenciou.

A fim de responder ao problema desta pesquisa, sobre em que medida as transformações históricas apontadas pela historiografia de mulheres da última década tem de fato impactado no modo de vida de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais do interior do estado do RS, concluímos que se por um lado as mudanças macroeconômicas e, principalmente, as relacionadas às conquistas femininas, impactaram de muitas maneiras a vida destas mulheres, por outro lado, também há uma valorização dos modos de vida aprendidos com as gerações anteriores, tais como as formas de realizar o trabalho, o conhecimento sobre as benzeduras, as receitas de alimentos e o uso de plantas medicinais.

Com isso, embora o acesso a bens de serviço, energia elétrica e melhores condições de vida sejam comemoradas, é possível perceber uma preocupação das entrevistadas com o esboroamento das relações com as crianças e jovens, que teriam outros interesses, não demonstrando preocupação com os saberes tradicionais que fazem parte das memórias das famílias e da comunidade e dos quais elas, como mulheres, são as detentoras e transmissoras.

Ao fim deste estudo, concordamos com Ricoeur (2007) a respeito de que discorrer sobre a vida é um trabalho de inacabamento, pois sempre existirá um caráter de incompletude em nossos estudos devido à vida dos sujeitos estar em permanente mudança ou à amplitude de temas que podem vir a ser explorados. Ouvir os relatos das trajetórias de vida destas mulheres propicia a análise de uma multiplicidade de temas que estão longe de se esgotarem, contudo, não concernem ao nosso escopo ou, devido a uma questão de tempo, não puderam ser abarcados neste momento. Diante disso, indicamos para novos estudos um aprofundamento nas questões de interseccionalidade, em que os fatores de raça e classe estejam relacionados ao gênero; como os feminismos conseguem adentrar nesses contextos rurais; o impacto das políticas públicas para essas populações rurais brasileiras; e, por último, explorar a temática da violência de gênero nesses contextos não urbanos.

Concluimos, assim, retomando que a pesquisa parte desse recorte espacial definido, o município de Lagoão, para pensar de forma mais ampla como as categorias de gênero, trabalho e geração se apresentam nas narrativas de mulheres rurais. Ademais, ao compartilharem suas memórias de vida, Joana, Eva, Maria, Luiza e Ana possibilitam compreender o quanto suas histórias apresentam aspectos em comum, como a ênfase à questão do trabalho, à medida que se distanciam em relação a outros elementos, indicando que mulher rural não é uma categoria homogênea, mas que está sujeita a uma diversidade de experiências, memórias e histórias.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: ética e história oral**. Projeto História, São Paulo, (15), abr. 1997.
- AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulher, sindicalismo rural e relação de poder. **Veredas da História**. Rio de Janeiro. v. 4, n. 2, p. 81-89, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/view/81>>. Acessado em 02 de maio de 2017.
- AMORIM, Érika Oliveira; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Mulher e trabalho no meio rural: como alcançar o empoderamento? Uberlândia-MG: **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/27046>>. Acessado em 02 de maio de 2017.
- ARRUTI, José Maurício. Etnicidade. In.: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 494.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)**. Londrina/PR: EDUEL, 2008.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações. Londrina, v.20, n. 2, jul.-dez., 2015, p.27-55.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande

so Sul. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, 12 (1), 360, jan-abr/2004.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, Fábria Ribeiro Carvalho de. LELIS, Acácia Gardênia Santos. **Conhecimento tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico**. In.: CAMPELLO, Livia Gaigher Bosio; MOROMIZATO, Consuelo Yatsuda, CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli (Coor.). **Direito ambiental III**: Publicação do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Joao Pessoa: UFPB, 2014, p. 261-281.

CASTRO, Laura Silva Peixoto de; MONTEIRO, Janine Kieling. Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoce somente quem fuma, mas também quem planta. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 22, n. 3, p. 790-813, dez/2016.

CENTENO, Silvia Regina. **Maternidade e saúde da criança na perspectiva da pastoral da criança**: uma abordagem de gênero. Monografia de especialização, Programa de Pós-Graduação de Educação, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasilense, 1986.

CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Parry; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico e teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la História. MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo (Org. et al.). Teoria crítica dos direitos humanos no século XXI. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2013.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. São Paulo: Ebradil. v. 1, 1990.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 3ª ed., 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- FILATOW, Fabian. **Do sagrado à heresia: o caso dos Monges Barbudos**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FEDERICI, SILVIA. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FREUND, Alexander. ‘Confessing Animals’: Towards a Longue Dure’e History of the Oral History Interview. **Oral History Review**, 41, no. 1, 2014.
- FREITAS, Gisele de; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Programa Luz para Todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n. 45, jul/dez 2015. Disponível em <<http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/504/374>>. Acessado em 17 de março de 2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microsífica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petropólis: Vozes, 2004.
- GARCÍA, María Ángeles Martínez García. “¿Adónde puedo ir yo?...”: violencia de género en las áreas rurales de asturias. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidad de Educación a Distancia, Madrid, 2011.
- GOMES, Angela de Castro . Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: O que somos? O que queremos ser? **Revista de História Oral**, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014, p. 163-192.
- GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editoria Expressão Popular, 2013.
- GONDAR, Jô. Cinco preposições sobre memória social. **MARPHEUS: Revista de estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, nº 9, nº 15, 2016.
- GUERREIRO, Gloria Mora; FERNANDEZ, Maria Cecilia Darraz; OLIVETTI, Sofía Victoria Ortega. Asociacionismo productivo y empoderamiento de mujeres rurales: Madres multiactivas, socias y mujeres campesinas. Chile: **Revista CUHSO- Cultura, Hombre, Sociedad**. Jul/2016, vol. 26, nº 1, p. 133-160. SSN 0716-1557. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.7770/CUHSO-V23N1-ART1055>. Acessado em 11 de março de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.,Campinas: **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEREDITA, Beatriz M. Alasia de; GARCIA, Marie France; GARCIA JR., Afrânio R. O lugar da mulher em unidade domésticas camponesas. Int.: AGUIAR, Neuma (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: mulheres e agroecologia**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

JAMES, Daniel. Contos Narrados nas Fronteiras. A História de Maria, História Oral e Questões de Gênero. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando T. da; FORTES, Alexandre. (orgs.) **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004, p. 287-314.

LAMOUREUX, Diane. Público e Privado. In.: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BARROS, Myriam Lins. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. Florianópolis: **Revista de Estudos Feministas**, v.17, (2): 344, mai-ago/2009, p.369-393.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; SCHNEIDER, Sergio; VENDRUSCOLO, Rafaela; CASTILHO E SILVA, Carolina Braz de. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo- RS. Brasília: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.50, no.4, Oct./Dec. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000400010>>. Acessado em 12/09/2019.

- MARTÍNEZ, Ofelia Martínez. Día Internacional de la Mujer Rural: La desigualdad estadísticamente constatada. Paraguai: **Informativo Mujer**, ano 15, nº 165, set./out de 2003.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra; GRAZZIOTION, Luciane Sgarbi S.; DORNELLES FILHO, Adalberto Ayjara. Gênero e trabalho: análise interdisciplinar do mercado de trabalho em Caxias do Sul na década de 2000. Florianópolis: **Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 07, nº 02, jul-dez 2010, p-81-106.
- NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla. **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.
- NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khounry. São Paulo: Projeto História, Educ (10), dez, 1993.
- PATAI, Dafhne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. In: **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro: SBPC, v. 5, n. 28, jan./fev. 1987, p. 64-70;
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.
- POLLAK. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3- 13, 1989.
- POLLAK. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Portelli, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- QUADROS, Claudemir de. **Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas**. Santa Maria: Unifra, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando,

2017. ROBERTS, Michael. História das mulheres e história de gênero. In: LAMBERT, Peter; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: o tempo narrado. Trad. Claudia Berliner *et al.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. História Oral, CIDADE. v.1, n. 1, p-29-42, jan.-jun., 2005.
- SANTOS, Maria Lêda Lóss dos; SILVA, Juliano Tonezer da (Org.). **Analfabetismo, cidadania e desenvolvimento humano**: um estudo da Serra do Botucaraí. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2010.
- SCHAAF, Alie van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **Caboclos, indígenas e colonos**: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de Passo Fundo, 2019.
- SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes: Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife: SOS Corpo, 1991. p.1-2.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SCOTT, Parry. Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- SHARPLESS, Rebecca. **Work, Family, and Faith: Rural Southern Women in the**

- Twentieth Century.** Columbia: University of Missouri Press, 2006.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **Ruris:** Unicamp, v. 4, nº 2, set. 2010.
- SIQUEIRA, Deis e OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. *In:* GIARRACCA, Norma (Compiladora) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- SIRINELLI, Jean- François. A geração. *In:* FERREIRA, Marieta; AMADO, **Janaína. Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In:* CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul:** identidades e representações sociais (1970-1990). São Leopoldo: Unisinos, 2006. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em História, 2006.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Editora: UFGD, 2014.
- TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu** (3), Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, São Paulo, 1994.
- TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. **Trabalhadores no Tribunal:** conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. Cidade: Alameda, 2017.
- TOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, Paul. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. *In:* **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 1993.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott.

Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 63-84.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente**: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na História e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VENEGAS, Lola; REVERTE, Isabel M.; VENEGAS, Margó. **La guerra más larga de la história: 4.000 años de violencia contra las mujeres**. Espanha: ESPASA, 2019.